

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 07/01/2021 15:55:38 N.º: 00022
Código de autenticação: MjJfam1hcmluaG9fMDcvMDEvMjAyMQ==

De Brasemb Washington para Exteriores em 07/01/2021

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 8,TEL 2323 2020,TEL 2067 2020
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Certificação dos
resultados. Invasão do
Congresso dos EUA.
//

Nr. 00022

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Grupo de manifestantes invade e vandaliza
Capitólio durante sessão que certificava resultados
das eleições presidenciais. Polícia relata quatro
mortes (uma dentro do Capitólio). Invasão força
evacuação de autoridades. Controlada a situação,
Congresso certifica a eleição de Joseph Biden como
presidente dos EUA. Trump afirma que haverá
transferência pacífica do poder em 20/1.

A Constituição dos Estados Unidos prescreve que, em 6/1, o Congresso deve reunir-se em sessão conjunta para certificar os resultados das eleições presidenciais, em cerimônia que simboliza o equilíbrio entre poderes Legislativo e Executivo e a transição pacífica de poder. Em ato sem precedentes na história moderna norte-americana, um grupo de manifestantes invadiu o Capitólio e forçou a suspensão temporária da sessão conjunta, mas falhou em sua intenção de impedir o exercício das funções constitucionais pelos parlamentares. Mesmo após cenas chocantes de cerco e vandalismo do Capitólio, o Congresso, na madrugada de hoje, 7/1, certificou a eleição de Joseph Biden como o 46o presidente dos Estados Unidos, e de Kamala Harris, como vice-presidente.

2. A turba de manifestantes teve pouca dificuldade em penetrar o surpreendentemente frágil esquema de segurança articulado no entorno do Capitólio. Cerca de 20 minutos após o início da sessão do Congresso, o vice-presidente Mike Pence, senadores, deputados, jornalistas e assessores presentes tiveram de ser evacuados às pressas. Pouco depois, arruaceiros já se encontravam na parte interna do edifício e invadiram os plenários das duas casas legislativas e escritórios de parlamentares. Uma mulher de 35 anos, identificada como Ashli Babbit, que estava no grupo que invadiu o Capitólio, foi baleada por policial legislativo a poucos metros da entrada do Plenário da Câmara dos Deputados e veio a falecer. Segundo o Departamento de Política de DC, três outras pessoas teriam morrido "nos arredores do Capitólio" devido a emergências médicas até o momento não especificadas. 14 policiais foram feridos (dois gravemente) e 68 pessoas haviam sido presas até o final da noite de ontem. O FBI está investigando o ocorrido e solicitou informações do público que possam levar à identificação dos invasores

3. Manifestantes já se encontravam na capital americana desde 5/1 (tel 15), para realizar protestos em apoio ao presidente Donald Trump e contrários aos resultados eleitorais. Já naquela noite, parte do grupo renunciou intenção de gerar tumulto e desarranjo à ordem institucional, ao entrar em

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 07/01/2021 15:55:38 N.º: 00022
Código de autenticação: MjJfam1hcmluaG9fMDcvMDEvMjAyMQ==

confronto com a polícia do Distrito de Columbia. Na manhã de ontem, 6/1, milhares de manifestantes concentraram-se em frente à Casa Branca, quando o presidente Donald Trump e apoiadores proferiram discursos. Em sua alocução, o presidente voltou a alegar que sua vitória eleitoral teria sido "roubada pela esquerda radical", apelou para que o vice-presidente Mike Pence devolvesse certificados que atestam resultados eleitorais para revisão por seus estados e criticou republicanos "fracos e patéticos" que não apoiavam seu esforço de reversão dos resultados eleitorais. Conclamou o grupo a dirigir-se então ao Capitólio, e a situação saiu do controle das autoridades policiais.

4. A necessidade de evacuação do Congresso deu-se no momento em que a Câmara dos Deputados e o Senado realizavam sessões em separado para discutir e votar objeção contra os resultados do Arizona, apresentada logo ao início da sessão conjunta por 8 senadores e cerca de 60 deputados republicanos, liderados pelo senador Ted Cruz (R-Texas) e pelo deputado Paul Gosar (R-Arizona). Cruz, em defesa de sua contestação, pediu a formação de uma comissão composta por 5 deputados, 5 senadores e 5 juizes da Suprema Corte para analisar denúncias de fraude e irregularidades. O senador do Texas foi fortemente criticado pelo líder da maioria, Mitch McConnell (R-Kentucky), que lamentou as "abrangentes teorias de conspiração" esposadas pelo presidente. Afirmou que os republicanos teriam papel mais importante que "entregar-se a uma espiral infundável de vingança partidária" e que a democracia poderia entrar em uma "espiral da morte" caso os parlamentares não cumprissem com sua obrigação de certificar os resultados oriundos dos estados e do Colégio Eleitoral. Ainda antes do início da sessão, o vice-presidente Mike Pence já havia anunciado não ter poderes constitucionais para rejeitar unilateralmente certificados de votação, conforme chegou a ser sugerido pelo presidente Trump (tel 15).

5. A interdição do Capitólio durou cerca de quatro horas, até forças policiais, FBI e Guarda Nacional apresentarem-se em número suficiente para debelar o tumulto e garantir a segurança da sede do Legislativo. A prefeita de Washington/DC, Muriel Bowser, decretou toque de recolher entre 18 horas e 6 da manhã de hoje, bem como estado de emergência no Distrito de Columbia por 15 dias (até a posse presidencial em 20/1).

6. Em mensagens no Twitter sobre as cenas a que se assistia no Congresso e que levaram ao inédito bloqueio de sua conta naquela rede social, o presidente Trump afirmou que "coisas assim acontecem quando uma vitória eleitoral sagrada e acachapante é tão descaradamente e perversamente retirada de grandes patriotas" e conclamou que "lembrassem desse dia para sempre!" Em outras manifestações, o presidente pediu que os manifestantes se abstivessem de atos de violência e voltassem para casa, e afirmou que atos de violência não poderiam ser tolerados. Mark Zuckerberg anunciou hoje que as contas do presidente no Facebook e no Instagram seriam bloqueadas "indefinidamente e por pelo menos duas semanas", acusando-o de incitar "violenta insurreição" contra um governo democraticamente eleito.

7. O tumulto no Capitólio, classificado por Mitch McConnell como uma "insurreição fracassada", não impediu o Congresso de reiniciar a sessão conjunta de certificação dos resultados eleitorais às 20 horas, em esforço de demonstrar o bom funcionamento e a solidez das instituições. O episódio teve, também, impacto sobre o desdobramento das iniciativas de contestação dos resultados eleitorais, ao aumentar a coesão parlamentar e reduzir, pelo menos no Senado, o número de legisladores dispostos (inicialmente, ao menos 14) a patrocinar ou votar a favor de objeções. A maioria da bancada republicana na Câmara, em contraste, manteve-se firme em seu propósito de contestar os resultados eleitorais.

8. A objeção apresentada contra os resultados no Arizona foi rejeitada na noite de ontem no Senado por 93 votos a 6 e, na Câmara, por 303 votos (dos quais 82 republicanos) a 121. Já na madrugada de hoje, uma segunda e última objeção, apresentada pelo senador Josh Hawley (R-Missouri) e outros oitenta deputados, contra os resultados na Pensilvânia foi rejeitada por 92 votos a 7 no Senado, e por 282 votos (dos quais 64 republicanos) a 138 na Câmara. Grupo formado por dezenas de deputados republicanos tentou apresentar objeções também aos resultados nos estados da Geórgia, Michigan, Nevada e Wisconsin, as quais não puderam ser levadas adiante por não contarem com o apoio de qualquer senador. Em suas intervenções, os deputados republicanos que apoiaram as objeções dedicaram maior atenção a argumentos de inconstitucionalidade na

modificação de regras eleitorais pelos estados, sem lastro de legislativos estaduais, do que a alegações de fraude.

9. Concluída a certificação da vitória de Biden e Harris pelo Congresso, o presidente Donald Trump divulgou nota na madrugada de hoje em que se compromete com uma transferência pacífica de poder. Diz a nota: "Mesmo discordando totalmente do resultado das eleições, e os fatos me apoiam, haverá, de todo modo, uma transição ordeira em 20 de janeiro. Sempre disse que continuaríamos nossa luta para garantir que apenas votos legais sejam contados. Embora isso represente o fim do maior primeiro mandato na história presidencial, é só o começo de nossa luta para fazer a América grande novamente!"

10. Não obstante, membros do Partido Democrata e algumas lideranças republicanas atribuíram ao presidente Trump a responsabilidade primária pelo cerco e invasão do Capitólio. O presidente-eleito Biden classificou o ocorrido como "um ataque sem precedentes a uma cidadela da liberdade", aos representantes do povo e ao estado de direito, uma desordem que "borda a sedição". Disse que as palavras de um presidente importam "para inspirar" ou "para incitar". O senador Mitt Romney (R-Utah) considerou os acontecimentos uma "insurreição insuflada pelo presidente" e disse que "bandidos" não impediriam os trabalhos do Congresso. O presidente da Comissão de Assuntos Judiciários do Senado, Lindsey Graham (R-Carolina do Sul), aliado do presidente Trump ao longo dos quatro anos de seu governo, disse que "basta" e que o presidente "não poderia mais contar com ele". Todos os democratas da Comissão de Assuntos Judiciários da Câmara pediram a remoção de Trump do cargo com base na 25a Emenda da Constituição.

11. Em reação aos tumultos, alguns membros da administração renunciaram a seus cargos, entre eles o vice-conselheiro de segurança nacional da Casa Branca, Matt Pottinger, o enviado especial para a Irlanda do Norte e ex-chefe de Gabinete interino, Mick Mulvaney, a secretária adjunta de imprensa, Sarah Matthews, e a chefe de gabinete da primeira-dama, Melania Trump, Stephanie Grisham. No setor privado, a Associação Nacional de Indústrias (NAM), grupo empresarial que representa 14 mil indústrias dos EUA, declarou que Trump "incitou violência para manter o poder" e

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 07/01/2021 15:55:38 N.º: 00022
Código de autenticação: MjJfam1hcmluaG9fMDcvMDEvMjAyMQ==

conclamou o vice-presidente Pence a convocar o gabinete ministerial e invocar a 25a Emenda, a fim de remover Trump do cargo.

12. Ao longo da tarde e da noite de ontem, repercutiram na imprensa local as múltiplas declarações de líderes mundiais condenando os atos de violência, invasão e depredação do Capitólio, e manifestando confiança na solidez da democracia dos EUA. Diversas lideranças políticas norte-americanas lamentaram os efeitos negativos dos acontecimentos de ontem em Washington, DC para a imagem dos EUA no mundo como "farol da democracia" e alertaram para a "mensagem equivocada" que poderiam enviar aos "adversários" do país.

13. Conforme indicado acima, o Distrito de Columbia permanecerá em regime de estado de emergência pelos próximos 15 dias, por determinação da prefeita Muriel Bowser. Toda a Guarda Nacional da cidade - bem como de outros estados - encontra-se mobilizada para evitar novos atos de violência ou iniciativas de subversão da ordem democrática. O presidente-eleito Joe Biden será empossado no dia 20/1, ao meio-dia.

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 07/01/2021 20:20:21 N.º: 00030
Código de autenticação: MzBfam1hcmluaG9fMDcvMDEvMjAyMQ==

De Brasemb Washington para Exteriores em 07/01/2021

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 22,TEL 8
CATEG=MG

//
EUA. Política interna. Invasão
do Congresso dos EUA. Reações
de autoridades.

//

Nr. 00030

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informe. Principais lideranças democratas da Câmara e
Senado declaram apoio à remoção do presidente Donald
Trump do cargo, por meio da 25ª Emenda da
Constituição ou de "impeachment". Pesquisa de opinião
indica não haver apoio massivo da opinião pública à
medida. Autoridades republicanas criticam Trump e
entregam cargos. Pence confirma comparecimento à
posse de Biden, em 20/1.

A presidente da Câmara dos Deputados, Nancy Pelosi (D-Califórnia), e o líder da minoria democrata no Senado, Chuck Schumer (D-Nova York) realizaram apelo público, na tarde de hoje (7/1), para que o vice-presidente Mike Pence articulasse, junto ao primeiro escalão do governo federal, a remoção do presidente Donald Trump do cargo, com base na 25a Emenda da Constituição. Caso o vice-presidente não esteja disposto a tomar essa medida extrema, afirmaram que o Congresso deverá preparar-se para promover novo processo de "impeachment" contra o presidente. Segundo eles, a razão seria o papel de Trump na "insurreição incitada contra os EUA" (tel 22).

2. A 25a Emenda, em sua Seção 4, autoriza o vice-presidente e a maioria dos ocupantes efetivos (confirmados pelo Senado) de cargos de primeiro escalão (15 no total), por maioria, afastem o presidente por "incapacidade de cumprir os deveres do cargo", sujeita a confirmação do afastamento por maioria de 2/3 da Câmara e do Senado no prazo de 21 dias. O vice-presidente não deu qualquer indício de que tencione levar tal sugestão a cabo; pelo contrário, segundo o senador Schumer, recusou-se atender a ligações suas e de Pelosi na manhã de hoje em que tratariam do assunto.

3. Embora Pelosi tenha sugerido contar com o apoio de sua bancada para o inquérito de "impeachment", não está claro como e se esse processo efetivamente ocorrerá. Conforme se recorda, entre a abertura do inquérito informal do "impeachment" do presidente Donald Trump (tel 1343/2019), sua condução pela Comissão de Inteligência e a aprovação de artigos de "impeachment" pela Comissão de Assuntos Judiciários (tel 1784/2019) e pelo plenário da Câmara (tel 1815/2019, decorreram três meses, entre setembro e dezembro de 2019. Restam somente treze dias de mandato para o presidente Donald Trump, fato que demandaria de Pelosi a condução de procedimentos cuja velocidade não teria paralelo com os precedentes históricos. Conforme a legislação norte-americana, o "impeachment" de um presidente depende de votação por maioria do plenário da Câmara dos Deputados, e sua remoção do cargo, por maioria de 2/3 do Senado.

4. O novo presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Gregory Meeks (D-Nova York) fez coro às intenções de Schumer e Pelosi. Em nota, acusou o presidente de encorajar uma insurreição e pugnou pelo seu afastamento do cargo. Disse que trabalhará para "reconstruir o dano global à democracia e ao estado de direito provocado por Trump", e completou que as ações de Trump teriam "minado a estabilidade da ordem internacional baseada em princípios democráticos e do estado de direito".

5. Segundo pesquisa Politico/Morning Consult, publicada hoje, não parece haver apoio popular bipartidário à medida. 49% do eleitorado seria favorável e 37% contrário à remoção do presidente via 25a Emenda, enquanto apenas 44% seria a favor de nova tentativa de "impeachment" do presidente, sendo 43% contrários. Entre republicanos, o apoio a qualquer das medidas não chegaria a 20% em nenhum dos casos.

6. O presidente-eleito Joseph Biden não declarou apoio à remoção do presidente do cargo. Contudo, não deixou renovar críticas ao presidente durante cerimônia de indicação da sua equipe para o Departamento de Justiça, a ser liderada pelo juiz Merrick Garland - que chegou a ser indicado mas não sabatinado pelo Senado para a Suprema Corte no final do governo de Barack Obama. Biden voltou a dizer que ontem teria sido um dos dias mais sombrios da história do país e que o que ocorrera no Capitólio não foi uma manifestação, mas um ataque à democracia perpetrado por "vândalos, rebeldes e terroristas domésticos".

7. Para além das medidas concretas ora advogadas contra o presidente pelo lado democrata, prosseguem reações negativas ao papel atribuído ao presidente Donald Trump no acontecimentos de ontem. Entre autoridades e ex-autoridades do Poder Executivo, destaque-se a manifestação do ex-procurador-geral, William Barr, que se desligou do cargo em 23/12 último (tel 2347). Barr disse que o presidente traiu seu cargo e seus apoiadores e que "orquestrar uma multidão violenta para pressionar o Congresso seria imperdoável". O secretário interino de Segurança Interna, Chad Wolf, considerou trágico e repugnante o uso de violência por apoiadores do presidente para atingir objetivos políticos, e "implorou" que o presidente e autoridades eleitas condenem a violência de ontem com veemência. O ex-chefe de gabinete e

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 07/01/2021 20:20:21 N.º: 00030
Código de autenticação: MzBfam1hcmluaG9fMDcvMDEvMjAyMQ==

secretário de Segurança Interna, John Kelly, disse que se ainda estivesse em cargo de primeiro escalão apoiaria a invocação da 25a. Emenda. Os governadores republicanos de Vermont, Phil Scott, e de Maryland, Larry Hogan, defenderam igualmente o afastamento de Trump do cargo.

8. Entre novos anúncios de renúncia de funcionários de menor escalão da Casa Branca, na esteira do episódio, ocorreu hoje o primeiro pedido de demissão entre ocupantes do primeiro escalão: Elaine Chao, secretária de Transportes e esposa do líder da maioria republicana no Senado, Mitch McConnell (R-Kentucky).

9. Sem realizar comentários públicos relativos ao presidente Trump, o vice-presidente Mike Pence indicou hoje que deverá comparecer à cerimônia de posse de Joseph Biden, em 20/1, em "apoio à transferência pacífica de poder".

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 08/01/2021 18:28:17 N.º: 00033
Código de autenticação: MzNfam1hcmluaG9fMDgvMDEvMjAyMQ==

De Brasemb Washington para Exteriores em 08/01/2021

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA/DCIT/DDH/DCJI
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2375 2019,TEL 22
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Transição presidencial.
Nomeações para o Departamento
de Justiça.
//

Nr. 00033

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Gabinete de transição presidencial anunciou, em 7/1, os indicados aos principais cargos do Departamento de Justiça, com o Juiz Merrick Garland no comando da pasta. Referindo-se à invasão do Congresso no dia anterior, Biden apresentou a futura equipe como responsável pela "restauração da fé dos americanos no império da lei" e como garante de "justiça igualitária".

O gabinete de transição presidencial anunciou ontem (7/1) os indicados para os principais cargos de liderança no Departamento de Justiça (DoJ). Conforme antecipado pela imprensa (tel 2375/2019), o juiz Merrick Garland foi o escolhido do presidente eleito Joe Biden para ocupar o cargo de Procurador-Geral (Ministro da Justiça) na nova administração. Também foram indicadas Lisa Monaco, para o cargo de vice-Procuradora-Geral; Vanita Gupta, para o cargo de Procuradora-Geral associada, e Kristen Clarke, para o cargo de Procuradora-Geral assistente para a Divisão de Direitos Civis. Segundo nota do gabinete de transição, os escolhidos são "dedicados servidores públicos e veteranos do DoJ" que irão "restaurar a independência e integridade do Departamento de Justiça, renovar a fé dos americanos no império da lei e trabalhar incansavelmente para construir um sistema de justiça mais igualitário".

2. Biden apresentou a nova equipe do DoJ em entrevista coletiva, na qual referiu-se à invasão do Congresso americano no dia anterior (reftel 22) como "um dos dias mais sombrios da história do nosso país", criticou a atuação do presidente Donald Trump e destacou a importância da escolha de sua equipe para a transformação do sistema de justiça americano. Para o presidente-eleito, a invasão do Capitólio foi um ataque à democracia, ao "império da lei", e ao símbolo da liberdade do povo americano. Afirmou que o episódio "não foi discordância, não foi desordem, não foi protesto. Foi caos. É terrorismo doméstico".

3. Biden não poupou críticas ao presidente Trump, que teria, em sua opinião, incitado a "turba" de manifestantes para reverter o resultado de "eleições livres e justas" e impedir a contagem dos votos do Colégio Eleitoral pelo Congresso. Biden acusou Trump de considerar o DoJ como "seu escritório de advocacia" e os juízes federais nomeados em sua administração como "seus juízes". Segundo Biden, os EUA devem "a sobrevivência da nossa democracia" ao Judiciário justo e imparcial, que rejeitou mais de 60 processos com alegações de fraude eleitoral apresentados por advogados da campanha do presidente Trump.

4. O presidente eleito afirmou que os EUA falharam em

"prover justiça igualitária" e que os protestos nacionais de meados do ano passado desencadeados na esteira da morte de George Floyd por policial na cidade de Minneapolis não teriam recebido o mesmo tratamento do dia anterior por parte das forças de segurança. Disse que o Departamento de Justiça foi criado em 1870, após a Guerra Civil, para garantir que todos os estados respeitassem os direitos civis da população negra, após a aprovação das 13a,14a e 15a emendas constitucionais, e que suas nomeações buscarão resgatar o espírito de "justiça cega" e "império da lei" para todos e "serão fiéis à Constituição, e não ao presidente".

5. O discurso de Biden foi seguido de breves intervenções dos indicados, todos veteranos do DoJ, que manifestaram satisfação por retornarem àquela pasta. O juiz Merrick Garland destacou seu compromisso com a imparcialidade da lei e independência do DoJ, afirmando que "a lei não é instrumento de objetivos partidários" e que existem políticas institucionais que orientam a atuação dos promotores no "exercício da discricionariedade persecutória". Defendeu a "justiça igualitária sob a lei", em que "não existirá uma regra para democratas e outra para republicanos; uma para os amigos e outra para os inimigos; uma para os poderosos e outra para os sem poder; uma para os ricos e outra para os pobres; ou regras diferentes dependendo da raça ou etnia de alguém".

6. Merrick Garland é juiz do Tribunal de Apelações do Distrito de Colúmbia há mais de 20 anos. Foi o indicado do ex-presidente Barack Obama para a Suprema Corte, na vaga deixada por Antonin Scalia, falecido em 2016. Como se recorda, o Senado, então controlado pelo partido republicano, recusou-se a sabatinar o nome de Garland, e a vaga de Scalia foi preenchida em 2017 por Neil Gorsuch, já indicado pelo presidente Trump. Antes de sua nomeação como juiz, foi promotor do DoJ, servindo em administrações republicanas e democratas. É considerado nome que pode angariar apoio bipartidário.

7. Lisa Monaco ocupou cargos de relevo no Departamento de Justiça e na área de segurança nacional da administração Obama. Foi chefe de gabinete do ex-diretor do FBI Robert Mueller e assessora da Casa Branca em Segurança Doméstica e Contraterrorismo.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 08/01/2021 18:28:17 N.º: 00033
Código de autenticação: MzNfam1hcmluaG9fMDgvMDEvMjAyMQ==

8. Vanita Gupta é atualmente advogada de direitos civis e já chefiou a Divisão de Direitos Civis no DoJ, responsável por todas as ações judiciais de interesse do governo federal nessa área.

9. Kristen Clarke iniciou sua carreira na divisão de Direitos Civis do DoJ, que passará a chefiar no novo governo. Cuidou de casos de desvio de conduta policial, crimes de ódio, tráfico de pessoas, direitos de voto e de redesenho distrital. Atualmente, é diretora executiva da Comissão de Advogados para os Direitos Civis sob a Lei e já chefiou o escritório de Direitos Civis do Procurador-Geral do estado de Nova York.

10. Em linha com as declarações de Biden, a vice-presidente eleita Kamala Harris encerrou a entrevista coletiva referindo-se ao "ataque ao império da lei" do dia anterior. Ao indagar "O que aconteceu de errado?" e "Como nós consertamos isso?", Harris afirmou que os episódios envolveram "algo mais do que os poucos que vimos ontem" e que é preciso "reformular e transformar um sistema de justiça que não é igual para todos", um sistema que teria deixado "extremistas invadirem o Capitólio" e outro sistema que teria lançado "gás lacrimogênio em manifestantes pacíficos no verão passado". O foco da nova administração, segundo Harris, será entregar "justiça imparcial e igualitária" para todos e "restaurar e fortalecer o império da lei que sempre foi e sempre será o sustentáculo da nossa democracia".

11. O currículo dos indicados está disponível em <https://buildbackbetter.gov/press-releases/president-elect-biden-announces-key-nominations-for-the-department-of-justice/>

Nestor Forster Jr., embaixador

LTM

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 08/01/2021 19:57:29 N.º: 00034
Código de autenticação: MzRfam1hcmluaG9fMDgvMDEvMjAyMQ==

De Brasemb Washington para Exteriores em 08/01/2021

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 30,TEL 22,TEL 8
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Repercussões da invasão ao
Capitólio. Situação em 8/1
//

Nr. 00034

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Presidente Donald Trump divulga vídeo em que
condena "hediondo" ataque ao Capitólio e
compromete-se com transferência pacífica do poder.
Mike Pompeo reúne-se com Antony Blinken. Trump diz
que não comparecerá à posse de Joseph Biden.
Presidente da Câmara lidera pressões por renúncia,
invocação da 25a Emenda ou "impeachment" de Trump -
hipóteses rejeitadas por maioria de republicanos.

Seguem as repercussões da invasão e depredação do Capitólio, em 6/1, sobre a dinâmica político-partidária dos EUA, com consequências que marcarão os doze últimos dias de mandato do presidente Donald Trump e se estenderão além dele.

2. Após ter sua conta no Twitter reativada - na esteira de inédito bloqueio promovido por aquela plataforma -, o presidente Donald Trump divulgou vídeo no qual ameniza sua retórica em relação à legitimidade do processo eleitoral, em reação à crescente pressão gerada por pedidos de demissão de membros do governo e de modo a contra-arrestar iniciativas da oposição democrata e de alguns republicanos para tentar afastá-lo do cargo.

3. Trump condenou o "hediondo" ataque ao Capitólio e disse estar indignado pela violência, ilegalidade e caos. Afirmou ter imediatamente autorizado o envio da Guarda Nacional e de forças policiais para recuperar o controle do prédio e expulsar os invasores. Garantiu que aqueles envolvidos em atos de violência e destruição não representam o país, e que os que violaram a lei pagarão por seus atos. Sobre as eleições, disse que as paixões estão elevadas, mas que, após ter vigorosamente contestado os resultados eleitorais por todos os caminhos possíveis, é chegada a hora de baixar a temperatura. Considerou que a reforma de leis eleitorais seria fundamental para garantir a fé nas eleições, mas que seu foco se voltará para uma transferência segura e ordenada do poder.

4. Trump, confirmou, porém, em mensagem no Twitter esta manhã, que não comparecerá à posse do presidente-eleito Joseph Biden em 20/1. A última vez que um presidente no exercício do cargo não compareceu à cerimônia de transferência do poder foi em 1869, quando da ausência de Andrew Johnson na posse de Ulysses S. Grant. Em entrevista, Biden afirmou, por sua vez, que a ausência de Trump seria "uma coisa boa". Diferentemente do que fora noticiado ontem, a assessoria do vice-presidente Mike Pence disse que ainda não estaria confirmada sua presença na posse de Biden (tel 30).

5. Na esteira das declarações de Trump, o secretário

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 08/01/2021 19:57:29 N.º: 00034
Código de autenticação: MzRfam1hcmluaG9fMDgvMDEvMjAyMQ==

de Estado, Mike Pompeo, divulgou que se reuniu hoje, pela primeira vez, com Antony Blinken, indicado pelo presidente-eleito Joseph Biden para chefiar o Departamento de Estado (tel 2212/2020), de modo a "facilitar uma transição ordeira e assegurar que os interesses americanos no exterior estejam protegidos".

6. A presidente da Câmara dos Deputados, Nancy Pelosi (D-Califórnia), vem liderando pressões em favor da remoção do presidente do cargo. Está sendo discutida a abertura de um novo processo de "impeachment" pela Câmara como medida de último recurso, na ausência de pedido de renúncia do presidente ou invocação da 25a Emenda pelo vice-presidente Mike Pence. Em nota divulgada na noite de ontem (7/1), Pelosi confirmou que ela e o líder da minoria democrata no Senado, Chuck Schumer (D-Nova York), tentaram contatar o vice-presidente Pence para instá-lo a invocar a 25a Emenda (tel 30), por considerarem que "os atos perigosos e sediciosos do presidente tornam necessária sua remoção imediata do cargo". O vice-presidente Pence não deu sinais de que cogite acionar aquele dispositivo constitucional, jamais invocado na história dos EUA, e medida cada vez mais difícil em razão da necessidade de aquiescência de maioria do gabinete ministerial (15 no total). Boa parte do primeiro escalão do governo Trump é ora composto por secretários interinos (não confirmados pelo Senado), que não teriam direito a voto no contexto da invocação da 25a Emenda, segundo a interpretação constitucional mais corrente. Esse contingente de interinos ampliou-se após a renúncia da secretária de Transportes, Elaine Chao (tel 30) e da secretária de Educação, Betsy DeVos, em reação aos eventos de 6/1.

7. Em outra nota, na manhã de hoje, Pelosi reafirmou que "caso o presidente não deixe o cargo imediata e voluntariamente, procederei com nossa ação", em alusão indireta a um possível processo de "impeachment". Pelosi disse também ter conversado por telefone com o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, general Mark Milley, para "discutir as precauções disponíveis para prevenir que um presidente instável inicie hostilidades militares ou acesse códigos de lançamento e ordene um ataque nuclear". O general Milley não se pronunciou sobre a mencionada conversa até o momento.

8. O líder da minoria republicana na Câmara, Kevin

McCarthy (R-Califórnia), publicou nota em resposta a Pelosi. Ao considerar a violência, destruição e caos da última quarta-feira como episódio inaceitável, antidemocrático e antiamericano, ressaltou que promover um processo de "impeachment" a 12 dias do final do mandato dividirá o país ainda mais. McCarthy disse, ainda, ter solicitado conversa com o presidente-eleito Biden, na qual pretende discutir maneiras de baixar a temperatura e unir o país. O presidente-eleito ainda não se pronunciou a respeito da remoção do presidente Trump do cargo.

9. A posição de McCarthy demonstra que a maioria da bancada republicana não está disposta a antagonizar o presidente Trump às vésperas do fim de seu mandato. As lideranças republicanas que se somam aos democratas no apoio à remoção de Trump do cargo são, em geral, nomes historicamente menos alinhados com o presidente, como a senadora Lisa Murkowski (R-Alaska) e Adam Kinzinger (R-Illinois). O senador Mitt Romney (R-Utah) disse ser tarde demais para um "impeachment", e o senador Ben Sasse (R-Nebraska) apenas afirmou que "avaliaria" artigos de "impeachment".

10. Em editorial, o Wall Street Journal pediu a renúncia do presidente Trump. O editorial opinou que, embora os apelos do Partido Democrata para que o presidente seja afastado do cargo tenham "ânimo partidário", o presidente teria atacado o processo constitucional de transferência de poder, o que será passível de "impeachment". Conforme o texto, a medida, porém, não seria fácil ou isenta de rancores, e "lançaria gasolina sobre as brasas" dos acontecimentos de 6/1. O editorial rejeita a hipótese de remoção pela 25a Emenda, ação que permitiria a Trump "vitimizar-se" ou "alegar golpe institucional". De acordo com o editorial, o Partido Democrata teria exaurido sua credibilidade para condução de um processo de "impeachment" devido ao abuso do expediente durante 2019, e por isso nova medida do tipo seria vista como artifício de vingança política que pouco persuadiria a população - razão pela qual a renúncia, embora improvável, seria o melhor resultado para o país.

11. Em paralelo aos desdobramentos políticos, dá-se seguimento a investigações sobre as circunstâncias que levaram à desordem de 6/1 e seus perpetradores. Confirmou-se, nesse contexto, o quinto óbito associado aos eventos daquele dia - o policial legislativo Brian

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 08/01/2021 19:57:29 N.º: 00034
Código de autenticação: MzRfam1hcmluaG9fMDgvMDEvMjAyMQ==

Sicknick, golpeado com um extintor de incêndio quando tentava conter a invasão do Capitólio. Em nota, o diretor-geral do FBI, Christopher Wray, e o procurador-geral-adjunto, Jeffrey Rosen, comprometeram-se a responsabilizar, a investigar e prender os responsáveis pela violência na última quarta-feira.

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 08/01/2021 19:57:29 N.º: 00034
Código de autenticação: MzRfam1hcmluaG9fMDgvMDEvMjAyMQ==

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 08/01/2021 20:42:40 N.º: 00038
Código de autenticação: Mzhfam1hcmluaG9fMDgvMDEvMjAyMQ==

De Brasemb Washington para Exteriores em 08/01/2021

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA/DCIT/DAC
DESCR=POIN-EUA
REF/ADIT=TEL 30,TEL 22,TEL 1818 2019
CATEG=MG

//
Estados Unidos. Departamento
de Segurança Interna. Nomeação
de Chad Wolf. Retirada.
//

Nr. 00038

RESUMO=

Informo. A Casa Branca retirou, em 7/1, indicação do secretário interino de Segurança Interna, Chad Wolf, como titular daquela pasta. Retirada coincide com declarações de Wolf sobre o episódio da invasão do Congresso, em 6/1. Casa Branca nega relação entre a decisão e manifestações do secretário interino.

A administração Trump retirou, em 7/1, a indicação do atual secretário interino de Segurança Interna, Chad

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 08/01/2021 20:42:40 N.º: 00038
Código de autenticação: Mzhfam1hcmluaG9fMDgvMDEvMjAyMQ==

Wolf, para chefiar o Departamento de Segurança Interna (DHS), em caráter titular. O nome de Wolf foi enviado ao Senado pela primeira vez em setembro passado e reapresentado em 3/1, após a posse da 117ª Legislatura, como determinam as regras locais. A Casa Branca não declarou o motivo da retirada apenas quatro dias após a reapresentação.

2. O anúncio de retirada da indicação coincidiu com declarações de Wolf sobre a invasão e depredação do Capitólio, em 6/1 (reftel 22). Em manifestação oficial no dia seguinte, Wolf referiu-se a "alguns apoiadores do Presidente usando violência como meio para atingir fins políticos", em episódio "trágico e enojante". O secretário interino "implorou" ao presidente e a todas autoridades eleitas que condenassem com veemência a violência do dia anterior.

3. Wolf pediu, ainda, que os americanos respeitem uns aos outros e o "império da lei" e afirmou que permanecerá no cargo até o fim da administração Trump para garantir "uma transição tranquila para a equipe de segurança interna do presidente eleito Biden".

4. A imprensa noticiou que a retirada da indicação deu-se, segundo registros do Congresso, antes da publicação das declarações de Wolf. A Casa Branca negou conexão entre a manifestação do secretário interino e a determinação presidencial de retirada, tendo porta-voz afirmado apenas que "o secretário interino Wolf permanece como secretário interino e continua a desempenhar as suas funções".

5. Wolf está na chefia interina do DHS desde novembro de 2019 e chegou a ser sabatinado na Comissão de Segurança Interna e Assuntos Governamentais do Senado, em setembro de 2020, para ocupar o cargo como titular (reftel 1818/2019). A votação no plenário, no entanto, jamais foi agendada. A legalidade da ocupação interina do DHS por Wolf chegou a ser contestada em ações judiciais e pelo Escritório de Auditoria do Governo, órgão de controle subordinado ao Congresso americano (reftel 1796/2019).

Nestor Forster Jr., embaixador.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 08/01/2021 20:42:40 N.º: 00038
Código de autenticação: Mzhfam1hcmluaG9fMDgvMDEvMjAyMQ==

LTM

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 08/01/2021 20:42:40 N.º: 00038
Código de autenticação: Mzhfam1hcmluaG9fMDgvMDEvMjAyMQ==

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 11/01/2021 20:41:06 N.º: 00045
Código de autenticação: NDVfam1hcmluaG9fMTEvMDEvMjAyMQ==

De Brasemb Washington para Exteriores em 11/01/2021

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 34,TEL 30,TEL 22
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Repercussões do ataque ao
Capitólio. Situação em 11/1.
//

Nr. 00045

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Bancada democrata apresenta artigo de
"impeachment" contra o presidente Donald Trump por
"incitar uma insurreição". Votação deverá ocorrer na
quarta-feira (13/1). Poucos republicanos devem
apoiá-la. Calendário do Senado indica que eventual
julgamento ocorreria apenas depois de saída de Trump
do cargo. Principais plataformas de redes sociais
bloqueiam contas do presidente.

A bancada democrata na Câmara dos Deputados apresentou ao plenário daquela casa legislativa, na manhã de hoje (11/1), resolução com alegações formais que podem embasar processo de "impeachment" ("articles of impeachment") contra o presidente Donald Trump. A resolução afirma ter o presidente cometido altos crimes e contravenções ao "incitar uma insurreição". Até o início desta tarde, a proposição havia sido subscrita por 218 deputados democratas - maioria absoluta da Câmara -, o que torna praticamente certa sua aprovação pelo plenário daquela Casa Legislativa. Caso não haja novos desenvolvimentos, espera-se que a medida seja colocada em votação na próxima quarta-feira (13/1).

2. O texto apresentado declara que o presidente sustentou durante meses que os resultados das eleições presidenciais teriam decorrido de fraude generalizada e não deveriam ser aceitos pela população nem certificados pelo Congresso. Acusa o presidente de, em 6/1, em discurso realizado pouco antes da sessão do Congresso que certificaria os resultados das eleições presidenciais, ter encorajado ações ilegais contra o Capitólio. Como exemplo, a resolução menciona a seguinte frase proferida pelo presidente naquela ocasião: "se vocês não lutarem com todas as forças, não terão mais um país". O artigo de "impeachment" também menciona a conversa telefônica em que o presidente Trump pressionou o secretário de estado da Geórgia, Brad Raffensperger, a revisar os resultados eleitorais no estado (tel 8). O texto conclui que as ações do presidente teriam ameaçado a integridade do sistema democrático, interferido com a transição pacífica de poder e colocado em perigo um dos três poderes.

3. O artigo de "impeachment" foi apresentado após recusa da minoria republicana em somar-se aos democratas na aprovação, por "consentimento unânime", de resolução de autoria do deputado Jamie Raskin (D-Maryland), que insta o vice-presidente Mike Pence a iniciar o processo de remoção do presidente Donald Trump do cargo com base na Seção 4 da 25a Emenda da Constituição. Amanhã, 12/1, a maioria democrata tenciona colocar a proposta de Raskin em votação pelo plenário, podendo ser aprovada por maioria simples. A votação será indicador, para a subsequente

consideração da resolução de "impeachment", de quantos deputados republicanos estariam dispostos a enfrentar Trump, em ruptura com a orientação da bancada contrária à remoção do presidente do cargo (tel 34).

4. Os tempos de votação estipulados pelos democratas visam a permitir eventual posicionamento público do vice-presidente Mike Pence quanto a uma improvável invocação da 25a Emenda. Exaurida essa avenida, após prazo de vinte e quatro horas, o "impeachment" seria a resposta democrata aos acontecimentos de 6/1. Até o momento, há poucos indícios de que a votação venha a dar-se em termos distintos aos do processo de "impeachment" contra o presidente Trump de dezembro de 2019, aprovado dentro de linhas essencialmente partidárias (tel 1815/2019). Nas atuais circunstâncias, espera-se que poucos deputados republicanos possam vir a apoiar a medida. Sete deputados daquele partido que foram contrários à contestação de resultados das eleições presidenciais em estados-pêndulo, durante a sessão do Congresso de 6/1, já afirmaram ser contrários ao "impeachment", que julgam não deveria ocorrer "no calor do momento" e que consideraram ato "desnecessário e incendiário".

5. O líder da maioria republicana no Senado, senador Mitch McConnell (R-Kentucky), antecipando o "impeachment" do presidente pela Câmara dos Deputados, enviou memorando à sua bancada no Senado. No texto, McConnell afirma que o Senado se encontra em recesso e que a próxima sessão em que matérias substantivas poderão ser apreciadas será 19/1 (um dia antes da posse do presidente-eleito Joseph Biden), a menos que haja "consentimento unânime" dos senadores para que julgamento de "impeachment" inicie-se antes. Confirmado esse calendário, é provável que julgamento no Senado, caso ocorra, seja conduzido após a saída de Trump do cargo e já sob a nova liderança democrata no Senado (tema que será objeto de telegrama à parte).

6. A esse respeito, o orientador da bancada democrata ("whip"), deputado James Clyburn (D-Carolina do Sul), aventou a hipótese de que, uma vez aprovado o "impeachment", a presidente da Câmara suste o envio da matéria ao Senado por cem dias, para que não gere obstáculos a prioridades legislativas de Biden no início de sua gestão. O líder da maioria democrata, deputado Steny Hoyer (D-Maryland), defendeu, por sua vez, o envio imediato do "impeachment" para o Senado.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 11/01/2021 20:41:06 N.º: 00045
Código de autenticação: NDVfam1hcmluaG9fMTEvMDEvMjAyMQ==

A aparente dissonância do discurso entre as principais lideranças democratas reflete a dinâmica inédita do processo de "impeachment" que se avizinha, a ser conduzido em curtíssimo espaço de tempo e sem a atuação de comissões da Câmara, conforme estabelecido pelos precedentes daquela casa legislativa - fato que deverá ser enfatizado pela liderança republicana quando do debate em plenário.

7. A abertura do "impeachment" impõe, assim, dilema ao Partido Democrata, que até o final deste mês terá assumido o controle do Poder Executivo, da Câmara dos Deputados e do Senado pela primeira vez desde 2011: promover medidas para responsabilizar o presidente Donald Trump, sem apoio bipartidário, ou priorizar a agenda governamental de Joe Biden. O presidente-eleito tem buscado manter-se alheio às ações que visam à remoção de Trump do cargo, delegando-as às lideranças de seu partido no Congresso. Embora tenha voltado a criticar o presidente por seu papel nos eventos de 6/1 e na contestação dos resultados eleitorais e a afirmar que considera Trump "inapto a exercer o cargo", não apoiou sua remoção senão indiretamente, ao retuitar vídeo em que o ex-governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger (R- Califórnia), defende tal medida. Biden enfrenta, assim, a cada vez mais difícil tarefa de manter discurso de pacificação do país, que disse ser a prioridade de sua futura administração (tel 2348), e, ao mesmo tempo, de evitar que os primeiros dias de seu governo sejam contaminados por uma crescente e deletéria conjuntura de acirrada rivalidade partidária.

8. Trump não se manifesta publicamente desde a noite da última sexta-feira, quando o Twitter declarou ter suspenso definitivamente a conta pessoal do presidente. Segundo a plataforma, a medida foi tomada "devido ao risco de mais incitação à violência". À ação do Twitter, seguiu-se o banimento de contas pessoais do presidente de praticamente todas as principais plataformas de redes sociais, trazendo novamente à tona o debate sobre os limites da atuação de empresas de mídia social na moderação do discurso público (tel 2183/2020). Espera-se que Trump volte a realizar declarações públicas amanhã (12/1), no contexto de discurso em Alamo (Texas) relativo a avanços nas obras de construção de muro na fronteira sul.

Nestor Forster Jr., embaixador.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 11/01/2021 20:41:06 N.º: 00045
Código de autenticação: NDVfamlhcmluaG9fMTEvMDEvMjAyMQ==

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 11/01/2021 20:41:06 N.º: 00045
Código de autenticação: NDVfamlhcmluaG9fMTEvMDEvMjAyMQ==

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 12/01/2021 21:09:07 N.º: 00052
Código de autenticação: NTJfam1hcmluaG9fMTIvMDEvMjAyMQ==

De Brasemb Washington para Exteriores em 12/01/2021

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA/DCIT/DAC
DESCR=POIN-EUA
REF/ADIT=TEL 38,TEL 2173 2020,TEL 1548 2020
CATEG=MG

//
Estados Unidos. Departamento
de Segurança Interna. Pedido
de demissão de Chad Wolf.
//

Nr. 00052

RESUMO=

Secretário interino de Segurança Interna, Chad Wolf, pediu demissão, em 11/1, a 9 dias da posse do presidente-eleito Joe Biden. Wolf teria invocado recentes decisões judiciais contestando a legitimidade de sua nomeação interina como razão para deixar o cargo. Autoridades de segurança pública preparam-se para responder a eventuais manifestações na data da posse presidencial.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 12/01/2021 21:09:07 N.º: 00052
Código de autenticação: NTJfam1hcmluaG9fMTIvMDEvMjAyMQ==

Aditel 38. O secretário interino de Segurança Interna, Chad Wolf, renunciou, ontem (11/1), a nove dias do fim do mandato do presidente Donald Trump e menos de uma semana após o episódio de invasão e depredação do Congresso americano. Segundo noticiado na imprensa, Wolf teria decidido se desligar do comando do Departamento de Segurança Interna (DHS) em razão de recentes decisões judiciais contestando a legitimidade de sua nomeação como secretário interino, mas teria garantido, em carta interna de despedida, que todas as medidas para garantir transição ordenada para o próximo governo estariam sendo tomadas. A decisão de Wolf surpreendeu por contradizer sua própria afirmação, em declaração condenando as manifestações violentas na semana anterior, de que permaneceria no comando do DHS até o final da administração Trump.

2. Como se recorda (tel 1548/2020), a nomeação de Chad Wolf vem sendo contestada desde agosto de 2020, quando relatório do Escritório de Auditoria do Governo ("Government Accountability Office" - GAO) concluiu que a ordem de sucessão do comando do DHS não teria sido observada por ocasião da substituição interina da secretária Kirstjen Nielsen, que se demitiu em abril de 2019. Isso teria invalidado a nomeação de seus sucessores, Kevin McAleenan, interino até outubro de 2019, e Chad Wolf, que assumiu em novembro daquele ano. Apesar de o GAO não ter poderes para invalidar eventuais decisões de Wolf e de a Inspeção-Geral do DHS ter descartado a possibilidade de examinar a questão, decisões judiciais acolheram a fundamentação do GAO para invalidar algumas decisões de Wolf, como, por exemplo: o memorando regulamentando a situação migratória dos chamados "dreamers", após a decisão da Suprema Corte que invalidou determinação do governo Trump que suspendia o benefício de protelar a deportação de certos imigrantes indocumentados que chegaram aos EUA quando criança (programa do governo Obama conhecido como DACA); e a nova política para solicitação e concessão de asilo (refitel 2173/2020).

3. A saída antecipada de Wolf dá-se em contexto de crescente preocupação das autoridades de segurança pública com a possibilidade de novas manifestações por ocasião da cerimônia de posse do presidente-eleito Joe Biden, no próximo dia 20/1. Segundo noticiado na imprensa, o FBI teria enviado memorando a diversas autoridades policiais alertando para o fato de que

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 12/01/2021 21:09:07 N.º: 00052
Código de autenticação: NTJfam1hcmluaG9fMTIvMDEvMjAyMQ==

"protestos armados" contra a posse do presidente-eleito Joe Biden em todas as 50 capitais estaduais do país e no Distrito de Colúmbia estariam sendo organizados por meio de redes sociais. O FBI não confirmou oficialmente o conteúdo do memorando, mas afirmou que está reunindo "informações para identificar potenciais ameaças e compartilhando essas informações com parceiros".

4. A pedido da prefeita de Washington, D.C., Muriel Bowser, o presidente Donald Trump aprovou, em 11/1, declaração de emergência no Distrito de Colúmbia e determinou assistência do governo federal nos "esforços de resposta" a eventuais incidentes relacionados à ocasião. A medida é válida de 11 a 24/01 e autoriza a Agência Federal de Gerenciamento de Emergências (FEMA), subordinada ao DHS, a coordenar esforços de resposta e oferecer assistência para "salvar vidas e proteger propriedades e saúde e segurança pública, e diminuir ou evitar ameaças de catástrofe". Isso significa que tais medidas serão 100% custeadas ou reembolsadas pelo governo federal.

5. Ainda a esse respeito, registro que uma das últimas determinações de Wolf no DHS foi antecipar, de 19 para 13/1, o início das operações do Serviço Secreto para a cerimônia de posse de Joe Biden, em razão do episódio de invasão do Capitólio, na semana passada.

6. A porta-voz do DHS informou que Wolf permaneceria no DHS no cargo titular (confirmado pelo Senado Federal, em novembro de 2019) de sub-secretário para Estratégia, Política e Planos. Deverá assumir interinamente o comando da pasta o administrador da FEMA, Peter Gaynor. A mudança de comando do DHS levou algumas lideranças democratas a manifestarem-se a favor da urgência na confirmação do nomeado de Joe Biden para a pasta, Alejandro Mayorkas.

Nestor Forster Jr., embaixador

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 12/01/2021 21:09:07 N.º: 00052
Código de autenticação: NTJfam1hcmluaG9fMTIvMDEvMjAyMQ==

LTM

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 13/01/2021 13:08:50 N.º: 00055
Código de autenticação: NTVfam1hcmluaG9fMTMvMDEvMjAyMQ==

De Brasemb Washington para Exteriores em 13/01/2021

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 45,TEL 34,TEL 30
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Repercussões da invasão do
Capitólio. Situação em 12/1.
//

Nr. 00055

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informe. Câmara dos Deputados aprovou na noite de
12/1 resolução que insta o Vice-Presidente a invocar
25a Emenda. Discussão de "impeachment" do presidente
Donald Trump começa hoje (13/1). Bancada republicana
poderá liberar deputados para que votem "de acordo
com sua consciência". Presidente diz considerar
"impeachment" perigoso para o país.

A Comissão de Regras da Câmara dos Deputados deu início, na manhã de ontem (12/1), à discussão formal da resolução de autoria do deputado Jamie Raskin (D-Maryland), que insta o vice-presidente Mike Pence a iniciar o processo de remoção do presidente Donald Trump do cargo com base na Seção 4 da 25a Emenda da Constituição. A matéria foi levada a plenário e aprovada na noite de ontem, por 223 votos a 205, com apenas um deputado republicano votando a favor da medida.

2. A votação da mencionada resolução antecedeu a votação do "impeachment" do presidente Donald Trump, acusado de "incitar uma insurreição" pela bancada do Partido Democrata, em resolução subscrita pela quase totalidade de seus membros (tel 45). A votação, segundo a presidente da Câmara dos Deputados, Nancy Pelosi (D-Califórnia), ocorrerá somente se o vice-presidente Mike Pence não atender ao apelo para acionar a 25a Emenda. Antecipando-se sobre o tema, Pence enviou carta a Pelosi na tarde de ontem, antes da votação na Câmara, informando que não cogita tomar tal medida.

3. A liderança democrata ainda não divulgou os detalhes da sessão que poderá votar o "impeachment" do presidente Donald Trump no dia de hoje. Já anunciou, porém, a equipe de deputados que argumentará em favor do afastamento do presidente, a qual será liderada pelo deputado Jamie Haskin (D-Maryland). Também na noite de ontem, o presidente da Comissão de Assuntos Judiciários, Jerrold Nadler (D-Nova York), apresentou relatório, em nome da maioria da bancada democrata na comissão, em que alinha dados e argumentos em favor da remoção do presidente do cargo. O relatório deverá constituir o cerne argumentativo da bancada democrata quando iniciado o debate geral em plenário.

4. Segundo o relatório, a retórica do presidente relativa a alegações de fraude eleitoral levou seus apoiadores a acreditar que o processo democrático representava uma ameaça ao país. O discurso do presidente horas antes da sessão do Congresso que certificaria os resultados teve, de acordo com o texto, um tom geral ameaçador, que, como demonstraram os eventos subsequentes, foi interpretado de tal forma por seus apoiadores. O resultado teria sido, entre outros, a invasão do Capitólio, a agressão de um

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 13/01/2021 13:08:50 N.º: 00055
Código de autenticação: NTVfam1hcmluaG9fMTMvMDEvMjAyMQ==

policial até a morte, mais de 50 policiais feridos e atos de vandalismo. Tais fatos corresponderiam ao cometimento de "um alto crime e contravenção pelo presidente contra a nação ao incitar uma insurreição no Capitólio em tentativa de reverter os resultados das eleições presidenciais de 2020".

5. O número de subscritores do projeto de resolução que poderá embasar o processo de "impeachment", todos democratas, já aponta para existência de maioria absoluta para aprová-lo. Em reunião da bancada republicana na Câmara dos Deputados, realizada na noite de segunda-feira (11/1), o líder da minoria, deputado Kevin McCarthy (R-Califórnia), confirmou sua posição pessoal contrária ao "impeachment". Porém, a deputada Liz Cheney (R-Wyoming), presidente da Conferência Republicana (terceiro cargo na hierarquia da bancada republicana na Câmara), defendeu que os parlamentares votem "conforme suas consciências". Não há relatos de que o orientador da bancada republicana ("whip"), deputado Steve Scalise (R-Louisiana), esteja buscando alinhar os votos dos parlamentares contra o "impeachment". Nesse contexto, a situação tende a tornar-se mais fluida e número maior de deputados republicanos poderá vir a apoiar a medida, embora não se espere, nas atuais circunstâncias, que esse contingente seja maior do que uma fração da bancada. Até o final da noite de ontem, cinco deputados republicanos haviam confirmado que apoiarão o "impeachment" - a própria Liz Cheney, Adam Kinzinger (R-Illinois), John Katko (R-Nova York), Fred Upton (Michigan) e Jaime Herrera Beutler (Illinois). Em nota divulgada ontem, Cheney afirmou que "nunca houve uma traição maior por um presidente dos EUA de seu cargo e de seu juramento à Constituição".

6. Segundo relatos divulgados pela imprensa na noite de ontem, as fissuras nas hostes republicanas na Câmara teriam levado o líder da minoria a indagar os membros de sua bancada se deveria recomendar ao presidente Trump que renunciasse. Ao mesmo tempo, foi noticiado por fontes de imprensa que o líder da maioria no Senado, senador Mitch McConnell (R-Kentucky), teria dito considerar que Trump teria cometido atos passíveis de "impeachment" e que estaria "satisfeito" que a Câmara estivesse avançando com a votação da medida. McConnell não se pronunciou publicamente sobre o assunto.

7. Para além das crescentes tensões de ordem política, parte da bancada republicana está sendo pressionada por recentes movimentações no setor privado, em razão das iniciativas de parlamentares do Partido Republicano de contestação dos resultados eleitorais antes e após o ataque ao Capitólio. Diversas empresas de grande porte, a exemplo Shopify, Comcast, Hallmark, Airbnb, American Express, At&T, Best Buy, Blue Cross, Mastercard, Morgan Stanley e Verizon declaram algum grau de limitação a contribuições financeiras a políticos e comitês de campanha, limitando, em especial, doações a parlamentares que apoiaram alegações de fraudes eleitorais. O presidente da Câmara de Comércio dos Estados Unidos também expressou apoio ao "impeachment" e alertou sobre "consequências" para parlamentares que se opuseram à certificação dos resultados eleitorais.

8. Registre-se, ainda, que o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas publicou ontem à noite seu primeiro comunicado a respeito dos eventos de 6/1. Segundo o texto, "a violenta desordem em Washington/DC, em 6/1, foi um ataque direto ao Congresso, ao Capitólio e a nossa ordem constitucional". O texto diz que "o direito de liberdade de expressão e de reunião não dá a ninguém o direito de recorrer a violência, sedição e insurreição" e conclui afirmando que Joe Biden tomará posse em 20/1 como "46o comandante em chefe".

9. Em seu primeiro evento público desde o ataque ao Capitólio (tel 22), realizado em frente a trecho de muro recentemente construído na fronteira sul, na cidade de Alamo (Texas), o presidente Donald Trump pronunciou-se em relação a iniciativas que buscam removê-lo do cargo. Disse que "a liberdade de expressão está sob ataque como nunca antes", em menção indireta ao banimento de suas contas nas principais plataformas de redes sociais (tel 45), afirmou não haver "nenhum risco" de que venha a ser removido do cargo via invocação da 25a Emenda, e que o tema "voltará para assombrar Joe Biden e a administração Biden" - e alertou: "cuidado com o que deseja". Considerou as novas iniciativas em favor de seu "impeachment" uma continuação da "maior e mais perversa caça às bruxas" da história do país, que estaria causando "raiva, divisão e dor" e seria "perigoso para os EUA nestes tempos delicados". Voltou a condenar o "bando" que invadiu e vandalizou o Capitólio em 6/1, fez apelo em favor da manutenção do

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 13/01/2021 13:08:50 N.º: 00055
Código de autenticação: NTVfam1hcmluaG9fMTMvMDEvMjAyMQ==

estado de direito e lançou palavras de apoio aos
"heróis dos serviços policiais", e disse ser hora "de
curar a nação, de paz e de calma".

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 13/01/2021 13:08:50 N.º: 00055
Código de autenticação: NTVfam1hcmluaG9fMTMvMDEvMjAyMQ==

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 13/01/2021 20:54:44 N.º: 00064
Código de autenticação: NjRfam1hcmluaG9fMTMvMDEvMjAyMQ==

De Brasemb Washington para Exteriores em 13/01/2021

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 45,TEL 55,TEL 34
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Processo de "impeachment" do
presidente Donald Trump.
Aprovação pelo plenário da
Câmara dos Deputados.
//

Nr. 00064

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Câmara dos Deputados aprova "impeachment" do
presidente Donald Trump, pela segunda vez em seu
mandato. Dez deputados republicanos foram favoráveis
à medida. Senado não deverá iniciar o julgamento de
"impeachment" antes de 19/1, véspera da posse do
presidente-eleito Joseph Biden. Em nota, presidente
pede que, à luz de anúncio de protestos, não haja
violência.

A Câmara dos Deputados aprovou, na tarde de hoje (13/1), por 232 votos a favor e 197 contra, o "impeachment" do presidente Donald Trump por "incitar uma insurreição" no dia 6/1. Naquela data, pouco após discurso do presidente em frente à Casa Branca, uma turba de manifestantes depredou e invadiu o Capitólio, a fim de impedir a certificação dos resultados das eleições presidenciais de 2020 pelo Congresso (tel 22).

2. Nunca antes na história dos Estados Unidos um presidente no exercício do mandato havia sofrido o "impeachment" pela Câmara duas vezes. Anteriormente, o presidente Trump fora impedido pela Câmara, em 18/12/2019 (tel 1815/2019), mas absolvido pelo Senado (tel 195/2020). Ao contrário do que ocorreu no episódio anterior, quando o "impeachment" foi aprovado em linhas estritamente partidárias, desta feita dez deputados republicanos votaram a favor da sanção contra o presidente: Liz Cheney (R-Wyoming), Adam Kinzinger (R-Illinois), Anthony Gonzalez (R-Ohio), Dan Newhouse (R-Michigan), David Valadao (R-Califórnia), Fred Upton (R-Michigan), Jaime Herrera Beutler (R-Illinois), John Katko (R-Nova York), Peter Meijer (R-Michigan) e Tom Rice (R-Carolina do Sul). Quatro deputados republicanos não votaram. A remoção do presidente do cargo deverá, ainda, ser avaliada em julgamento no Senado.

3. Se o processo de "impeachment" de 2019 foi marcado pela pela ferrenha oposição da minoria republicana, unida sob a liderança do partido em discurso uníssono em defesa do presidente (tel 1833/2019), o "impeachment" aprovado hoje revelou uma bancada republicana mais dividida em relação a seu apoio ao presidente e mais relutante em defendê-lo. A ausência de esforço da liderança republicana para manter a bancada unificada constitui, dessa forma gesto que antecipa incipiente tentativa de parte do Partido Republicano em tentar reduzir o controle exercido pelo presidente Trump, em sinal de divisão intrapartidária que poderá se aprofundar após a posse do novo governo, em 20/1.

4. O plenário havia aprovado no início da tarde, em linhas estritamente partidárias, as regras do processo

de "impeachment", que previram apenas duas horas de debate geral entre parlamentares favoráveis e contrários. Sobre o processo, os democratas argumentaram não precisar de longo procedimento para investigar se o presidente instigou uma insurreição contra o Capitólio - pois isso estaria publicamente registrado -, e sua remoção do cargo seria urgente para evitar maiores riscos ao país. Acusaram o presidente de convocar uma multidão para Washington em 6/1 e insuflá-la contra o Congresso. Consideraram que os questionamentos à legitimidade das eleições por parte do presidente, sua retórica e sua insistência em reverter os resultados eleitorais teriam radicalizado um grupo que buscou subverter a ordem democrática. O país não poderia, dessa forma, pacificar-se sem que houvesse responsabilização do presidente.

5. A bancada republicana criticou o processo por ter sido levado rapidamente ao plenário, sem audiências ou debates no contexto das comissões, o que consideram violação dos precedentes estabelecidos e "banalização" do "impeachment". Muitos traçaram comparações com a violência observada em protestos durante o verão deste ano, que teriam contado com leniência do Partido Democrata. Houve também algumas críticas ao "tom confrontacional" do discurso do presidente. O líder da minoria republicana, Kevin McCarthy (R-Califórnia), afirmou que o presidente teria responsabilidade quanto ao que ocorrera em 6/1 e criticou-o pela demora em pedir que a multidão cessasse a violência. McCarthy disse que apoiaria eventual moção de censura ao presidente, mas se disse contrário ao "impeachment", pois a medida dividiria ainda mais o país, em momento no qual este precisaria unir-se.

6. Durante o processo na Câmara, o presidente Donald Trump divulgou a seguinte declaração: "À luz de recentes informações sobre novos protestos, insisto que não deve haver violência, violação das lei ou vandalismo de qualquer tipo. Esses atos não são algo que eu defenda, e não é o que a América defende. Clamo que todos os americanos ajudem a amenizar as tensões e acalmar os ânimos".

7. A presidente da Câmara dos Deputados (D-Califórnia), Nancy Pelosi (D-Califórnia), deverá enviar o "artigo de impeachment" ao Senado rapidamente. Apesar de sua crescente indisposição em relação ao presidente (tel 55), o líder da maioria

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 13/01/2021 20:54:44 N.º: 00064
Código de autenticação: NjRfam1hcmluaG9fMTMvMDEvMjAyMQ==

republicana no Senado, senador Mitch McConnell (R-Kentucky), confirmou que o Senado voltará a suas atividades normais somente em 19/1. Até lá, aquela casa legislativa seguirá em recesso. O Senado deverá confirmar o recebimento do "artigo de impeachment" do presidente Trump somente em 19/1 ou 20/1. Entre 20/1 e 21/1, o Senado iniciaria o julgamento de "impeachment" do presidente, segundo calendário divulgado por McConnell.

8. Nesse contexto, o início do julgamento de "impeachment" se daria em paralelo à posse do presidente-eleito Joseph Biden (agendada, pela Constituição, para 20/1, ao meio-dia). Também coincidiria com um processo de transição da liderança do Senado, que passará às mãos dos democratas após a posse de Kamala Harris como vice-presidente dos EUA e presidente do Senado (também em 20/1, ao meio-dia) e à posse dos senadores-eleitos Jon Ossoff e Raphael Warnock, da Geórgia, que deverá ocorrer pouco antes ou pouco depois do dia 20/1 (tel 50).

9. No começo de 2020, o julgamento de "impeachment" do presidente Donald Trump no Senado levou 21 dias (tel 195/2020). Mantido calendário, semelhante, as três primeiras semanas do governo Biden seriam marcadas pelo julgamento de "impeachment". Reporta-se que Biden teria consultado McConnell, informalmente, a respeito da possibilidade de que, nesse período, iniciativas legislativas de interesse do novo governo (em particular, sabatinas de confirmação de indicações para departamentos e órgãos do Poder Executivo) fossem conduzidas pela manhã, e o julgamento de "impeachment" no período da tarde. Esse arranjo poderá ser consolidado tão logo o senador Chuck Schumer assuma a liderança da maioria.

10. Existe um debate constitucional em aberto a respeito da possibilidade de que um julgamento de "impeachment" seja conduzido após um presidente deixar o cargo. Há precedentes remotos para a medida na história dos EUA: o "impeachment" do senador William Blount, em 1797, e do secretário de Guerra William Belknap, em 1876, ambos após terem renunciado a suas posições. Também há controvérsia constitucional sobre se a condenação em julgamento de "impeachment" implicaria, automaticamente, a vedação de que Trump volte a concorrer a cargos eletivos ou ocupar cargos públicos, ou se tal medida dependeria de uma outra votação pelo plenário. Segundo o artigo I, seção III

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 13/01/2021 20:54:44 N.º: 00064
Código de autenticação: NjRfam1hcmluaG9fMTMvMDEvMjAyMQ==

da Constituição, "julgamento em casos de impeachment não deve estender-se além da remoção do cargo, desqualificação para ser nomeado e exercer cargos de honra, confiança ou lucro sob os Estados Unidos".

11. A condenação de Trump depende de votação favorável de 2/3 dos senadores presentes à sessão. Em um Senado cujos assentos dividem-se igualmente entre as bancadas (50 para cada), a condenação e eventuais sanções correspondentes dependeria do apoio e/ou não comparecimento de 17 senadores republicanos. Até o momento, apenas o senador Pat Toomey (R-Pensilvânia) anunciou apoio público à condenação de Trump no julgamento de "impeachment".

12. O "impeachment", como tantos outros temas do debate político norte-americano, mobiliza a população do país em torno de posições decisivamente influenciadas pela orientação político-partidária. Segundo levantamento do sítio FiveThirtyEight com 13 pesquisas realizadas desde os eventos de 6/1, 52,7% dos entrevistados apoiam o "impeachment" do presidente, e 41,7% se opõem. Entre entrevistados eleitores do Partido Democrata, o índice sobe para 84,3% de apoio ao "impeachment". Entre republicanos, o apoio ao "impeachment" seria de apenas 15,5%. Eleitores que se identificam como independentes estão divididos: 48% apoiam o "impeachment" de Trump.

Nestor Forster Jr., embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 13/01/2021 20:54:44 N.º: 00064
Código de autenticação: NjRfam1hcmluaG9fMTMvMDEvMjAyMQ==

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 14/01/2021 15:01:22 N.º: 00067
Código de autenticação: Njdfam1hcmluaG9fMTQvMDEvMjAyMQ==

De Brasemb Washington para Exteriores em 14/01/2021

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA/DCIT/DAC/DCJI
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 52
CATEG=MG

//
Estados Unidos. Invasão do
Capitólio em 6/1.
Investigações criminais.
//

Nr. 00067

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Em entrevista coletiva em 12/1,
representantes do FBI e do Departamento de Justiça
apresentaram panorama das investigações criminais em
curso para responsabilizar os envolvidos na invasão e
depredação do Capitólio, em 6/1. Procurador-geral
interino divulga breve vídeo sobre as investigações.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 14/01/2021 15:01:22 N.º: 00067
Código de autenticação: NjdfamlhcmluaG9fMTQvMDEvMjAyMQ==

Representantes do Departamento de Justiça (DoJ) e do "Federal Bureau of Investigation" (FBI) realizaram, em 12/1, a primeira entrevista coletiva sobre as investigações em curso para responsabilização dos envolvidos nos episódios de invasão e depredação do Capitólio (em 6/1). O diretor-assistente do escritório regional do FBI em D.C., Steven D`Antuono, e o procurador-chefe interino do escritório regional da promotoria federal (US Attorney Office) no Distrito de Colúmbia (D.C.), Michael Sherwin, apresentaram panorama dos casos abertos, indiciamentos criminais e dos próximos passos das equipes de investigação.

2. D`Antuono afirmou, em referência aos atos de 6/1, que o FBI comanda "operação abrangente" para desvendar "o que aconteceu naquele dia" e que está em posse de mais de 100 mil "provas em mídia digital", compartilhadas pelo "povo americano", em atendimento à "solicitação de recebimento de pistas" por parte da agência. Isso teria permitido ao FBI abrir, até aquele momento, mais de 160 casos, número que considerou "apenas a ponta do iceberg".

3. A respeito do trabalho de inteligência da agência antes das manifestações do dia 6/1, D`Antuono revelou que um indivíduo teria sido preso pela polícia metropolitana de D.C. na noite anterior à invasão do Capitólio e que outros teriam sido impedidos de viajar à capital para a manifestação, com base em informações fornecidas pelo FBI. Ponderou, todavia, que o desafio dos investigadores ao acompanhar postagens nas redes sociais é separar "aspirações" de "intenções" e diferenciar, entre aqueles que "falam coisas desprezíveis na internet", os que praticam "bravatas de teclado" e os que "realmente tem a intenção de causar dano". Segundo D`Antuono, investigações somente podem ser abertas se houver ameaça de violência por parte de pessoa específica. Isso faria com que não raro boletins de inteligência alertem para ameaças genéricas e riscos de violência, sem que, no entanto, indivíduos possam ser detidos.

4. Michael Sherwin afirmou que DoJ e FBI estão lidando com uma investigação de "escala e amplitude sem precedentes", diante do número de pessoas envolvidas e das evidências disponíveis, que fazem das dependências internas e externas do Capitólio "essencialmente uma cena de crime". Disse tratar-se de investigação com "milhares de testemunhas" e com "centenas de processos

criminais" em diversas instâncias da justiça federal americana, que não será resolvida "da noite para o dia".

5. Sherwin esclareceu que há atualmente acusações criminais formalizadas contra cerca de 170 pessoas, 70 das quais já teriam sido indiciadas. Esse número, segundo Sherwin, "crescerá geometricamente" e chegará a centenas de indiciados. Sherwin explicou que a estratégia adotada foi a de priorizar a rapidez na abertura de casos, o que levou a acusações iniciais por crimes menos graves ("misdemeanors"), que são mais simples e fáceis de comprovar e autorizam a polícia a realizar prisões. A partir daí, os promotores federais poderão acrescentar acusações mais graves ("felonies") para fins de indiciamento na justiça americana. Segundo Sherwin, as acusações iniciais referem-se a condutas com as quais "o público americano está familiarizado", porque circularam nas redes sociais: entrada ilegal ("trespassing"), furto de propriedade e documentos, posse irregular de arma, entre outras. Contudo, afirmou Sherwin, os promotores e parceiros do FBI - "Bureau of Alcohol, Tobacco, Firearms, and Explosives" (ATF), a polícia do Capitólio e a polícia metropolitana de D.C. - estariam investigando crimes de agressão a policiais e à imprensa, posse de materiais explosivos, desordem civil e conspiração para derrubar o governo ("seditious conspiracy"), que podem resultar em pena máxima de 20 anos de prisão. Disse, ainda, que focarão nas acusações mais graves, com equipes especiais para reunir provas em relação aos crimes relacionados à conspiração para derrubar o governo, para que sirvam como desestímulo ("deterrent") de ações semelhantes no futuro.

6. Em resposta a perguntas dos jornalistas, D'Antuono e Sherwin afirmaram que o FBI compartilhou com parceiros de outras agências em D.C. (por meio do sistema JTTF - "Joint Terrorism Task Forces"), "inteligência" sobre as manifestações que aconteceriam no dia 6/1, sem, no entanto, detalhar o conteúdo dessas informações. Evitaram antecipar opinião sobre eventual ocorrência de "terrorismo doméstico", dispensando "a tirania dos rótulos", em razão da "diversidade de acusações federais" aplicáveis às condutas ilegais relacionadas à invasão do Capitólio.

7. Afirmaram, ainda, que a morte do policial do Capitólio Brian Sicknick está sob investigação, assim

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 14/01/2021 15:01:22 N.º: 00067
Código de autenticação: NjdfamlhcmluaG9fMTQvMDEvMjAyMQ==

como as circunstâncias relacionadas às bombas caseiras encontradas nas sedes nacionais dos partidos Republicano e Democrata, nas imediações do Capitólio. Anunciaram que há oferta de recompensa de 50 mil dólares a quem fornecer informação que leve à identificação dos responsáveis pela colocação das bombas. Também confirmaram que estão examinando a possibilidade de incluir determinados suspeitos de participação nos episódios de 6/1 em lista de proibição de embarque em voos ("no fly list"), de modo a impedir que se desloquem à capital para protestos por ocasião da posse presidencial em 20/1.

8. Ontem (13/1), o procurador-geral interino Jeffrey Rosen publicou breve vídeo em que aborda o "trágico episódio" de invasão do Capitólio e a atuação das agências do DoJ no próprio dia 6/1 e nas investigações criminais que se sucederam. Rosen afirmou que o DoJ está "ciente" dos protestos programados por ocasião da posse presidencial e que o exercício de direitos constitucionais será protegido, mas disse que o Departamento "não demonstrará tolerância" com quem "esteja cogitando violência ou ameaça de violência ou qualquer outro ato criminoso" para perturbar a "transição pacífica de poder".

Nestor Forster Jr., embaixador

LTM

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 14/01/2021 20:06:38 N.º: 00069
Código de autenticação: Njlfam1hcmluaG9fMTQvMDEvMjAyMQ==

De Brasemb Washington para Exteriores em 14/01/2021

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPONSEUA
REF/ADIT=TEL 64,TEL 55,TEL 45
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Processo de "impeachment" do
presidente Donald Trump.
Repercussões.
//

Nr. 00069

Retransmitido via clic para os Consulados nos EUA

RESUMO=

Informo. Após aprovação do "impeachment" pela Câmara, presidente Donald Trump condena, em vídeo, violência em protestos e censura de redes sociais. Presidente eleito Joseph Biden menciona o "impeachment" sem posicionar-se explicitamente a favor e insta o Senado a conduzir o julgamento sem prejudicar prioridades legislativas de seu governo. Partido Republicano tenta aplacar suas divisões internas.

Após a aprovação, pela segunda vez, de "impeachment" do presidente Donald Trump pela Câmara dos Deputados (tel 64), tanto Trump quanto o presidente eleito Joseph Biden manifestaram-se a respeito da decisão daquela casa legislativa.

2. Em vídeo divulgado pela conta de Twitter da Casa Branca minutos após a votação na Câmara, o presidente Donald Trump não fez qualquer referência a seu "impeachment". Optou, alternativamente, por fazer seu mais contundente apelo ao não cometimento de atos de violência desde a invasão do Capitólio, em 6/1, o qual pode ter representado reconhecimento de que suas manifestações anteriores (tel 55 e 34) não teriam sido suficientes para aplacar os ânimos de seus apoiadores mais extremados - percepção que fora, inclusive, confirmada pelo líder da minoria republicana na Câmara, deputado Kevin McCarthy, na sessão de ontem, 13/1 (tel 64).

3. Trump condenou "inequivocamente" a violência vista na semana passada e disse que violência e vandalismo não teriam lugar em seu movimento ("Make America Great Again"), cujas características seriam a defesa do estado de direito, apoio a forças policiais e defesa de valores e tradições. Afirmou jamais haver justificativa para a violência, por parte da esquerda ou da direita, e garantiu que os envolvidos na invasão de 6/1 serão levados à justiça. O presidente não deixou de fazer aceno político a sua base, ao criticar o ataque sem precedentes à liberdade de expressão, em menção indireta ao bloqueio de suas contas e de apoiadores em plataformas de redes sociais (tel 45), iniciativas de "censura, cancelamento e de formação de listas negras. que são erradas e perigosas".

4. Em nota, o presidente eleito Joseph Biden, que nunca declarou explicitamente seu apoio ao "impeachment" do presidente Trump, criticou a "insurreição armada contra os Estados Unidos" e clamou pela punição daqueles que foram por ela responsáveis. Disse que o ocorrido em 6/1 fora um ataque planejado e coordenado levado a cabo por extremistas políticos e terroristas domésticos, incitados à violência pelo presidente Donald Trump. Biden descreveu o processo de "impeachment" na Câmara, sem declarar-se favorável ao resultado, mas mencionou que o voto "responsabilizava"

o presidente. Por fim, fez apelo para que o Senado encontre um modo de lidar com sua responsabilidade constitucional de conduzir o julgamento de Trump ao mesmo tempo em que trabalhe em outras questões, como a confirmação de indicados para seu governo, a implementação do programa de vacinação e a reativação da economia dos EUA.

5. O líder da minoria na Câmara vem promovendo esforços na tentativa do reagrupamento dos deputados do Partido Republicano. O aprofundamento da divisão entre os parlamentares desde a invasão do Capitólio e as diferentes posições quanto ao questionamento de resultados eleitorais (tel 22) atingiu novo patamar após a deputada Liz Cheney (R-Wyoming), terceira na hierarquia republicana na Câmara, e outros nove deputados apoiarem o "impeachment" do presidente Trump (tel 64). A liderança da Bancada da Liberdade da Câmara ("House Freedom Caucus"), que congrega a ala mais alinhada ao presidente, passou a defender a retirada de Cheney de sua posição. McCarthy, em tentativa de conter o conflito emergente dentro do partido, anunciou ser contrário à substituição de Cheney.

6. No Senado, ainda há escassos sinais sobre a posição de parlamentares republicanos quanto ao julgamento no Senado. Até o momento, apenas os senadores Pat Toomey (R-Pensilvânia) e Lisa Murkowski (R-Alaska) indicaram serem favoráveis à condenação do presidente Trump em julgamento de "impeachment". Os senadores Mitt Romney (R-Utah) e Ben Sasse (R-Nebraska) se disseram favoráveis à renúncia do presidente, mas ainda não se posicionaram quanto ao "impeachment". A senadora Susan Collins (R-Maine), de perfil mais independente, pode ser um possível voto a favor da condenação. Contudo, mesmo que todos esses senadores se somem à bancada democrata, seriam necessários ainda outros doze votos para perfazer a maioria de dois-terços necessária a um veredito em desfavor do presidente no Senado.

7. Até que o julgamento seja concluído (o que se pode projetar, preliminarmente, para meados de fevereiro), caberá observar, entre outros elementos, a dinâmica político-partidária, a posição do líder republicano, Mitch McConnell (R-KY) - que tem mantido postura dúbia em relação ao "impeachment" (tel 55) -, eventuais novas revelações sobre os eventos de 6/1 e o comportamento do presidente Trump até a posse de Biden

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 14/01/2021 20:06:38 N.º: 00069
Código de autenticação: Njlfam1hcmluaG9fMTQvMDEvMjAyMQ==

e logo após sua saída do cargo. Serão esses os principais elementos que poderão determinar o posicionamento da bancada republicana e o surgimento de eventual apoio de 17 senadores à condenação de Trump, desfecho que parece pouco provável no momento.

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 15/10/2020 11:18:47 N.º: 01930
Código de autenticação: MTkzMF9qbWFyaW5ob18xNS8xMC8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 15/10/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
REF/ADIT=TEL 865 2019
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Suprema Corte. Conclusão
do Censo 2020. Decisão.
//

Nr. 01930

RESUMO=

Informe. Suprema Corte decide que levantamentos do censo de 2020 poderão ser encerrados antes de 31/10. Medida seria necessária para totalizar os números até o prazo legal de 31/12, segundo o governo. Para democratas, medida subestimarão "população imigrante" e "marginalizada". Censo é base para redistribuir os 435 assentos da Câmara dos Deputados entre os estados, a cada dez anos.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 15/10/2020 11:18:47 N.º: 01930
Código de autenticação: MTkzMF9qbWFyaW5ob18xNS8xMC8yMDIw

A Suprema Corte decidiu, esta semana, pela derrubada de decisão liminar da Corte de Apelação do Nono Circuito que vedava a possibilidade de o Poder Executivo federal encerrar os levantamentos do censo de 2020 antes do prazo definido para sua conclusão, em 31/10. Com esse veredito, o Escritório do Censo dos EUA, subordinado ao Departamento do Comércio, está autorizado a finalizar as consultas censitárias tão logo decida. Divergiu da decisão daquele alto tribunal somente a juíza Sonia Sotomayor.

2. O prazo original para a conclusão dos levantamentos do censo, em 31/7, havia sido estendido, no início do ano, para 31/10, devido às dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19. Em 3/8, contudo, o secretário de Comércio, Wilbur Ross, anunciou nova modificação daquele prazo, antecipando-o para 30/9. A data limite legal de entrega dos resultados finais do censo ao presidente Donald Trump é 31/12.

3. A decisão administrativa de Ross foi objeto de ação judicial da "National Urban League", organização da sociedade civil sobre temas de direitos civis, com apoio de prefeitos ligados ao Partido Democrata. Os referidos autores argumentaram que a abreviação do prazo faria com que o censo de 2020 "subestimasse o número de imigrantes, pessoas de baixa renda e outros grupos difíceis de contabilizar". Já o governo afirmou que a conclusão antecipada dos levantamentos seria necessária para totalizar os números até a data limite legal de 31/12. A Corte de Apelação do Nono Circuito atendeu ao pedido da "National Urban League", o que obrigou a administração federal a prosseguir com os trabalhos do censo até a recente decisão da Suprema Corte.

4. Em nota à imprensa, o Escritório do Censo anunciou que encerrará oficialmente as sondagens hoje (15/10). Esclareceu, ainda, que foram objeto dos levantamentos "99,9% dos lares do país". Em sua opinião divergente, contudo, a juíza Sotomayor afirmou que "o percentual de não respondentes seria muito maior entre populações marginalizadas e em áreas difíceis de contabilizar, como terras indígenas e regiões rurais". Preocupações da mesma natureza foram levantadas pela inspetora-geral do Departamento do Comércio, Peggy Gustavson, que, em relatório publicado em 18/9, afirmou que "a aceleração da agenda aumenta os riscos de um censo 2020 incompleto e impreciso".

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 15/10/2020 11:18:47 N.º: 01930
Código de autenticação: MTkzMF9qbWFyaW5ob18xNS8xMC8yMDIw

5. Nos EUA, o censo é realizado a cada dez anos, por determinação constitucional. Trata-se de procedimento com importante implicação política, uma vez que esses dados são utilizados como base para a redistribuição dos 435 assentos da Câmara dos Deputados entre os 50 estados da federação - e, por conseguinte, do número de votos no Colégio Eleitoral para cada estado. A nova redistribuição de deputados valerá a partir das eleições de meio de mandato de 2022. Além da representação parlamentar, os resultados do censo influenciam, também, a distribuição de recursos financeiros federais para os estados (tel 865/2019).

6. O Partido Democrata argumenta que o encurtamento do prazo do censo e a potencial exclusão de imigrantes indocumentados reduziriam a representatividade populacional em estados de maioria democrata. Em nota, o Comitê Nacional do Partido Democrata afirmou que a decisão "ameaça nossa democracia e é uma vergonhosa tentativa de silenciar comunidades marginalizadas". Acrescentou que "os objetivos da administração Trump são simples: retirar dos estados suas fatia justa dos recursos [federais] e de representação, além de reduzir a influência de imigrantes e eleitores de cor".

7. Em outra ação sob análise da Suprema Corte, mas ainda sem decisão definitiva, o Poder Executivo tenciona desconsiderar, no censo, a contagem de imigrantes indocumentados na totalização da população norte-americana. A pedido do governo, aquele alto tribunal aceitou conferir "celeridade" ao caso, a fim de que seja tomada uma decisão final sobre o tema até o mês de dezembro.

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 15/10/2020 11:18:47 N.º: 01930
Código de autenticação: MTkzMF9qbWFyaW5ob18xNS8xMC8yMDIw

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 17/10/2020 22:16:20 N.º: 01947
Código de autenticação: MTk0N19qbWFyaW5ob18xNy8xMC8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 17/10/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=EUA-POIN
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 1900,TEL 1880,TEL 1853
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Campanha. Atualização.
//

Nr. 01947

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Após rápida recuperação da COVID-19,
presidente Donald Trump retoma ritmo normal de
campanha. Após cancelamento do segundo debate, são
realizados dois "town halls" separados com os
candidatos. Ex-vice-presidente Joe Biden aumenta
vantagem nas pesquisas nacionais, mas disputa
mantém-se estável nos principais estados-pêndulo.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 17/10/2020 22:16:20 N.º: 01947
Código de autenticação: MTk0N19qbWFyaW5ob18xNy8xMC8yMDIw

Após rápida recuperação da COVID-19, o presidente Donald Trump retomou o ritmo normal de campanha. Participou, já em 12/10, de comício presencial na região de Sanford, na Flórida, considerado por muitos o principal estado-pêndulo da atual disputa à Casa Branca (tel 1900). Também assistiu a outros eventos presenciais nesta semana, nos também estados-pêndulo da Pensilvânia e da Carolina do Norte, além de Geórgia e Iowa. Nesses dois últimos, o apoio republicano costuma ser majoritário, mas pesquisas recentes apontaram empate técnico dentro da margem de erro.

2. Apesar da melhora de saúde do presidente, a Comissão de Debates Presidenciais decidiu - após sua proposta de evento virtual ser rejeitada pelo Partido Republicano - pelo cancelamento do segundo debate, agendado para 15/10, em Miami (tel 1900). Com isso, deverá restar somente mais um debate entre os candidatos presidenciais, em 22/10, na cidade de Nashville, Tennessee. Alternativamente, foram realizados, ontem, dois eventos televisivos simultâneos no formato "town hall", no qual eleitores realizam perguntas diretamente aos candidatos. O ex-vice-presidente Joe Biden participou do programa organizado pelo canal ABC News, e o presidente Donald Trump, no promovido pela rede NBC News.

3. Biden, como ocorrera no primeiro debate presidencial (em 29/9), foi evasivo a respeito de sua posição sobre potencial aumento do número de juizes da Suprema Corte. Segundo ele, sua decisão dependeria da maneira pela qual o Senado lidará com a nomeação de Amy Coney Barrett para aquela corte constitucional ("I`m open to considering what happens from that point on"). Afirmou ser favorável à revogação de parte da lei, implementada pela atual administração, que promoveu cortes de impostos para "os 0,1% mais ricos" e repetiu o refrão de que pretende, "caso obtenha os votos para tanto no Congresso", aumentar os impostos somente para cidadãos com renda superior a US\$ 400 mil/ano. Negou ser favorável ao banimento da exploração de gás de xisto via "fracking", mas frisou que tais operações devem ser "muito, muito bem manejadas". Voltou a criticar a resposta federal à pandemia de COVID-19 e disse ser favorável à obrigatoriedade de vacina contra a doença "a depender de sua natureza [da vacina], de quando estiver disponível e de como será distribuída". Pela terceira vez em eventos públicos, Joe Biden

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 17/10/2020 22:16:20 N.º: 01947
Código de autenticação: MTK0N19qbWFyaW5obl8xNy8xMC8yMDIw

repetiu "talking point" sobre a Amazônia (tel 1853 e tel 465). Segundo o candidato democrata, "o maior sumidouro de carbono no mundo é a Amazônia. Mais carbono é absorvido do ar, diminuindo o aquecimento global, na Amazônia que todo o carbono emitido anualmente por todos os veículos e todos os demais nos EUA". Em nenhum momento Biden foi indagado, durante a entrevista que transcorreu em ambiente favorável, sobre a recente reportagem do jornal "New York Post" sobre seu filho, Hunter (tel 1940).

4. Ao contrário, no "town hall" do qual participou, o presidente Donald Trump enfrentou questionamentos mais intensos, em particular sobre seu diagnóstico de COVID-19, as medidas de contenção dos riscos de contaminação na Casa Branca, suas opiniões sobre o uso de máscaras e as medidas tomadas pelo governo federal contra a pandemia. O presidente foi, como em outras ocasiões, instado a condenar supostos movimentos supremacistas brancos - o que fez - e perguntado sobre sua posição sobre o movimento QAnon e outras "teorias da conspiração". Indagado se aceitaria uma "transição pacífica de poder", expressou preocupação com "milhões de cédulas não solicitadas [circuladas pelos correios]" e "votos jogados em latas de lixo". Sobre a recuperação econômica, afirmou que os números do terceiro trimestre - que serão divulgados em 1/11, dois dias antes das eleições gerais - serão "fenomenais". Sobre acesso à saúde, comprometeu-se a garantir cobertura médica a doença preexistentes "com menor custo", caso o "Obamacare" ("Affordable Care Act") venha a ser revogado pela Suprema Corte. Defendeu os cortes de impostos promovidos por sua administração, que teriam sido a causa da baixa recorde do desemprego em todos os grupos sociais, obtida antes da pandemia de COVID-19.

5. O presidente Trump busca, com a retomada do ritmo normal de campanha presencial e de aparições na mídia, contrarrestar a recente melhoria do ex-vice-presidente Biden nas pesquisas de intenção de voto desde o primeiro debate, em 29/9 (tel 1853). De acordo com média de pesquisas nacionais do site RealClearPolitics, o candidato democrata teria 8,9 pontos percentuais de vantagem sobre o republicano, aumento de pouco menos de 3 pontos percentuais desde o primeiro debate. Nos principais estados-pêndulo, no entanto, segue aparente estabilidade na disputa: à exceção da Carolina do Norte, em que Biden estaria 2,7

pontos percentuais à frente do presidente (2 pontos acima do índice no final de setembro), a disputa em Michigan (6,7%), Pensilvânia (5,7%), Flórida (1,7%), Arizona (2,7%) e Wisconsin (6,3%) segue em linha com índices do mês passado. Em média, considerados somente esses seis estados-pêndulo, Biden estaria 4,9% à frente de Trump. A esta altura de 2016, Hillary Clinton estava 5,4% à frente de Trump naqueles mesmos estados, o que denota a manutenção de uma corrida presidencial disputada e imprevisível.

6.A campanha do ex-vice-presidente Biden manteve o ritmo de viagens e eventos presenciais durante a convalescência do presidente Trump. O foco do candidato democrata, em seus périplos mais recentes, tem sido os estados-pêndulo da Flórida (onde esteve em três oportunidades nos últimos 30 dias) e Pensilvânia (seu estado natal), além de Geórgia, Ohio e Texas. Nestes três últimos, embora haja favoritismo republicano, os candidatos aparecem em virtual empate em recentes pesquisas de intenção de voto. Mais do que buscar vencer nesses estados cujo histórico recente permitiria inferir a existência de uma maioria republicana, a campanha de Biden busca estimular Trump a despender recursos adicionais naquelas localidades, em detrimento de estados com natureza pendular mais evidente. No momento, a campanha de Biden tem US\$ 432 milhões em caixa, ao passo que a de Trump tem US\$ 251 milhões.

7.Para além dos estados-pêndulo, ambos os candidatos têm direcionado suas atenções para os eleitores com mais de 65 anos (cerca de 1/4 do eleitorado potencial do país, de acordo com o Pew Research Center). Trata-se do grupo etário com maior índice de participação eleitoral (cerca de 70%), entre os quais Trump teve melhor desempenho em 2016 (sete pontos percentuais à frente de Hillary Clinton, de acordo com pesquisas de "boca de urna" do FiveThirtyEight). Embora tenha apoiado, majoritariamente, o Partido Republicano desde 2004, parece estar em curso mudança nas preferências desse grupo demográfico: de acordo com pesquisas recentes, Biden tem verificado, entre tais eleitores, o maior crescimento percentual em relação a Hillary Clinton. Desde o primeiro debate, pesquisas apontam para uma vantagem de 5% de Biden sobre Trump entre eleitores com mais de 65 anos - desempenho 12 pontos percentuais superior ao de Clinton em 2016 (FiveThirtyEight). Vale recordar, a

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 17/10/2020 22:16:20 N.º: 01947
Código de autenticação: MTK0N19qbWFyaW5ob18xNy8xMC8yMDIw

propósito, que a Flórida - além de estado-pêndulo - é
o segundo estado do país em número de eleitores
idosos, atrás apenas do Maine.

Nestor Forster Jr., embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 17/10/2020 22:16:20 N.º: 01947
Código de autenticação: MTk0N19qbWFyaW5ob18xNy8xMC8yMDIw

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 22/10/2020 17:21:52 N.º: 01986
Código de autenticação: MTK4Nl9qbWFyaW5ob18yMi8xMC8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 22/10/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA/DACCESS
DESCR=PEXT-BRAS-EUA
REF/ADIT=TEL 1980
CATEG=MG

//
Brasil-EUA. "2020 U.S.-Brazil
Connect Summit". Painele
"Brazil-U.S. Relations in a
Possible Biden
Administration".
//

Nr. 01986

RESUMO=

Informe. Relata o painel "Brazil-U.S. Relations in a
Possible Biden Administration", realizado no contexto
do "2020 U.S.-Brazil Connect Summit", organizado pela
Câmara de Comércio dos EUA.

Realizou-se ontem (20/10) o painel "Brazil-U.S.
Relations in a Possible Biden Administration",

no contexto do "2020 U.S.-Brazil Connect Summit", organizado pela Câmara de Comércio dos EUA. Participaram como palestrantes: Kenneth Hyatt, conselheiro-sênior da empresa de consultoria Albright Stonebridge Group e ex-funcionário do Departamento de Comércio; e Nelson Cunningham, presidente e cofundador da empresa de consultoria McLarty Associates, que trabalhou como consultor de todos os candidatos democratas à presidência desde 2004 (inclusive Joe Biden, de quem fora assessor, na década de 1990, na presidência da Comissão de Assuntos Judiciários do Senado). A conversa foi moderada por Anne McKinney, vice-presidente de Américas da Câmara de Comércio dos EUA.

Panorama eleitoral

2. Cunningham afirmou que a candidatura de Joe Biden seria caracterizada pela estabilidade da liderança sobre Donald Trump nas pesquisas, durante todo o ano. Disse que, em todas as médias de pesquisas, Biden encontra-se 5 a 12% à frente. O atual momento se diferenciaria, segundo o analista, da campanha de Hillary Clinton, em 2016, cujo desempenho teria sido muito mais volátil. Ao analisar aquela campanha, mencionou que, em quase todos os meses da segunda metade daquele ano, Donald Trump apagou a vantagem de Clinton e, ocasionalmente, ficou à sua frente por pequena margem. Tal dinâmica teria ocorrido, também, nas duas últimas semanas do processo eleitoral, quando a vantagem de Clinton teria se reduzido dramaticamente. Mencionou que isso, em nenhum momento, ocorrera com Joe Biden nas eleições atuais; pelo contrário, o ex-vice-presidente teria ampliado sua vantagem nacional sobre o presidente nas últimas duas semanas.

3. Cunningham classificou como incomum o elevado número de estados-pêndulo nas atuais eleições (onze no total, pelos seus cálculos). Destacou que Flórida e Carolina do Norte voltaram a ser pendulares, e que o Arizona, que votara em sua maioria por candidato democrata apenas uma vez nos últimos 50 anos, também seria pendular no ciclo atual. Até mesmo Geórgia e Texas seriam corridas próximas. A seu ver, embora não se saiba o que ocorrerá em duas semanas [no dia das eleições, 3/11], Joe Biden estaria à frente em sete desses onze estados. Caso vença naqueles sete estados, Biden teria 358 votos no Colégio Eleitoral, acima dos

270 necessários. Disse ser possível que Trump - em suas palavras, um político magistral - reduza a vantagem de Biden nas próximas duas semanas, mas precisaria ganhar em vários estados-pêndulo, o que seria um sarrafo elevado para ele atingir. Concluiu afirmando haver uma sensação de que os dados já rolaram ("the die may be cast").

Política econômica em um eventual governo Biden e relações com o Brasil

4. Hyatt, falando a título pessoal, afirmou que a agenda econômica do governo Biden poderia ser resumida, conforme se depreende do programa de governo, como focada em empregos americanos, nos trabalhadores e na classe média, com apoio a uma economia do século XXI, baseada em inovação digital, em manufatura verde e uma economia inclusiva. Mencionou alguns elementos-chave da política econômica em eventual governo Biden: i) projeto "Buy American", com US\$ 400 bilhões em gastos ao longo de quatro anos para trazer de volta para os EUA as cadeias de suprimento; ii) US\$ 300 bilhões para financiar política de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias do século XXI, como veículos elétricos, inteligência artificial, internet das coisas e materiais leves, com foco em manufatura inclusiva; iii) US\$ 1,7 trilhão ao longo de dez anos, suplementados pelo setor privado, em energia limpa; iv) realizar acordos comerciais na medida em que, em paráfrase do candidato democrata, tenham por objetivo fortalecer a classe média, criar empregos, aumentar salários e fortalecer comunidades, o que implicaria maior voz de sindicatos e ambientalistas na formulação da política comercial. Nesse contexto, afirmou não esperar que um eventual governo Biden se apresse para lançar ou relançar acordos comerciais em 2021. Seria, em sua opinião, um governo focado em assuntos domésticos, que investiria em trabalhadores e comunidades, assentando as bases para acordos comerciais posteriores.

Política externa no processo eleitoral

5. Cunningham afirmou que, embora a política externa não seja a primeira coisa que venha à mente de eleitores americanos, ela revela as diferenças nas filosofias de governo dos candidatos. A seu ver, Biden defenderia a mensagem de que "a América voltará", pois os EUA teriam prosperado após a Segunda Guerra Mundial

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 22/10/2020 17:21:52 N.º: 01986
Código de autenticação: MTK4Nl9qbWFyaW5obl8yMi8xMC8yMDIw

ao participar de um quadro multilateral de nações que ajudaram a formatar. Trump, a seu turno, acreditaria que tais instituições seriam uma fraqueza e que os EUA deveriam retirar-se de suas relações com os principais parceiros e aliados. Biden acreditaria que os EUA seriam mais fortes ao liderar uma comunidade de nações e trabalhar em conjunto diante de grandes desafios, como a China, contra os quais ações unilaterais não funcionam. Assim, estariam em contraste a visão de "America First" ou "America Only" de Trump, e a abordagem internacionalista de Biden.

Perspectivas de parcerias comerciais com o Brasil em um governo Biden

6. Segundo Hyatt, em um eventual governo Biden, não se deveria esperar o lançamento de negociações de acordo de livre comércio com o Brasil em 2021. O analista tampouco considera provável que venham a se negociar novos capítulos no bojo do Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, recentemente assinado (tel 1966). Disse, contudo, crer em continuado progresso e aprofundamento no relacionamento entre técnicos dos dois governos, em temas como: consultas comerciais; "operador econômico autorizado"; facilitação de comércio, gargalos alfandegários, boas práticas regulatórias, o programa "Global Entry", certificações fitossanitárias, entre outros. Opinou haver possibilidade de desafios na relação, como a questão do 5G. Disse presumir, no entanto, que a equipe de Biden contaria com diplomatas experientes, que tenderiam a privilegiar soluções construtivas. Acrescentou que o setor privado deverá continuar a ser ouvido e será importante voz para fazer avançar os esforços atuais dos dois governos na seara econômico-comercial.

Nestor Forster Jr., embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 30/10/2020 12:44:53 N.º: 02054
Código de autenticação: MjA1NF9qbWFyaW5ob18zMC8xMC8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 30/10/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 1487,TEL 1300,TEL 1252
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições de 2020. Disputa pelo
Congresso.

//

Nr. 02054

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informe. Eleições para o Congresso indicam
favoritismo de democratas para manter o controle da
Câmara e disputa acirrada pela maioria do Senado.
Analistas identificam 48 eleições competitivas para a
Câmara e esperam pequeno aumento da maioria
democrata. No Senado, ao menos dez eleições poderão
ser competitivas, e controle poderá estar vinculado
ao resultado das eleições presidenciais.

A poucos dias do encerramento da votação nas eleições gerais de 2020, em 3/11, a dinâmica eleitoral indica vantagem do Partido Democrata na manutenção do controle da Câmara dos Deputados e uma disputa acirrada e imprevisível entre os partidos pelo controle do Senado. Estão em jogo os 435 assentos da Câmara dos Deputados e 35 do Senado (tel 1487).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

2. Atualmente, a Câmara dos Deputados é composta por 232 deputados do Partido Democrata, 197 do Partido Republicano e um do Partido Libertário - Justin Amash (I-MI), que já foi republicano. Há, ainda, cinco vacâncias: quatro em distritos solidamente republicanos, uma em distrito solidamente democrata.

3. Cruzando-se as análises de três das principais consultorias políticas do país ("Cook Political Report"; "Sabato's Crystal Ball", da Universidade da Virgínia; e "Inside Elections") sobre a disputa, apenas 48 assentos da Câmara estariam realmente em jogo. Houve poucas modificações na disputa pela Câmara desde o início do processo eleitoral (tel 1252). Os distritos considerados competitivos são aqueles que têm caráter eleitoral pendular e são ora representados por deputados de primeiro mandato ou que não concorrerão a novo mandato.

4. Segundo a projeção das mencionadas consultorias, o Partido Republicano teria de vencer em 37 desses distritos para recuperar a maioria na Câmara, perdida nas eleições de meio de mandato de 2018, cenário considerado improvável. Nesse contexto, de acordo com modelo do "site" "FivethirtyEight", o desfecho mais provável, levando-se em conta a média das pesquisas, seria um aumento do número de assentos controlados por democratas dos atuais 233 para 239.

SENADO

5. De acordo com a análise das referidas três principais consultorias, dois assentos hoje ocupados por senadores democratas estariam em risco: Doug Jones, no Alabama, e Gary Peters, em Michigan. A situação de Jones seria mais desafiadora, pois ele está doze pontos percentuais atrás do candidato

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 30/10/2020 12:44:53 N.º: 02054
Código de autenticação: MjA1NF9qbWFyaW5ob18zMC8xMC8yMDIw

republicano, Tommy Tuberville. Já Peters, embora siga favorito à reeleição em Michigan, tem visto sua vantagem sobre o candidato republicano (o empresário e ex-militar negro, John James) reduzir-se recentemente para 6,7%(RealClearPolitics).

6. Por outro lado, oito assentos ocupados por senadores republicanos serão objeto de eleições disputadas, indicando relativa estabilidade nas condições já estabelecidas durante o verão (tel 1497). O "Cook Political Report" classifica, em ordem decrescente, os seguintes senadores como mais vulneráveis:

- Cory Gardner, pelo Colorado, que enfrenta o ex-governador John Hickenlooper em disputa no Colorado. O democrata mantém ampla vantagem (atualmente em 8%) desde o início da campanha (FiveThirtyEight).

- Martha McSally, pelo Arizona, que cumpre mandato-tampão e disputará a eleição contra Mark Kelly, ex-astronauta e ativista pelo desarmamento. Kelly mantém-se à frente (5%), mas sua vantagem caiu pela metade desde o início da campanha (tel 1497).

- Susan Collins, pelo Maine, que mantém há meses os maiores índices de desaprovação entre todos os senadores do país (Morning Consult). Collins, única senadora republicana a votar contra a indicação de Amy Coney Barrett para a Suprema Corte (tel 2033), tem buscado afastar-se do presidente Donald Trump, a fim de tentar reavivar sua imagem anterior de senadora independente. Collins enfrenta a presidente da Assembleia Legislativa do estado, Sara Gideon, que está 2,5 pontos percentuais à frente nas pesquisas.

- Thom Tillis, na Carolina do Norte, está 2,7 pontos percentuais atrás do candidato democrata, Cal Cunningham. A vantagem do democrata já foi muito superior em meados do ano, e reduziu-se, entre outras razões, por vazamento de mensagens de cunho íntimo de Cunningham com mulher fora de seu casamento.

- Joni Ernst, em Iowa, encontra-se 1% atrás da democrata Theresa Greenfield. Ernst é uma das senadoras mais impopulares do país.

7. Outras disputas potencialmente competitivas ocorrem

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 30/10/2020 12:44:53 N.º: 02054
Código de autenticação: MjA1NF9qbWFyaW5ob18zMC8xMC8yMDIw

em Montana e na Geórgia (único estado que terá eleição para os dois assentos do estado). Em Montana (estado de histórica maioria republicana), o senador Steve Daines é favorito (3% à frente nas pesquisas), mas enfrenta corrida acirrada com o atual governador, Steve Bullock.

8. Na Geórgia, haverá eleição especial para o assento ocupado por Kelly Loeffler, em mandato-tampão. Loeffler enfrenta o favoritismo do candidato democrata, o pastor batista Raphael Warnock, em uma eleição aberta que também conta com a participação do deputado Doug Collins, que divide o voto republicano. A segunda disputa na Geórgia tem favoritismo do atual senador republicano, David Perdue, 2% à frente do candidato democrata, Jon Ossof, jornalista de 33 anos de idade. Ambas as corridas na Geórgia poderão ter segundo turno, caso nenhum candidato obtenha mais de 50% dos votos - desfecho quase certo na disputa pelo assento de Loeffler, e menos provável no caso de Perdue.

9. A manutenção da maioria republicana, hoje de 53 x 47, poderá depender do desempenho do presidente Donald Trump nas eleições gerais. Conforme se recorda, em 2016, houve coincidência de 100% entre o resultado nas eleições presidenciais e eleições para os senado nos estados: em todos os estados em que Hillary Clinton venceu, foram eleitos senadores democratas, e nos estados cuja maioria da população votou em Trump, elegeram-se senadores republicanos. Caberá observar, sobretudo, os resultados em Iowa, Geórgia e Carolina do Norte, estados-pêndulo onde a disputa pelo Senado e pela presidência estão igualmente acirradas. Não se pode descartar que, na disputa pelo Senado, cada partido venha a ocupar um número igual de assentos ao final do processo (50), elevando o papel do vice-presidente da chapa eleita, que também virá a presidir o Senado, a novo patamar de relevância, ao estabelecer a maioria pelo "voto de Minerva".

Nestor Forster Jr, embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 30/10/2020 12:44:53 N.º: 02054
Código de autenticação: MjA1NF9qbWFyaW5ob18zMC8xMC8yMDIw

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 30/10/2020 12:44:53 N.º: 02054
Código de autenticação: MjA1NF9qbWFyaW5ob18zMC8xMC8yMDIw

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 30/10/2020 18:56:02 N.º: 02067
Código de autenticação: MjA2N19qbWFyaW5ob18zMC8xMC8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 30/10/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 1947,TEL 1832,TEL 1300
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação da corrida
eleitoral.
//

Nr. 02067

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Às vésperas das eleições de 3/11, corrida eleitoral entre Donald Trump e Joe Biden segue estável nas pesquisas nacionais e nos estados-pêndulo, embora persista ceticismo quanto à sua precisão. Flórida e Pensilvânia poderão ser chave para o desfecho da disputa. Participação eleitoral deve bater recorde. Diversidade de regras eleitorais poderá atrasar, em alguns dias, os resultados finais.

Na terça-feira, 3/11, serão realizadas as eleições gerais que definirão o próximo presidente dos Estados Unidos. A disputa entre o presidente Donald Trump e o ex-vice-presidente Joe Biden já apresenta contornos históricos. O contexto de pandemia de COVID-19 alterou os hábitos dos eleitores do país, que vêm comparecendo às urnas em números sem precedentes para votar antecipadamente ou optaram pelo voto pelo correio. Tal modalidade confere grau adicional de incerteza à corrida eleitoral, que segue disputada nos principais estados-pêndulo e poderá prolongar-se, devido à modificação de regras eleitorais e à possível demora na contagem de votos em vários distritos.

PESQUISAS NACIONAIS

2. A média das pesquisas nacionais indica a estabilidade da vantagem de Joe Biden (51,1% das intenções de voto) sobre o presidente Donald Trump (43,7%) - 7,4 pontos percentuais de diferença, índice que pouco variou desde o início de junho (RealClearPolitics). O histórico de pesquisas eleitorais indica que a vantagem de Biden, a essa altura da disputa (cinco dias da eleição), é a maior em 24 anos, quando da reeleição de Bill Clinton, em 1996 (FiveThirtyEight). A agência de pesquisas Rasmussen, no entanto, tem oferecido contraponto às médias de pesquisas. Segundo seu último levantamento nacional, Biden estaria apenas 1 ponto percentual à frente de Trump (48% a 47%). A Rasmussen foi a única agência de pesquisas contabilizada pelo sítio RealClearPolitics que acertou, com exatidão, o resultado do voto popular em 2016 na pesquisa de boca de urna: 2,1% de vantagem de Hillary Clinton sobre Trump.

PESQUISAS NOS PRINCIPAIS ESTADOS-PÊNDULO

3. Segundo cruzamento de projeções de três conceituadas consultorias políticas (Cook Political Report, Larry Sabato's Crystal Ball, da Universidade da Virgínia, e Inside Elections) - que não levam em consideração apenas pesquisas, mas também fatores como histórico de votação e perfil demográfico -, os 50 estados norte-americanos mais o Distrito de Columbia podem ser divididos em três categorias, com relação ao resultado esperado e a distribuição dos 538 votos possíveis no Colégio Eleitoral:

i) vitória praticamente garantida de um ou outro partido (37 estados e DC, somando 337 votos): haveria 212 votos no Colégio Eleitoral praticamente garantidos para Joe Biden, e 125 para o presidente Trump;

ii) estados-pêndulo que tendem a um ou outro candidato (8 no total, somando 116 votos): seriam os estados da região dos Lagos, de industrialização antiga (Minnesota, Wisconsin, Michigan e Pensilvânia), além de New Hampshire, Nevada, Arizona e Texas. As médias das pesquisas de intenção de voto apontam para vantagem republicana apenas no estado do Texas, com 1,3% de vantagem sobre Biden. Nos demais, haveria vantagem de Biden sobre Trump, na seguinte ordem decrescente: New Hampshire (11,5%), Wisconsin (8,5%), Michigan (8,1%), Minnesota (8%), Nevada (6,2%), Pensilvânia, (5,1%) e Arizona (2,8%);

iii) estados-pêndulo com disputa imprevisível (5 no total, somando 85 votos): seriam Iowa, Ohio, Carolina do Norte, Geórgia e Flórida. Nesses estados, os candidatos encontram-se virtualmente empatados, com diferença igual ou inferior a 2%.

4. Considerando-se o fluxo das pesquisas nos estados-pêndulo, verifica-se estabilidade nos números ao longo deste mês. Variações significativas (de pelo menos 1,5 ponto percentual) ocorreram apenas em Ohio, Flórida e Pensilvânia (em favor de Trump) e em Iowa e Geórgia (em favor de Biden). Cenário mais disputado é apresentado pelo Trafalgar Group, uma das únicas agências que mostrou Trump à frente de Hillary Clinton em pesquisas conduzidas na véspera da eleição de 2016 em Michigan e Pensilvânia. Segundo o instituto, desta feita, também haveria intensa disputa: Trump estaria um pouco à frente de Biden em Flórida, Michigan, Pensilvânia e Carolina do Norte, ao passo que o ex-vice-presidente estaria à frente em Wisconsin.

5. Entre todos os estados-pêndulo, analistas políticos têm dado especial ênfase aos resultados da Flórida (29 votos no Colégio Eleitoral) e Pensilvânia (20 votos no Colégio Eleitoral). Em razão da importância daqueles estados para a coalizão que levou à vitória de Trump em 2016, avalia-se que a derrota do presidente, em qualquer dos dois, poderá levar a um severo afunilamento de suas possibilidades de obter os 270 votos no Colégio Eleitoral. Na Flórida, a disputa

dependerá do reequilíbrio no apoio demográfico a cada candidato, sobretudo o aumento do apelo de Biden para eleitores mais idosos e mulheres, e do presidente para a comunidade latina do estado, em especial a de origem cubana e venezuelana. Na Pensilvânia, caberá observar o impacto que a retórica de Biden, hostil à indústria petrolífera (tel 2018), terá sobre o apelo que o democrata voltava a exercer sobre o eleitorado, que deu vitória estreita a Trump em 2016 em razão dos efeitos da desindustrialização no estado.

6. Também estarão em foco os ajustes realizados por agências de pesquisa eleitoral em seus modelos estatísticos, a fim de corrigir distorções em levantamentos estaduais que superestimaram o desempenho de Clinton em 2016 (tel 977). Por ora, apesar da aparente vantagem de Biden, prevalece entre a opinião pública compreensível grau de desconfiança, dado o fiasco de 2016, a respeito da credibilidade de pesquisas eleitorais.

PERSPECTIVAS PARA O DIA DA ELEIÇÃO: PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

7. Os números de votos antecipados já contabilizados permitem inferir que o pleito de 2020 deverá ter uma das maiores taxas de participação da história. Até a noite de quinta-feira (29/10), mais de 80 milhões de eleitores já haviam votado antecipadamente, a maior parte por cédulas recebidas pelo correio. O número é muito superior aos votos antecipados de 2016 (58 milhões de votos). Na história moderna nos EUA, a maior eleição, em números absolutos, foi a de 2016, com 138 milhões de votos, e em números relativos, a de 1960 (62,8% da população habilitada a votar), quando foi eleito John Kennedy. Alguns observadores estimam que o comparecimento em 2020 poderá chegar a 160 milhões de eleitores.

8. Os maiores números de votação antecipada apresentam-se, no momento, no Texas, segundo maior colégio eleitoral do país. Normalmente estado com baixa participação eleitoral (abaixo de 50%), o Texas já superou, no processo de votação antecipada, o número total de votos de 2016. Não está claro, no entanto, qual candidato mais se beneficiará do entusiasmo eleitoral, que se observa tanto em distritos "vermelhos" (de maioria republicana) como em distritos "azuis" (de maioria democrata) texanos. Na Flórida, ainda que não seja possível inferir

tendências claras em razão do grande número de eleitores independentes, tem havido expressivo comparecimento antecipado às urnas em distritos de maioria republicana, ao mesmo tempo em que o número de votantes em tradicionais redutos democratas, como o condado de Miami-Dade, ainda esteja abaixo daquele verificado em 2016 a esta altura do processo.

PERSPECTIVAS PARA O DIA DA ELEIÇÃO: DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

9. Devido ao caráter potencialmente disputado das eleições nos estados-pêndulo, em contexto de volume inédito de votação antecipada e de uma pluralidade de regras eleitorais - que variam entre estados e entre distritos eleitorais -, não está claro se a contagem de votos permitirá que se aponte um vencedor ainda na noite de 3/11, como tem ocorrido desde 2004. A velocidade da apuração de votos pelos estados dependerá, sobretudo, das regras eleitorais que determinam a data final para o recebimento de votos pelo correio e a possibilidade de iniciar a contagem dos votos antes ou apenas depois do fechamento das urnas, na noite de 3/11.

10. No que se refere aos estados-pêndulo, espera-se uma contagem mais rápida (no mais tardar até a manhã de 4/11) em Arizona, Flórida, Geórgia, Carolina do Norte, Iowa e Minnesota. Já em Michigan, Ohio, Pensilvânia e Wisconsin, autoridades eleitorais esperam que a finalização da contagem leve pelo menos alguns dias. Não há previsão para a divulgação dos resultados nos estados de Nevada e Texas, a qual dependeria inclusive das margens a separar os candidatos.

11. Além disso, há preocupação de que o prolongado processo de contagem dos votos possa gerar falsas impressões iniciais sobre o resultado eleitoral em alguns estados, em função da maior proporção de votos pelo correio por eleitores do Partido Democrata e de votos presenciais por eleitores do Partido Republicano. Poderia, assim, ocorrer em alguns casos o que vem sendo chamado por analistas de "miragem azul" - em que poderá haver grande vantagem inicial de Biden em estados nos quais votos antecipados possam ser contados antes do fechamento das urnas - e em outros uma "miragem vermelha" - em que poderá haver grande margem inicial para Trump em estados que contabilizam,

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 30/10/2020 18:56:02 N.º: 02067
Código de autenticação: MjA2N19qbWFyaW5ob18zMC8xMC8yMDIw

por primeiro, os votos presenciais. O primeiro grupo incluiria Carolina do Norte, Flórida, Nevada, Ohio e Texas, e o segundo, Michigan, Pensilvânia e Wisconsin.

12. Há preocupações, ainda, em ambas as campanhas, de que tais distorções, se perdurarem por vários dias, possam gerar questionamentos à legitimidade do processo e proliferação de contestações judiciais (tel 1832). Caso a eleição venha a ser contestada, não se tratará, contudo, do primeiro teste de estresse às instituições democráticas dos EUA, como demonstraram as eleições de 2000, de recente memória. Apesar da complexidade de seu sistema eleitoral e da heterogeneidade de suas regras, que no contexto de uma pandemia agudizam as incertezas, os mais de dois séculos de ininterrupta experiência democrática nos EUA dão provas recorrentes de sua resiliência institucional e de seu compromisso democrático coletivo - como já identificara Tocqueville, há quase dois séculos, "um país cujo mérito deriva de sua capacidade de reparar seus defeitos".

13. Em qualquer cenário, as principais autoridades eleitorais, observadores e analistas políticos têm reiterado a importância de que sejam mantidas posturas equidistantes e evitados movimentos precipitados até que haja a declaração dos resultados e a concessão da derrota por um dos candidatos, como é de praxe neste país. Neste processo, caberá papel importante à mídia, da qual também se esperará atuação prudente - sobretudo à luz da malfadada experiência das eleições de 2000, em que vários veículos chegaram a dar a vitória a Al Gore na Flórida, apenas para voltar atrás pouco depois quando se tornou claro que a disputa seguia indefinida, gerando enorme confusão e frustração para o eleitorado. A esse propósito, comento que a embaixada já se encontra sob pressão de veículos de imprensa para comentar sobre o processo eleitoral dos EUA.

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 04/11/2020 19:10:32 N.º: 02088
Código de autenticação: MjA40F9qbWFyaW5ob18wNC8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 04/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2067,TEL 2054,TEL 1947
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação preliminar em
04/11.
//

Nr. 02088

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Disputa presidencial segue indefinida.
Resultado dependerá de Arizona, Nevada, Geórgia,
Michigan, Wisconsin e Pensilvânia. Pesquisas
fracassam em delinear corretamente cenário eleitoral.
No Senado, republicanos são favoritos para manter o
controle. Na Câmara, democratas devem manter a
maioria, mas aumento de assentos republicanos é
cenário provável.

As eleições presidenciais de 2020 confirmaram-se como a disputa mais acirrada desde o ano 2000, quando George W. Bush venceu Al Gore por 271 votos a 269 no Colégio Eleitoral. Mais de 12 horas após o fechamento das últimas urnas no país, não há resultado conclusivo em qualquer das principais corridas eleitorais (presidência, Senado e Câmara dos Deputados).

PRESIDÊNCIA

2. Até o início da tarde de hoje (4/11), nenhum dos dois candidatos à presidência atingiu os 270 votos necessários no Colégio Eleitoral. As disputas continuam em aberto em sete estados: Alasca, Arizona, Carolina do Norte, Nevada, Geórgia, Michigan e Pensilvânia (que juntos totalizam 87 votos no Colégio Eleitoral ainda em aberto). Em Wisconsin, estado vencido por Joe Biden após a finalização da apuração, haverá recontagem de votos, por solicitação da campanha do presidente Trump, uma vez que a diferença entre os candidatos foi inferior a 1%. Até o momento, segundo a Associated Press, o candidato democrata à presidência, Joe Biden, soma 248 votos no Colégio Eleitoral contra 214 do presidente Donald Trump. O cômputo da Associated Press, já inclui, apesar da indefinição, o Arizona (com seus 11 votos eleitorais) como vencido por Biden.

3. O caminho para a vitória, ainda possível para ambos os candidatos, depende agora da apuração de votos recebidos pelo correio em seis estados (dá-se como certa a vitória de Trump no Alasca):

- Arizona (11 votos no Colégio Eleitoral): apesar de alguns veículos de imprensa (como a Fox News, a Associated Press e a NBC) terem considerado Biden como vencedor no estado, a disputa segue em aberto, com 86% dos votos apurados. Biden lidera com 51%, contra 47,6% do presidente. Restam, em maioria, votos recebidos pelo correio a apurar, modalidade até agora com maior peso de participação democrata - razão pela qual se atribui a Biden algum favoritismo para vencer o estado. É provável que o resultado seja totalizado ainda hoje;

- Carolina do Norte (15 votos no Colégio Eleitoral):

com 95% dos votos apurados, restam apenas votos pelo correio a serem apurados (que serão aceitos pelo estado até o dia 12/11). O presidente Trump lidera com 50,1% dos votos, contra 48,7% de Joe Biden. Mesmo à luz da pendência na apuração, analistas consideram que Biden terá dificuldade em superar a vantagem do presidente Trump;

- Geórgia (16 votos no Colégio Eleitoral): com 93% dos votos apurados, Trump lidera (50,3% a 48,5%). Apesar da vantagem do presidente, a disputa segue indefinida, uma vez que a maior parte dos votos ainda não contabilizados advém da região metropolitana de Atlanta, com maior peso do eleitorado democrata. Espera-se possível anúncio do resultado no estado ainda hoje;

- Michigan (16 votos no Colégio Eleitoral): com 94% das urnas apuradas, Biden lidera com 49,6%, contra 48,7% do presidente Trump. Como na Geórgia, Biden segue com chances no estado, já que a maior parte dos votos pelo correio (expediente usado sobretudo pelo eleitorado democrata) a serem apurados são da região metropolitana de Detroit, e tendem a favorecer o ex-vice-presidente. De acordo com o governo do estado, "espera-se um resultado claro, senão final, até a noite de hoje";

- Nevada (seis votos no Colégio Eleitoral): com 86% dos votos estimados apurados, Biden (49,3%) está ligeiramente à frente de Trump (48,7%). Todos os votos presenciais já foram apurados, restando apenas votos enviados pelo correio. Não são esperados novos resultados de apuração até o início da tarde de quinta-feira (5/11);

- Pensilvânia (20 votos no Colégio Eleitoral): de mais lenta apuração entre os estados mais competitivos, tem 80% das urnas apuradas, com ampla, porém decrescente, vantagem do presidente (53,4% a 45,2%). A maioria dos votos pendentes são de regiões metropolitanas, de maioria democrata, mas há também votos não contabilizados de regiões de tendência republicana, o que prenuncia mais uma possível disputa voto a voto. O governo do estado afirmou na manhã de hoje haver "milhões de votos" ainda por apurar. Não é esperado um resultado final antes da próxima sexta-feira (6/11);

4. Com a provável vitória de Trump no Alasca e na

Carolina do Norte (que o levariam a 231 votos no Colégio Eleitoral), e a de Biden no Arizona (chegando como indicado acima a 248 votos), estima-se que a reeleição do presidente dependeria de êxito em todos os quatro estados mais disputados: Michigan, Geórgia, Nevada e Pensilvânia. Já Biden teria mais caminhos em aberto, a depender da combinação de dois a três desses estados. Em cenário de acirrada disputa e exíguas margens, a campanha do presidente Donald Trump prepara-se para a possibilidade de solicitar a recontagem de votos nestes e em outros estados, a exemplo do que ocorrerá em Wisconsin.

5. Os resultados acima, embora preliminares, indicam que as pesquisas eleitorais, assim como em 2016, falharam, uma vez mais, em delinear corretamente o cenário eleitoral. Se na eleição passada as pesquisas foram relativamente precisas na indicação do resultado no voto popular, dentro da margem de erro (2,1% de vantagem para Hillary Clinton), agora o desvio é muito superior: as médias das pesquisas indicavam 8,4% de vantagem para Biden, que, no momento, encontra-se, somente 2,1% à frente de Trump no voto popular. Equívoco da mesma ordem de grandeza ocorreu na Flórida, onde uma melhora no desempenho do presidente Donald Trump de cerca de 20% entre eleitores latinos (de ascendência cubana, colombiana e venezuelana, sobretudo na região de Miami) garantiu a vitória no maior estado-pêndulo do país com 3,4% de vantagem (contra vantagem de 2,5% prevista para Biden, pela média das pesquisas às vésperas do pleito). Pode-se antecipar, mesmo antes de totalizados os resultados, que haverá renovado escrutínio sobre as pesquisas como método primordial para projeções político-eleitorais neste país.

6. Ambos os candidatos à presidência manifestaram-se durante a madrugada de hoje. Joe Biden, em sua breve alocação, afirmou estar "no caminho para vencer as eleições" e mostrou-se otimista, defendendo que "todos os votos sejam contados". Já o presidente Donald Trump, também demonstrando confiança em um resultado favorável, indicou que questionará o seguimento de contagem de votos recebidos pelo correio. Em manifestação, censurada pelo Twitter, na madrugada de ontem, Trump afirmou que "estamos à frente, mas estão tentando roubar as eleições" e criticou a possibilidade de que votos "sejam depositados" após o fechamento das urnas.

SENADO

7. A disputa pela maioria do Senado também segue indefinida, embora esteja claro - diferentemente do previsto por analistas tradicionais - que os republicanos são os favoritos para manter o controle daquela Casa. Até a manhã de hoje, 5 das 35 disputas seguiam indefinidas.

8. Os principais resultados, que implicam mudança de partido no controle de assento senatorial, ocorreram, como esperado, no Arizona, Colorado e Alabama (tel 2054). No Arizona, o ex-astronauta Mark Kelly venceu contra a senadora republicana, Martha McSally. No Colorado, o governador John Hickenlooper prevaleceu na disputa contra o senador Cory Gardner. Já no Alabama, o republicano Tommy Tuberville venceu a disputa contra o senador democrata Doug Jones.

9. Nas demais corridas principais, a tendência é de manutenção dos assentos republicanos. Confirmou-se a reeleição de senadores republicano em Iowa (Joni Ernst), Montana (Steve Daines) e Maine (Susan Collins). Na Carolina do Norte, o senador republicano Thom Tillis está em vantagem, embora ainda não tenha sido concluída a apuração. Nas duas disputas em curso na Geórgia, há diferentes resultados: o republicano David Perdue poderá ser reeleito em primeiro turno; na disputa pelo segundo assento, a senadora republicana Kelly Loeffler concorrerá em segundo turno com o candidato democrata, o pastor Raphael Warnock, em janeiro de 2021. Em Michigan, o republicano John James encontra-se em disputa acirrada com o senador Gary Peters.

10. No momento com 48 assentos, com cinco ainda indefinidos, uma maioria democrata no Senado (51 assentos) dependeria: i) de uma vitória no segundo turno da eleição na Geórgia, em janeiro; ii) da manutenção do assento em Michigan; iii) de uma virada na Carolina do Norte; de uma melhora na posição do candidato democrata, Jon Ossof, na Geórgia, a fim de forçar um segundo turno contra David Perdue; e iv) de uma, no momento, improvável vitória na disputa do Senado do Alasca. Caso Biden vença as eleições, a prerrogativa de "voto de Minerva" que sua vice, Kamala Harris, teria na condição de presidente do Senado, demandaria a obtenção de apenas três assentos - o que

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 04/11/2020 19:10:32 N.º: 02088
Código de autenticação: MjA40F9qbWFyaW5ob18wNC8xMS8yMDIw

também é improvável, no momento.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

11. Embora menos otimista que as projeções iniciais, estima-se que os democratas manterão a maioria da Câmara dos Deputados. Porém, não é mais descartado que os democratas tenham uma perda líquida em relação aos 232 assentos que controlam na atual legislatura.

Nestor Forster Jr., embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 05/11/2020 12:51:41 N.º: 02090
Código de autenticação: MjA5MF9qbWFyaW5ob18wNS8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 05/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2088,TEL 2067,TEL 2054
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação preliminar em
04/11.
//

Nr. 02090

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Disputa presidencial segue indefinida.
Resultado dependerá de Arizona, Nevada, Geórgia,
Michigan, Wisconsin e Pensilvânia. Pesquisas
fracassam em delinear corretamente cenário eleitoral.
No Senado, republicanos são favoritos para manter o
controle. Na Câmara, democratas devem manter a
maioria, mas aumento de assentos republicanos é
cenário provável.

REPETIÇÃO PARA CORREÇÃO DE TEXTO

As eleições presidenciais de 2020 confirmaram-se como a disputa mais acirrada desde o ano 2000, quando George E. Bush venceu Al Gore por 271 votos a 266 no Colégio Eleitoral. Mais de 12 horas após o fechamento das últimas urnas no país, não há resultado conclusivo em qualquer das principais corridas eleitorais (presidência, Senado e Câmara dos Deputados).

PRESIDÊNCIA

2. Até o início da tarde de hoje (4/11), nenhum dos dois candidatos à presidência atingiu os 270 votos necessários no Colégio Eleitoral. As disputas continuam em aberto em sete estados: Alasca, Arizona, Carolina do Norte, Nevada, Geórgia, Michigan e Pensilvânia (que juntos totalizam 87 votos no Colégio Eleitoral ainda em aberto). Em Wisconsin, estado vencido por Joe Biden após a finalização da apuração, haverá recontagem de votos, por solicitação da campanha do presidente Trump, uma vez que a diferença entre os candidatos foi inferior a 1%. Até o momento, segundo a Associated Press, o candidato democrata à presidência, Joe Biden, soma 248 votos no Colégio Eleitoral contra 214 do presidente Donald Trump. O cômputo da Associated Press, já inclui, apesar da indefinição, o Arizona (com seus 11 votos eleitorais) como vencido por Biden.

3. O caminho para a vitória, ainda possível para ambos os candidatos, depende agora da apuração de votos recebidos pelo correio em seis estados (dá-se como certa a vitória de Trump no Alasca):

- Arizona (11 votos no Colégio Eleitoral): apesar de alguns veículos de imprensa (como a Fox News, a Associated Press e a NBC) terem considerado Biden como vencedor no estado, a disputa segue em aberto, com 86% dos votos apurados. Biden lidera com 51%, contra 47,6% do presidente. Restam, em maioria, votos recebidos pelo correio a apurar, modalidade até agora com maior peso de participação democrata - razão pela qual atribui-se a Biden algum favoritismo para vencer o estado. É provável que o resultado seja totalizado ainda hoje;

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 05/11/2020 12:51:41 N.º: 02090
Código de autenticação: MjA5MF9qbWFyaW5ob18wNS8xMS8yMDIw

- Carolina do Norte (15 votos no Colégio Eleitoral): com 95% dos votos apurados, restam apenas votos pelo correio a serem apurados (que serão aceitos pelo estado até o dia 12/11). O presidente Trump lidera com 50,1% dos votos, contra 48,7% de Joe Biden. Mesmo à luz da pendência na apuração, analistas consideram que Biden terá dificuldade em superar a vantagem do presidente Trump;

- Geórgia (16 votos no Colégio Eleitoral): com 93% dos votos apurados, Trump lidera (50,3% a 48,5%). Apesar da vantagem do presidente, a disputa segue indefinida, uma vez que a maior parte dos votos ainda não contabilizados advém da região metropolitana de Atlanta, com maior peso do eleitorado democrata. Espera-se possível anúncio do resultado no estado ainda hoje;

- Michigan (16 votos no Colégio Eleitoral): com 94% das urnas apuradas, Biden lidera com 49,6%, contra 48,7% do presidente Trump. Como na Geórgia, Biden segue com chances no estado, já que a maior parte dos votos pelo correio (expediente usado sobretudo pelo eleitorado democrata) a serem apurados são da região metropolitana de Detroit, e tendem a favorecer o ex-vice-presidente. De acordo com o governo do estado, "espera-se um resultado claro, senão final, até a noite de hoje";

- Nevada (seis votos no Colégio Eleitoral): com 86% dos votos estimados apurados, Biden (49,3%) está ligeiramente à frente de Trump (48,7%). Todos os votos presenciais já foram apurados, restando apenas votos enviados pelo correio. Não são esperados novos resultados de apuração até o início da tarde de quinta-feira (5/11);

- Pensilvânia (20 votos no Colégio Eleitoral): de mais lenta apuração entre os estados mais competitivos, tem 80% das urnas apuradas, com ampla, porém decrescente, vantagem do presidente (53,4% a 45,2%). A maioria dos votos pendentes são de regiões metropolitanas, de maioria democrata, mas há também votos não contabilizados de regiões de tendência republicana, o que prenuncia mais uma possível disputa voto a voto. O governo do estado afirmou na manhã de hoje haver "milhões de votos" ainda por apurar. Não é esperado um resultado final antes da próxima sexta-feira (6/11);

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 05/11/2020 12:51:41 N.º: 02090
Código de autenticação: MjA5MF9qbWFyaW5obl8wNS8xMS8yMDIw

4. Com a provável vitória de Trump no Alasca e na Carolina do Norte (que o levariam a 231 votos no Colégio Eleitoral), e a de Biden no Arizona (chegando como indicado acima a 248 votos), estima-se que a reeleição do presidente dependeria de êxito em todos os quatro estados mais disputados: Michigan, Geórgia, Nevada e Pensilvânia. Já Biden teria mais caminhos em aberto, a depender da combinação de dois a três desses estados. Em cenário de acirrada disputa e exíguas margens, a campanha do presidente Donald Trump prepara-se para a possibilidade de solicitar a recontagem de votos nestes e em outros estados, a exemplo do que ocorrerá em Wisconsin.

5. Os resultados acima, embora preliminares, indicam que as pesquisas eleitorais, assim como em 2016, falharam, uma vez mais, em delinear corretamente o cenário eleitoral. Se, em eleição passada, as pesquisas foram relativamente precisas na indicação do resultado no voto popular, dentro da margem de erro (2,1% de vantagem para Hillary Clinton), agora o desvio é muito superior: as médias das pesquisas indicavam 8,4% de vantagem para Biden, que, no momento, encontra-se, somente 2,1%, à frente de Trump no voto popular. Equívoco da mesma ordem de grandeza ocorreu na Flórida, onde uma melhora no desempenho do presidente Donald Trump de cerca de 20% entre eleitores latinos (de ascendência cubana, colombiana e venezuelana, sobretudo na região de Miami) garantiu a vitória no maior estado-pêndulo do país com 3,4% de vantagem (contra vantagem de 2,5% prevista para Biden, pela média das pesquisas às vésperas do pleito). Pode-se antecipar, mesmo antes de totalizados os resultados, que haverá renovado escrutínio sobre as pesquisas como método primordial para projeções político-eleitorais neste país.

6. Ambos os candidatos à presidência manifestaram-se durante a madrugada de hoje. Joe Biden, em sua breve alocução, afirmou estar "no caminho para vencer as eleições" e mostrou-se otimista, defendendo que "todos os votos sejam contados". Já o presidente Donald Trump, também demonstrando confiança em um resultado favorável, indicou que questionará o seguimento de contagem de votos recebidos pelo correio. Em manifestação, censurada pelo Twitter, na madrugada de ontem, Trump afirmou que "estamos à frente, mas estão tentando roubar as eleições" e criticou a possibilidade de que votos "sejam depositados" após o

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 05/11/2020 12:51:41 N.º: 02090
Código de autenticação: MjA5MF9qbWFyaW5ob18wNS8xMS8yMDIw

fechamento das urnas.

SENADO

7. A disputa pela maioria do Senado também segue indefinida, embora esteja claro - diferentemente do previsto por analistas tradicionais - que os republicanos são os favoritos para manter o controle daquela Casa. Até a manhã de hoje, 5 das 35 disputas seguiam indefinidas.

8. Os principais resultados, que implicam mudança de partido no controle de assento senatorial, ocorreram, como esperado no Arizona, Colorado e Alabama (tel 2054). No Arizona, o ex-astronauta Mark Kelly venceu contra a senadora republicana, Martha McSally. No Colorado, o governador John Hickenlooper prevaleceu na disputa contra o senador Cory Gardner. Já no Alabama, o republicano Tommy Tuberville venceu a disputa contra o senador democrata Doug Jones.

9. Nas demais corridas principais, a tendência é de manutenção dos assentos republicanos. Confirmou-se a reeleição de senadores republicano em Iowa (Joni Ernst), Montana (Steve Daines) e Maine (Susan Collins). Na Carolina do Norte, o senador republicano Thom Tillis está em vantagem, embora ainda não tenha sido concluída a apuração. Nas duas disputas em curso na Geórgia, há diferentes resultados: o republicano David Perdue poderá ser reeleito em primeiro turno; na disputa pelo segundo assento, a senadora republicana Kelly Loeffler concorrerá em segundo turno com o candidato democrata, o pastor Raphael Warnock, em janeiro de 2021. Em Michigan, o republicano John James encontra-se em disputa acirrada com o senador Gary Peters.

10. No momento com 48 assentos, com cinco ainda indefinidos, uma maioria democrata no Senado (51 assentos) dependeria: i) de uma vitória no segundo turno da eleição na Geórgia, em janeiro; ii) da manutenção do assento em Michigan; iii) de uma virada na Carolina do Norte; de um melhora na posição do candidato democrata, Jon Ossof, na Geórgia, a fim de forçar um segundo turno contra David Perdue; e iv) de uma, no momento, improvável vitória na disputa do Senado do Alasca. Caso Biden vença as eleições, a prerrogativa de "voto de Minerva" que sua vice, Kamala Harris, teria na condição de presidente do Senado,

De: BRASEMB WASHINGTON

Recebido em: 05/11/2020 12:51:41 N.º: 02090

CARAT=Ostensivo

Código de autenticação: MjA5MF9qbWFyaW5ob18wNS8xMS8yMDIw

demandaria a obtenção de apenas três assentos - o que também é improvável, no momento.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

11. Embora menos otimista que as projeções iniciais, estima-se que os democratas manterão a maioria da Câmara dos Deputados. Porém, não é mais descartado que os democratas tenham uma perda líquida em relação aos 232 assentos que controlam na atual legislatura.

Nestor Forster Jr., embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 05/11/2020 18:48:34 N.º: 02097
Código de autenticação: MjA5N19qbWFyaW5ob18wNS8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 05/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2090,TEL 2054,TEL 1947
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 5/11.
//

Nr. 02097

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informe. Apuração de votos nos EUA segue em compasso lento. Há estados em que Trump tem vantagem (Alasca e Carolina do Norte), em que Biden é favorito (Nevada) e que seguem indefinidos (Geórgia, Arizona e Pensilvânia). Ações judiciais e pedidos de recontagem passam a fazer parte do processo. Possibilidade de maioria democrata no Senado persiste, mas depende de pouco provável confluência de fatores.

Informo. Apuração de votos nos EUA segue em compasso lento. Há estados em que Trump tem vantagem (Alasca e Carolina do Norte), em que Biden é favorito (Nevada) e que seguem indefinidos (Geórgia, Arizona e Pensilvânia). Ações judiciais e pedidos de recontagem republicanas passam a fazer parte do processo de apuração. Possibilidade de maioria democrata no Senado persiste, mas depende de pouco provável confluência de fatores.

Aditel 2090. Dois dias após as eleições gerais de 3/11, apesar do avanço na apuração dos votos nos estados mais competitivos, persiste a indefinição em relação aos principais resultados eleitorais, em particular o vencedor das eleições presidenciais e o controle do Senado.

PRESIDÊNCIA

2. Até o final da manhã de hoje (5/11), as projeções mais cautelosas indicam que Biden lidera a corrida eleitoral, com 253 votos no Colégio Eleitoral, contra 214 do presidente Donald Trump. Desde ontem (4/11), atribuiu-se ao candidato democrata a vitória em Michigan, com 16 votos no Colégio Eleitoral. A disputa pelo patamar mínimo de 270 votos depende, assim, da definição dos resultados nos seguintes estados:

- Alasca (três votos no Colégio Eleitoral): com 56% dos votos apurados e tido como praticamente certa a vitória do presidente, o Alasca iniciará a contagem de cédulas enviadas pelo correio apenas na semana que vem, o que deverá tardar a divulgação do cômputo final;

- Arizona (onze votos no Colégio Eleitoral): desde ontem, houve pouco avanço na apuração dos votos. Com cerca de 86% dos votos contabilizados, Biden lidera com 50,5%, contra 48,1% de Trump. A vantagem de Biden reduziu-se desde ontem, e espera-se que a diferença entre os candidatos se reduza ainda mais quando da divulgação da próxima leva de resultados, às 21 horas de hoje. Para ultrapassar Biden, Trump teria de obter cerca de 60% dos votos ainda não tabulados no estado;

- Carolina do Norte (15 votos no Colégio Eleitoral): não houve mudanças desde ontem, tendo o estado apurado

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 05/11/2020 18:48:34 N.º: 02097
Código de autenticação: MjA5N19qbWFyaW5ob18wNS8xMS8yMDIw

cerca de 95% dos votos. O presidente Trump segue liderando com margem de 1,4 pontos percentuais. Votos pelo correio enviados até o dia 3/11 e recebidos até o dia 12/11 serão contabilizados, e não há indicação se o governo divulgará novos resultados antes dessa data.

- Geórgia (16 votos no Colégio Eleitoral): com 98% dos votos apurados, Trump lidera por apenas 13 mil votos (0,3% de vantagem sobre Biden). A vantagem vem-se reduzindo, à medida que são tabulados votos pelo correio da região metropolitana de Atlanta. A Geórgia é o estado com melhores chances de concluir sua apuração hoje; porém, as estreitas margens não garantem um resultado definitivo, que poderá ser submetido a recontagem em caso de margem inferior a 0,5% - desfecho mais provável, neste momento.

- Nevada (6 votos no Colégio Eleitoral): com 88% dos votos apurados, Biden está à frente no estado, com pouco mais de 11 mil votos de vantagem (0,9%) sobre o presidente. Não se sabe se o governo do estado divulgará números adicionais ainda hoje, embora essa possibilidade não esteja descartada.

- Pensilvânia (20 votos no Colégio Eleitoral): o maior estado-pêndulo ainda em jogo é palco de disputa cada vez mais acirrada. A tabulação de votos pelo correio (últimos a serem contabilizados no estado, já conclusa a apuração de votos presenciais) implicou a redução da vantagem de Trump sobre Biden. Com estimados 91% dos votos apurados, Trump lidera com 50,4%, contra 48,3% de Biden. Os votos pelo correio ainda a serem contabilizados são de regiões metropolitanas, majoritariamente democratas. Qualquer que seja o lado favorecido, a vitória no estado deverá ser por margem pequena, e o resultado final da poderá não ser conhecido antes do final da semana, inclusive à luz da concentração de processos judiciais de autoria republicana no estado, que já gerou suspensão da contagem de votos em ao menos um condado. A secretária de estado da Pensilvânia, contudo, não excluiu a possibilidade de divulgação de resultado ainda na noite de hoje.

4. À luz dos resultados preliminares e das trajetórias de apuração, pode-se agrupar os estados ainda em processo de contagem em três grupos: i) estados em que Trump é favorecido (Alasca e Carolina do Norte); ii)

estados em que Biden tem vantagem (Nevada, onde vem ampliando sua liderança); e iii) estados indefinidos (Geórgia e Pensilvânia, onde Trump lidera, mas com margem decrescente em relação a Biden; e Arizona, onde Biden lidera, mas também com margens decrescentes).

5. As estreitas margens nos estados e a vantagem preliminar de Biden, bem como algumas denúncias de irregularidades, já mobilizaram a campanha do presidente a entrar com ações judiciais. À Suprema Corte, solicitou-se que votos pelo correio recebidos após 3/11 em condados da Pensilvânia não sejam contabilizados. A campanha também entrou com pedidos semelhantes em cortes estaduais da Pensilvânia. Nas cortes de Michigan, pediu-se a suspensão dos votos, até que medidas adicionais de observação eleitoral sejam implementadas. Na Geórgia, entrou-se com processo relativo a cerca de 500 votos supostamente recebidos após o prazo legal. Realizaram-se, também, pedidos de recontagem em Michigan e Wisconsin.

6. Na noite de ontem, o presidente Trump declarou vitória em Pensilvânia, Geórgia e Carolina do Norte, além de Michigan, caso se comprove que houve fraude. O presidente também tem realizado apelos para que a contagem de votos seja interrompida.

7. Em discurso realizado ontem à noite, o ex-vice-presidente Joe Biden afirmou "estar claro" que estaria vencendo em número suficiente de estados para alcançar os 270 votos no Colégio Eleitoral necessários para vencer a disputa pela presidência, e fez apelo para que "todos os votos sejam contados".

SENADO

8. Com quatro disputas ainda indefinidas, os democratas ganharam um assento em relação à legislatura atual (somando 48 no total), após confirmação da reeleição de Gary Peters, em Michigan, na noite de ontem. Os republicanos também têm 48 assentos e lideram nas disputas em curso no Alasca e na Carolina do Norte (tel 2090).

9. O estado decisivo para o controle do Senado será a Geórgia, onde há duas disputas pelo Senado. Como se sabe, uma delas tem segundo turno já definido, e se dará entre a senadora Kelly Loeffler (republicana) e o pastor Raphael Warnock. A segunda disputa poderá

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 05/11/2020 18:48:34 N.º: 02097
Código de autenticação: MjA5N19qbWFyaW5ob18wNS8xMS8yMDIw

ainda ser decidida no primeiro turno, caso um dos candidatos obtenha mais de 50% dos votos, mas ainda não há clareza sobre o resultado. O senador republicano David Perdue lidera com 49,99% dos votos contra o candidato democrata, Jon Ossoff. A margem de Perdue tem decrescido, e um outro segundo turno no estado, em 5/1, torna-se possível.

10. Nesse contexto, a confirmar-se o favoritismo republicano no Alasca e na Carolina do Norte, o único cenário em que o Senado poderia passar ao controle democrata dependeria: i) da efetiva realização do segundo turno entre Perdue e Ossoff; ii) de vitória democrata nos dois segundos turnos na Geórgia; e iii) da eleição de Joe Biden como presidente, o que tornaria sua vice, Kamala Harris, presidente daquela casa legislativa, apta a romper impasses em um Senado com 50 assentos da bancada democrata, e 50, da republicana.

Nestor Forster Jr., embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 05/11/2020 18:48:34 N.º: 02097
Código de autenticação: MjA5N19qbWFyaW5ob18wNS8xMS8yMDIw

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 06/11/2020 20:29:49 N.º: 02114
Código de autenticação: MjExNF9qbWFyaW5ob18wNi8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 06/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
REF/ADIT=TEL 2090,TEL 2054
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Denúncias de fraudes e
irregularidades no processo de
apuração.
//

Nr. 02114

RESUMO=

Informo. Denúncias relatam alegadas fraudes e irregularidades eleitorais de pequena escala no processo de apuração de votos das eleições presidenciais. Presidente designa David Bossie como coordenador dos esforços judiciais e de recontagem de votos de sua campanha. Autoridades republicanas defendem maior transparência e rejeição de votos recebidos após fechamento das urnas na Pensilvânia.

Denúncias que tem emergido ao longo dos últimos dias relatam alegadas fraudes e irregularidades eleitorais de pequena escala no processo de apuração de votos das eleições presidenciais.

2. As denúncias de maior escopo deram-se em dois estados: Nevada, onde ação judicial da campanha do presidente Donald Trump questiona cerca de três mil votos ilegais, supostamente depositados por indivíduos falecidos ou residentes de fora do estado; e na Pensilvânia, onde ação judicial da "Public Interest Legal Foundation (PILF)" alega haver 21 mil falecidos nos registros eleitorais da Pensilvânia. Neste último caso, não está claro se votos teriam sido depositados em nome dos registrados falecidos.

3. Também de importante escala seriam denúncias de envio de milhares de cédulas eleitorais para endereços incorretos. O caso de maior escala seria no condado de Allegheny, na Pensilvânia, onde alegado erro operacional teria levado ao extravio de 29 mil cédulas eleitorais, enviadas a endereços incorretos.

4. Além dessas denúncias, há diversos relatos individuais em Michigan, Pensilvânia, Arizona e Nevada, alegando: i) tráfico de cédulas eleitorais em pequena escala; ii) intimidação e restrição de acesso de observadores eleitorais a locais de contagem de votos; iii) critérios de segurança insuficientes para verificação de assinaturas de eleitores em envelopes que enviam cédulas pelo correio; e iv) correção de cédulas preenchidas incorretamente por eleitores, de modo indevido, por mesários.

5. Caberá observar quais dessas denúncias ainda não levadas aos poderes judiciários estaduais serão encampadas pela campanha republicana. O presidente Donald Trump designou hoje, 6/11, David Bossie (diretor adjunto de sua campanha em 2016 e presidente do grupo de "lobby" "Citizens United") como coordenador dos esforços judiciais e de recontagem de votos de sua campanha.

MANIFESTAÇÕES OFICIAIS DE AUTORIDADES DO PARTIDO
REPUBLICANO

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 06/11/2020 20:29:49 N.º: 02114
Código de autenticação: MjExNF9qbWFyaW5ob18wNi8xMS8yMDIw

6. As manifestações de autoridades republicanas têm sido, em geral, em favor de maior transparência. Os principais pedidos recaem sobre dois temas: i) acesso aumentado de observadores eleitorais a mesas de apuração; e ii) ação, sob análise da Suprema Corte, que pede desconsideração de votos pelo correio postados até dia 3/11 e recebidos até dia 6/11 na Pensilvânia - determinada pela Suprema Corte do estado, em dissonância com a legislação estadual. Pronunciaram-se:

- Líder da maioria republicana no Senado, Mitch McConnell: não mencionou denúncias específicas. Disse que "todo voto legal deve ser contado", que "votos ilegalmente enviados não devem" e que "todos os lados devem poder observar o processo".

- Presidente da Comissão de Assuntos Judiciários do Senado, senador Lindsey Graham: foi a liderança republicana mais enfática na defesa das denúncias de fraude em programas de televisão. Afirmou que doará US\$ 500 mil ao esforço judicial da campanha do presidente. Classificou a apuração de votos na Pensilvânia como "corrupta igual uma cobra" em entrevista. Porém, não se manifestou por escrito sobre o tema, o que motivou críticas do filho do presidente, Donald Trump Jr., para quem a falta de tuíte sobre fraudes por Graham "não surpreende".

- Senador Ted Cruz: tem se pronunciado frequentemente sobre irregularidades eleitorais pelo Twitter, em particular o restringido acesso de observadores eleitorais a mesas de apuração - porém, com raras menções a alegações de fraude

- Senador Marco Rubio: afirmou que "a fé nas eleições é tão importante quanto o resultado" e defendeu que "cada voto legalmente depositado seja contado com transparência" e que "se permita às cortes decidir sobre irregularidades ou fraude com base em evidências". Fez alusão indireta à ação contra a Pensilvânia junto à Suprema Corte, ao afirmar que "votos depositados após o prazo final de acordo com a legislação estadual são ilegais".

- Líder da minoria republicana na Câmara dos Deputados, deputado Kevin McCarthy: não mencionou denúncias específicas, mas defendeu "transparência", "precisão" e "proteção dos votos legais", também

De: BRASEMB WASHINGTON

Recebido em: 06/11/2020 20:29:49 N.º: 02114

CARAT=Ostensivo

Código de autenticação: MjExNF9qbWFyaW5obl8wNi8xMS8yMDIw

ecoando os pedidos já judicialmente realizados pelo Partido Republicano, de acesso mais próximo de observadores eleitorais a mesas de apuração e a rejeição de votos recebidos pelo correio, na Pensilvânia, com base na ação ora em curso na Suprema Corte.

Nestor Forster Jr, embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 06/11/2020 20:30:08 N.º: 02115
Código de autenticação: MjExNV9qbWFyaW5obl8wNi8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 06/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2097,TEL 2090,TEL 2054
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 6/11.
//

Nr. 02115

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Prossegue a apuração de votos nas eleições gerais dos EUA. Nenhum vencedor foi anunciado em qualquer estado adicional desde 5/11. Biden passa à frente na apuração na Geórgia e na Pensilvânia e aumenta sua liderança em Nevada. Trump reduz desvantagem no Arizona, mas não em ritmo suficiente até o momento. Estreitas margens tornam quase certos processos de recontagem e ações judiciais adicionais.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 06/11/2020 20:30:08 N.º: 02115
Código de autenticação: MjExNV9qbWFyaW5ob18wNi8xMS8yMDIw

Informo. Prossegue a apuração de votos nas eleições gerais dos EUA. Nenhum vencedor foi anunciado em qualquer estado adicional desde 5/11. Biden passa à frente na apuração na Geórgia e na Pensilvânia e aumenta sua liderança em Nevada. Trump reduz desvantagem no Arizona, mas não em ritmo suficiente até o momento. Estreitas margens tornam quase certos processos de recontagem e ações judiciais adicionais.

Aditel 2097. Três dias após as eleições gerais de 3/11, prossegue a apuração de votos nas eleições gerais dos EUA. A disputa, embora indefinida, demonstra tendência mais clara: melhora da posição do candidato democrata, Joe Biden, na Geórgia, Nevada e Pensilvânia, e melhora da situação do presidente Donald Trump no Arizona.

PRESIDÊNCIA

2. Até o final da tarde de hoje (6/11), as projeções mais cautelosas seguem apontando a liderança de Biden por 253 votos no Colégio Eleitoral, contra 214 do presidente Donald Trump. Nenhum vencedor foi anunciado em qualquer estado adicional. A disputa pelo patamar mínimo de 270 votos depende, assim, da definição dos resultados nos seguintes estados:

- Alasca (três votos no Colégio Eleitoral): com 56% dos votos apurados e tido como praticamente certa a vitória do presidente, o Alasca iniciará a contagem de cédulas enviadas pelo correio apenas na semana que vem, o que deverá tardar a divulgação do cômputo final;
- Arizona (onze votos no Colégio Eleitoral): com cerca de 94% dos votos contabilizados, Biden lidera com 48,9%, contra 48,6% de Trump. A vantagem de Biden segue em processo de redução. Para ultrapassar Biden, Trump teria de obter cerca de 60% dos votos ainda não tabulados no estado; porém, as apurações mais recentes têm dado vantagem pouco superior a 50% para o presidente;
- Carolina do Norte (15 votos no Colégio Eleitoral): não houve mudanças desde 4/11, tendo o estado apurado cerca de 95% dos votos. O presidente Trump segue liderando com margem de 1,4 pontos percentuais. Votos pelo correio enviados até o dia 3/11 e recebidos até o

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 06/11/2020 20:30:08 N.º: 02115
Código de autenticação: MjExNV9qbWFyaW5obl8wNi8xMS8yMDIw

dia 12/11 serão contabilizados, e não há indicação de que o governo divulgará novos resultados antes dessa data.

- Geórgia (16 votos no Colégio Eleitoral): com 99% dos votos apurados, Biden passou à frente no estado na madrugada de hoje, e passa a liderar por 4,5 mil votos (0,1%). Restam somente lotes residuais de votos, estimados em poucos milhares. A tendência indica que o vencedor no estado terá exígua vantagem, e autoridades estaduais já consideram certo que o estado passará por recontagem - o que tenderá a adiar, em no mínimo uma semana, a divulgação do resultado final.

- Nevada (6 votos no Colégio Eleitoral): com 92% dos votos apurados, Biden segue aumentando sua margem no estado, com pouco mais de 19 mil votos de vantagem (ora em 1,6%) sobre o presidente. A divulgação do resultado final é aguardada para este final de semana.

- Pensilvânia (20 votos no Colégio Eleitoral): como na Geórgia, Biden ultrapassou o presidente Trump na manhã de hoje. Com estimados 96% dos votos apurados, Biden lidera com 49,5%, contra 49,3% de Trump. Os votos pelo correio ainda a serem contabilizados são de regiões metropolitanas, majoritariamente democratas. Ainda há cerca de 100 mil votos a serem apurados. Os lotes mais recentes tem favorecido Biden a uma proporção de cerca de 80%.

4. A trajetória de votações parece favorecer Biden, razão pela qual sua campanha antecipa-se em preparar o terreno para anunciar uma vitória. Em coletiva de imprensa hoje, a presidente da Câmara dos Deputados, Nancy Pelosi (D-CA), chegou a chamar Biden de "presidente eleito". Na noite de hoje, Joe Biden e Kamala Harris farão pronunciamento, embora não esteja claro se o ex-vice-presidente tenciona declarar vitória. Neste momento, nenhum grande grupo de mídia anunciou o êxito de Biden em Nevada, Geórgia e Pensilvânia, e apenas Fox News e Associated Press anteciparam-se ao reconhecer Biden como vitorioso no Arizona - ação que, dado o cenário atual, parece ter sido precipitada.

5. A campanha do presidente Donald Trump já robustece sua assessoria legal para promover a recontagem nos estados-chave e ações judiciais relativas a percebidas irregularidades e denúncias de fraude na apuração de

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 06/11/2020 20:30:08 N.º: 02115
Código de autenticação: MjExNV9qbWFyaW5obl8wNi8xMS8yMDIw

votos. Há diversos relatos em Michigan, Pensilvânia, Arizona e Nevada, alegando: i) tráfico de cédulas eleitorais em pequena escala; ii) intimidação e restrição de acesso de observadores eleitorais a locais de contagem de votos; iii) critérios de segurança insuficientes para verificação de assinaturas de eleitores em envelopes que enviam cédulas pelo correio; e iv) correção de cédulas preenchidas incorretamente por eleitores, de modo indevido, por mesários. Todas, no entanto, parecem ter escopo demasiado reduzido, até o momento, para alterar o curso dos resultados.

6. Caberá observar denúncias adicionais que serão levadas às cortes pela campanha do presidente. O presidente Donald Trump designou hoje, 6/11, David Bossie (diretor adjunto de sua campanha em 2016 e presidente do grupo de "lobby" "Citizens United") como coordenador dos esforços judiciais e de recontagem de votos de sua campanha. O Comitê Nacional Republicano (RNC) também anunciou uma força-tarefa para apurar irregularidades no Arizona, Geórgia, Michigan e Pensilvânia. Além de ações em cortes estaduais de Nevada, Pensilvânia e Michigan, há uma ação em curso na Suprema Corte, que pede a desconsideração de votos pelo correio postados até o dia 3/11 e recebidos até o dia 6/11 na Pensilvânia - determinada pela Suprema Corte do estado, em dissonância com a legislação estadual.

7. Em qualquer cenário, as margens estreitas tornam certos processos de recontagem e ações judiciais adicionais, que poderão prolongar por diversos dias o processo de apuração e uma declaração final e consensual sobre quem teria sido vencedor.

SENADO

8. Seguem indefinidas quatro disputas, tendo cada partido o controle de 48 assentos no Senado, conforme os resultados apurados. Favorecidos os candidatos republicanos a vencer as disputas ainda pendentes na Carolina do Norte e no Alasca - cujo resultado deverá demorar, em razão de lento compasso de contagem dos votos -, ficou claro que o controle do Senado, de fato, será decidido na Geórgia, onde deverá ser confirmado o segundo turno em duas disputas: i) entre a senadora Kelly Loeffler (republicana) e o pastor

De: BRASEMB WASHINGTON

Recebido em: 06/11/2020 20:30:08 N.º: 02115

CARAT=Ostensivo

Código de autenticação: MjExNV9qbWFyaW5obl8wNi8xMS8yMDIw

Raphael Warnock; e ii) o senador republicano, David Perdue, contra o candidato democrata, Jon Ossoff. Os democratas precisarão vencer as duas disputas, em 5/1, e a presidência para obter a maioria (tel 2097).

Nestor Forster Jr., embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 06/11/2020 20:30:08 N.º: 02115
Código de autenticação: MjExNV9qbWFyaW5ob18wNi8xMS8yMDIw

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 07/11/2020 18:58:37 N.º: 02116
Código de autenticação: MjExNl9qbWFyaW5ob18wNy8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 07/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=EUA-POIN
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2115,TEL 2097,TEL 2090
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Projeção de vitória de
Joseph Biden.
//

Nr. 02116

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Órgãos da grande imprensa projetam que o
ex-vice-presidente Joseph Biden será eleito o 46º
presidente dos Estados Unidos. Projeta-se que Biden
teria acumulado 279 votos no Colégio Eleitoral até o
momento. Resultados nos estados do Alasca, Arizona,
Carolina do Norte e Geórgia seguem indefinidos.
Campanha de Trump contestará resultados
judicialmente.

Órgãos da grande imprensa norte-americana projetam que o ex-vice-presidente Joseph Biden será eleito o 46º presidente dos Estados Unidos. A projeção foi realizada, no final da manhã de hoje (7/11), pela Associated Press, após declarar o ex-vice-presidente como o vencedor no estado da Pensilvânia (onde Biden lidera por 0,5%). Por volta das 9 horas de hoje, a Associated Press já havia declarado Biden vitorioso em Nevada (onde lidera por 2%).

2. Com as declaradas vitórias em Nevada e Pensilvânia, até o momento, projeta-se que Biden tenha alcançado 279 votos no Colégio Eleitoral (9 acima do patamar mínimo necessário, de 270), contra 214 do presidente Donald Trump. No voto popular, a vantagem de Biden é de 4,1 milhões de votos, com cerca de 92% dos votos apurados.

3. Os resultados no Alasca (3 votos no Colégio Eleitoral) e na Carolina do Norte (15 votos no Colégio Eleitoral), onde o presidente Trump é favorito, ainda tardarão vários dias para serem divulgados.

4. Biden lidera na Geórgia (16 votos no Colégio Eleitoral), mas por exígua margem (0,1%), o que deve adiar a declaração de um vencedor no estado para depois de um processo de recontagem.

5. No Arizona (11 votos no Colégio Eleitoral), onde Biden lidera por 0,6% - margem que tem decrescido nos últimos dias -, 97% dos votos já foram apurados. A Secretaria de Estado do Arizona projeta que os resultados finais poderão ser divulgados apenas na semana que vem. Como a margem do candidato vitorioso deverá ser estreita, é possível que também ocorra processo de recontagem no estado.

6. Em declaração oficial, intitulada "Uma Presidência para todos os Americanos", Biden se disse honrado pela confiança do povo americano depositada nele e em sua companheira de chapa. Afirmou que, com o fim da campanha, seria tempo de "deixar o ódio e a retórica agressiva de lado e de unir a nação". Biden realizará discurso na noite de hoje, às 20 horas, em que deverá se declarar vencedor da disputa presidencial.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 07/11/2020 18:58:37 N.º: 02116
Código de autenticação: MjExNl9qbWFyaW5ob18wNy8xMS8yMDIw

7. Em nota, o presidente Donald Trump acusou Biden de apressar-se para "posar falsamente" como o vencedor, a fim de que, com apoio de aliados da mídia, "a verdade não seja revelada". Afirmou que a eleição estaria longe de terminar, pois Biden não teria sido certificado como vencedor em nenhum estado, muito menos em estados com disputa acirrada que passarão por recontagem ou naqueles onde há "válidos e legítimos questionamentos legais". Mencionou especificamente a Pensilvânia, onde observadores eleitorais não teriam tido o acesso devido ao processo de contagem de votos. Completou que "os votos legais decidem o presidente, não a imprensa".

8. A campanha de Trump anunciou que, a partir de segunda-feira (9/11), iniciará ações judiciais para garantir que as leis eleitorais estaduais sejam respeitadas, que todos os votos legais sejam contados, e todos os votos ilegais, desconsiderados. Seria, segundo a campanha, a única maneira de garantir que o público tenha total confiança nas eleições.

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 07/11/2020 18:58:37 N.º: 02116
Código de autenticação: MjExNl9qbWFyaW5ob18wNy8xMS8yMDIw

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 10/11/2020 15:05:35 N.º: 02125
Código de autenticação: MjEyNV9qbWFyaW5ob18xMC8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 10/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
REF/ADIT=TEL 2116,TEL 2097,TEL 2090
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 10/11.
//

Nr. 02125

RESUMO=

Informo. Apuração de votos prossegue após órgãos da grande mídia declararem Joseph Biden como vencedor das eleições presidenciais, resultado ainda não reconhecido pela campanha do presidente Donald Trump. Na Geórgia e Arizona, sem previsão de conclusão da contagem, Biden segue à frente. Denúncias de irregularidades ainda não se materializaram em ações judiciais de alto impacto.

Três dias depois de órgãos da grande mídia declararem Joseph Biden como vencedor das eleições presidenciais (tel 2116) - resultado ainda não reconhecido pela campanha do presidente Donald Trump -, a apuração dos votos prossegue nos estados em que ainda não foi possível projetar o resultado final: Geórgia e Arizona.

2. Na Geórgia, a vantagem de Biden segue aumentando em relação ao presidente Donald Trump, porém, por margens estreitas que a consolidaram como o estado mais competitivo de toda a disputa. Biden tem 10.500 votos de vantagem sobre Trump, o que representa diferença de somente 0,21%. A apuração no estado, 99% concluída, encontra-se em seus momentos finais, ora concentrada no processo de validação ou rejeição de "votos provisórios" - depositados por eleitores cuja aptidão para votar foi colocada em dúvida no momento da votação (por questões como problemas no registro eleitoral, falta de documento de identidade ou comparecimento a recinto eleitoral incorreto). Estima-se em alguns milhares o número de votos nessa situação. Após a conclusão desse processo (para o qual não há previsão até o momento), a campanha do presidente Trump deverá solicitar a recontagem. Segundo a legislação estadual, a recontagem deverá ser concluída até 20/11. Até essa data, há poucas chances de certificação de resultado no estado.

3. No Arizona, Biden segue à frente, mas Trump tem reduzido sua desvantagem ao longo dos últimos dias. Biden possui 17 mil votos a mais que Trump neste momento, o que representa diferença de 0,5%. Estima-se em 76 mil o número de votos ainda não contabilizados no estado, dos quais 40 mil seriam "votos provisórios", que poderão ser validados ou rejeitados. O ritmo de apuração nesta fase de validação e contagem de votos residuais tem sido inferior a 20 mil votos por dia, razão pela qual a divulgação de um resultado não parece iminente. A menos que a diferença entre os candidatos seja de 0,1% ou inferior, eventual recontagem no estado será possível, apenas, mediante determinação judicial.

4. No sábado, Biden e sua companheira de chapa, a senadora Kamala Harris, realizaram discurso em que se declararam vencedores da disputa presidencial. Em seu discurso, Harris enfatizou o papel de mulheres na política norte-americana, desde a conquista do direito

a voto até a eleição para cargos políticos de relevância. Biden mencionou ter sido o candidato à presidência com maior número de votos na história dos EUA. Fez apelo pela união do país ("não vejo estados azuis ou vermelhos, vejo os Estados Unidos), pela reconstrução da classe média e para fazer os EUA serem "novamente respeitados" no exterior. Reafirmou propostas de sua campanha, como "combater a mudança do clima e o racismo sistêmico" e colocar a COVID-19 sob controle. A respeito, comprometeu-se a nomear hoje uma força-tarefa sobre a pandemia "que começará a trabalhar em 20 de janeiro".

5. Até o momento, nenhum estado concluiu o processo de contagem de votos, razão pela qual nenhuma recontagem, seja automática, seja a pedido, encontra-se em curso. Paralelamente, já estão em andamento algumas ações judiciais de pequena escala, promovidas pela campanha do presidente Donald Trump ou por cidadãos, contra alegadas irregularidades e fraudes eleitorais.

6. Na Suprema Corte, há um pedido de apelação da campanha do presidente contra decisão da Suprema Corte da Pensilvânia, que estendeu para 6/11 o prazo para recebimento de votos enviados pelo correio até 3/11. No contexto desse processo, o juiz Samuel Alito concedeu, na noite de sexta-feira (6/11), pedido liminar que determinou que os votos recebidos entre 3/11 e 6/11 sejam contados em separado dos demais, e não sejam incorporados, por ora, na contabilização total do estado. Foi negado, porém, pedido dos autores para que esses não sejam contados. Não há estimativas sobre quantos votos no estado estariam nessa situação. No condado de Luzerne (onde 150 mil votos foram contabilizados), por exemplo, somente cerca de 250 votos teriam sido recebidos no período indicado. A validade desses votos dependerá da decisão final da Suprema Corte, ainda sem previsão.

7. O grande volume de denúncias a respeito de irregularidades nas eleições circulando nas redes sociais ainda não se materializaram em iniciativas jurídicas de alto impacto. Os processos apresentados até o momento são os seguintes:

PENSILVÂNIA:

- Ação para que mesários da Filadélfia suspendessem contagem de votos: rejeitada;
- Ação para que observadores eleitorais republicanos

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 10/11/2020 15:05:35 N.º: 02125
Código de autenticação: MjEyNV9qbWFyaW5ob18xMC8xMS8yMDIw

pudessem ficar a distância adequada das mesas de apuração: pedido liminar determinou que os observadores pudessem ficar a até 2 metros das mesas de contagem;

- Ação para que todos os condados do estado obriguem eleitores a apresentar provas adicionais sobre suas identidades, caso houvesse problema nos votos que enviaram, até 9/11: os votos foram separados, por pedido liminar, e aguarda-se decisão final sobre destino de votos cujos eleitores não tenham regularizado até 9/11.

NEVADA:

- Ação sobre suposta irregularidade de máquina de verificação de assinaturas de votos enviados pelo correio no condado de Clark (maior do estado, onde fica Las Vegas): rejeitada por falta de provas;
- Ação para que observadores eleitorais republicanos pudessem ficar a distância adequada das mesas de apuração do condado de Clark, com pedido de suspensão da apuração: rejeitada por falta de provas.

MICHIGAN:

- Ação para que observadores eleitorais republicanos tivessem maior acesso a centro de contagem de votos de Detroit, com pedido de suspensão da apuração: rejeitada por falta de provas.

GEÓRGIA:

- Desconsideração de cerca de 50 votos supostamente recebidos após o fechamento das urnas: rejeitado por falta de provas.

ARIZONA:

- Ação que alega que cédulas teriam sido inutilizadas por uso de canetas marca-texto: rejeitado por falta de provas.

8. Não houve, até o momento, ações judiciais com potencial para alterar o resultados em qualquer dos estados mais disputados. O advogado pessoal do presidente, Rudolph Giuliani, antecipou, contudo, que apresentará, nesta semana, ações em "três, quatro, ou até dez estados", alegando fraudes em larga escala na Pensilvânia, Michigan, Geórgia, Wisconsin, Nevada, "entre outros". O advogado não apresentou detalhes ou evidências que instruirão as demandas. Antecipou, contudo, que os processos tratarão do uso de nomes de falecidos para votos ilegais e do impedimento do

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 10/11/2020 15:05:35 N.º: 02125
Código de autenticação: MjEyNV9qbWFyaW5ob18xMC8xMS8yMDIw

trabalho de observadores eleitorais republicanos. Não antecipou qual será o pedido jurídico - como, por exemplo, a anulação de eleições. As ações judiciais, para terem efeito na atual disputa, deverão ser apresentadas e decididas em última instância até 8 de dezembro próximo, que, neste ano, será o "Safe Harbor Day". Segundo a legislação eleitoral federal, trata-se da data final para que quaisquer controvérsias envolvendo resultados eleitorais nos estados sejam solucionadas.

9. Embora a apuração de votos siga em curso e haja etapas ainda previstas para contestação judicial e certificação dos resultados das eleições nos estados, grande número de chefes de Estado e de Governo enviaram seus cumprimentos a Joe Biden. Além do Brasil, China, México, Rússia e Turquia são os países de maior projeção internacional que ainda não o fizeram.

10. No plano interno, ainda é baixo o número de políticos do Partido Republicano que cumprimentaram Biden. Entre estes, cabe destacar o ex-presidente George Bush, os senadores Mitt Romney (R-UT), Lisa Murkowski (R-AK) e Susan Collins (R-ME), assim como os governadores de alguns estados, entremos quais Maryland, Massachusetts, Utah e Vermont. Em todos os casos, porém, reconheceram o direito do presidente Trump de buscar assegurar, inclusive por meio da justiça, a lisura do processo eleitoral.

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 10/11/2020 15:05:35 N.º: 02125
Código de autenticação: MjEyNV9qbWFyaW5ob18xMC8xMS8yMDIw

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 11/11/2020 14:03:38 N.º: 02133
Código de autenticação: MjEzM19qbWFyaW5ob18xMS8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 11/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2125,TEL 2116,TEL 2097
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 11/11.
//

Nr. 02133

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informe. Apuração na Geórgia e no Arizona permanece sem projeção de vencedor. Campanha de Trump protocola primeiro processo judicial de escopo abrangente na Pensilvânia, solicitando desconsideração de votos pelo correio em dois condados. Procurador-geral autoriza procuradores federais a investigarem "alegações substanciais" de irregularidades eleitorais.

Permanece inconcluso e sem projeção de vencedor o processo de apuração eleitoral nos dois estados mais competitivos da disputa pela presidência: Arizona e Geórgia. Em ambos os estados, o ex-vice-presidente Joe Biden segue liderando por estreitas margens: crescentes na Geórgia, ora em 0,25%, e decrescentes no Arizona, ora em 0,4%.

2. Nesse ínterim, em que o processo de contagem segue sem perspectiva conclusão e no qual se aguarda o início da recontagem, a campanha do presidente Donald Trump começa a avançar no questionamento judicial de alegadas fraudes e irregularidades. Conforme antecipado durante o final de semana por seu advogado pessoal, Rudolph Giuliani, a primeira ação judicial de escopo abrangente foi protocolada junto a corte federal na Pensilvânia.

3. Na ação, os advogados do presidente argumentam que o sistema eleitoral do estado criara um "sistema de dois trilhos de votação", em que eleitores foram tratados de maneira distinta: os votos depositados pessoalmente teriam sido submetidos a critérios de transparência e verificação, ao passo que "a massa de votos" enviados pelo correio estariam "envoltos em obscuridade". Os votos presenciais teriam sido submetidos a rigorosa verificação de assinaturas e observação eleitoral, o que não teria ocorrido no caso de votos recebidos pelo correio. Entre as irregularidades, é mencionado o acesso insuficiente de observadores eleitorais ao processo de verificação, legitimação e contagem dos votos pelo correio. Tais falhas teriam, segundo os autores, violado a "cláusula constitucional de proteção igualitária".

4. Os autores solicitam ao juiz federal, à luz das alegadas irregularidades, liminar para impedir que Joe Biden seja considerado vencedor das eleições no estado e a desconsideração de votos pelo correio enviados pelos condados da Filadélfia e de Allegheny (que inclui a cidade de Pittsburgh). Ambos os condados, de esmagadora maioria democrata, teriam processado mais de 600 mil votos recebidos pelo correio.

5. Nesse primeiro momento, não foram apresentadas provas, mas foram levadas ao conhecimento do juízo notícias veiculadas na imprensa e declarações de

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 11/11/2020 14:03:38 N.º: 02133
Código de autenticação: MjEzMl9qbWFyaW5ob18xMS8xMS8yMDIw

observadores eleitorais republicanos. Se o juiz do caso acatar o pedido de liminar republicano, será indício de abertura do juízo para análise mais detida de provas e do eventual êxito do processo. No momento, Biden lidera na Pensilvânia por 45 mil votos (0,7% de margem em relação ao presidente Donald Trump), restando estimados 70 mil votos a serem apurados, entre votos pelo correio e "votos provisórios" (tel 2125).

6. No nível federal, o procurador-geral, William Barr, autorizou procuradores federais nos estados norte-americanos a investigar "alegações substanciais" de irregularidades e fraudes eleitorais antes dos resultados eleitorais finais. Até o momento, não houve anúncio de investigações por parte daquelas autoridades. Na esteira do anúncio de Barr, o procurador Richard Pilger, diretor do escritório de Crimes Eleitorais do Departamento de Justiça (DoJ), pediu demissão, ao considerar que a decisão de Barr "abrogava uma política de quarenta anos de não interferência em investigações de fraude eleitoral antes de as eleições serem certificadas".

7. O Partido Republicano segue alinhado ao presidente Trump em suas iniciativas de contestação de alegadas irregularidades e fraudes, com poucas defecções (tel 2125). Na tarde de hoje (10/11), o secretário de estado Mike Pompeo afirmou, em resposta a pergunta de jornalista, que o Departamento de Estado estaria preparado para uma "suave transição para uma segunda administração Trump". Completou que "o mundo está observando" e que "[a transição ocorrerá] quando o processo estiver completo e o colégio eleitoral selecionado". O líder da maioria republicana no Senado, senador reeleito Mitch McConnell (R-KY), afirmou que Trump tem o direito de "sopesar as suas opções legais", recordando que o Partido Democrata também o fizera, no contexto das eleições de 2000, "por 37 dias".

Nestor Forster Jr., embaixador

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 11/11/2020 14:03:38 N.º: 02133
Código de autenticação: MjEzM19qbWFyaW5ob18xMS8xMS8yMDIw

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 12/11/2020 20:12:43 N.º: 02142
Código de autenticação: MjE0Ml9qbWFyaW5ob18xMi8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 12/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2133,TEL 2125,TEL 2116
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 12/11.
//

Nr. 02142

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Campanha de Trump impetra ações judiciais em Michigan e Arizona. Processo de recontagem manual será conduzido na Geórgia. Presidente Trump segue sem fazer discursos ou dar entrevistas, manifestando-se apenas pelo Twitter. Biden anuncia que Ronald Klain ocupará cargo de chefe de gabinete da Casa Branca em seu governo.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 12/11/2020 20:12:43 N.º: 02142
Código de autenticação: MjE0Ml9qbWFyaW5ob18xMi8xMS8yMDIw

O processo de apuração e de litigância das eleições para a presidência dos Estados Unidos segue em curso e sem perspectiva de resolução definitiva nos próximos dias. Ontem (11/11), órgãos de imprensa projetaram que o presidente Donald Trump será o vencedor no Alasca, o que elevou o saldo estimado de votos no Colégio Eleitoral do presidente Donald Trump para 217, contra estimados 279 de Joe Biden. No voto popular, Biden possui cerca de 5 milhões de votos a mais que o presidente Trump, com cerca 96% dos votos apurados nacionalmente. A maioria dos órgãos de imprensa ainda não anunciou suas projeções para Carolina do Norte (onde o presidente Trump deverá prevalecer), Arizona e Geórgia (onde Biden encontra-se à frente). Até o momento, seis estados já certificaram seus resultados para a eleição a presidente, apontando oficialmente um vencedor: Carolina do Sul, Dakota do Sul, Delaware, Oklahoma, Vermont e Wyoming.

2. A situação nos estados onde há maior grau de contestação eleitoral é a seguinte:

PENSILVÂNIA

3. Embora órgãos da grande imprensa já tenham projetado Joe Biden como o provável vencedor no estado, a contagem dos votos segue inconclusa. No momento, Biden encontra-se 54 mil votos à frente de Trump (0,8% de margem), restando até 50 mil votos ainda a serem contabilizados. Nesse patamar, a recontagem no estado não ocorreria automaticamente, e dependeria de pedidos de recontagem da campanha de Trump em condados específicos. A ação judicial, em corte federal, da campanha no estado, que solicita a invalidação de cerca de 680 mil votos recebidos pelo correio nos condados de Filadélfia e de Allegheny e a vedação da certificação dos resultados na Filadélfia (cujo prazo final é 23/11), não teve, até o momento, decisão judicial (tel 2133). No nível estadual, uma das ações em curso, ajuizadas pela campanha de Trump, resultou em decisão favorável ao presidente (tel 2125). Em ação contra medida da Secretaria de Estado que permitiu que eleitores regularizassem, até 12/11, cédulas eleitorais enviadas com problemas, deu-se ganho de causa à campanha de Trump, para que a regularização fosse possível apenas até 9/11, conforme previsto em lei estadual. Em razão de liminar anterior, as cédulas eleitorais em questão estavam

separadas, e não foram contabilizadas no resultado estadual. Não foi divulgado o número de cédulas eleitorais afetadas.

MICHIGAN

4. No estado, onde a imprensa também projeta que Biden deverá vencer, a vantagem de Biden é de cerca de 150 mil votos (2,6% de margem em relação ao presidente), com a quase totalidade dos votos apurados. Tal margem não gera possibilidade de recontagem automática, dependendo de eventual pedido, condado a condado.

5. A campanha do presidente apresentou nova ação judicial no estado, em corte estadual. Como no processo apresentado na Pensilvânia, os advogados do presidente argumentam que observadores eleitorais republicanos não tiveram o devido acesso às mesas e equipamentos de contagem de votos - em particular, no "TCF Center", onde foram tabulados os votos da cidade de Detroit. O processo encontra-se instruído com declarações juramentadas de indivíduos que relatam irregularidades ou fraudes. Entre os argumentos presentes nas declarações juramentadas, figuram alegações de verificação insuficiente de assinaturas de eleitores, processamento de votos recebidos após 3/11, manipulação de cédulas eleitorais e de segurança insuficiente em caixas de transporte de cédulas eleitorais. Apresentam-se, como pedidos à corte, o adiamento da certificação dos resultados durante as investigações e a ação judicial, a recontagem ou a anulação das eleições e realização de nova votação.

GEÓRGIA

6. Biden lidera no estado com 14 mil votos de vantagem (margem de 0,3%), com a contagem de votos praticamente concluída. Na tarde de ontem, o secretário de Estado Brad Raffensperger, do Partido Republicano, anunciou que o processo de auditoria dos votos no estado - que normalmente se dá por amostragem após a conclusão dos votos e antes da certificação do resultado - será realizado manualmente e abrangerá a totalidade dos votos da Geórgia. Na prática, a decisão implica uma recontagem total dos votos, o que deverá atrasar o processo de certificação do vencedor no estado até o prazo limite (20/11) e torna desnecessário o pedido de recontagem por alguma das campanhas.

7. Raffensperger foi alvo de críticas dos dois candidatos republicanos ao Senado que participarão de segundo turno em 5/1/21, Kelly Loeffler e David Perdue, que apontaram falhas em sua gestão do processo eleitoral e pediram sua renúncia. Em resposta, Raffensperger negou que deixará o cargo e afirmou: "Houve votação ilegal? Estou certo que sim. E meu escritório está investigando tudo isso. Ela [a votação ilegal] alcança números ou margens necessários para mudar o resultado para que o presidente Trump vença os votos no colégio eleitoral da Geórgia? Isso é improvável". Não há, no estado, ações judiciais de escopo abrangente da campanha do presidente, no modelo apresentado na Pensilvânia e em Michigan.

WISCONSIN

8. Concluída a apuração em Wisconsin, Biden lidera por 20 mil votos (margem de 0,6%). Os condados do estado estão conduzindo o processo padrão de auditoria de votos, que deverá ser concluído em 17/11. Depois dessa data, a campanha do presidente Donald Trump poderá solicitar a recontagem nos condados onde haja diferença menor que 1% entre os candidatos, procedimentos que a campanha deverá custear. A conclusão da recontagem, caso ocorra, é estimada para 1/12. Não há ações judiciais da campanha de Trump em curso no estado.

ARIZONA

9. No estado, Biden lidera por cerca de 11 mil votos (margem de 0,3%), restando até 24 mil a serem apurados. Estima-se haver poucas chances de o presidente ultrapassar Biden na contagem de votos no estado uma vez que mais da metade dos votos a serem ainda tabulados concentram-se no Condado de Pima (onde Biden ora lidera por 59% a 40%). Caso o presidente não consiga reduzir a margem para valor igual ou inferior a 0,1%, não há possibilidade de recontagem - que poderá, porém, ser determinada judicialmente. No momento, a campanha de Trump tem uma ação judicial no estado, na qual alega que falhas em máquina de contagem de votos no Condado de Maricopa poderiam ter rejeitado ou contado em duplicidade "milhares de votos", argumentando que o problema teria ocorrido em, pelo menos, 180 votos. Em entrevista ao canal Fox Business ontem (11/11), o procurador-geral do Arizona,

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 12/11/2020 20:12:43 N.º: 02142
Código de autenticação: MjE0Ml9qbWFyaW5ob18xMi8xMS8yMDIw

o republicano Mark Brnovich, criticou a ação judicial, que "não teria evidência, nem fatos que levem qualquer pessoa a crer que os resultados eleitorais mudarão".

MANIFESTAÇÕES OFICIAIS

10. O presidente Donald Trump não realiza discursos ou entrevistas há uma semana, tendo manifestado-se apenas pelo Twitter, reafirmando acusações de fraude eleitoral e críticas à cobertura das eleições pela imprensa - sobretudo do canal Fox News.

11. Biden, na noite de ontem (11/11), anunciou que o cargo de chefe de gabinete da Casa Branca em seu governo seria ocupado por Ronald Klain. Um de seus mais longevos e próximos assessores pessoais, Klain foi coordenador da força-tarefa da Casa Branca contra o Ebola (2014-2015) e chefe de gabinete do então vice-presidente Biden (2009-2011). Em sua carreira, ocupou cargos de assessoria no Senado e na Suprema Corte, além de atuar no setor privado, em atividades advocatícias e de consultoria. A declaração referente a Klain poderá ser acessada em: <https://buildbackbetter.com/press-releases/president-elect-joe-biden-names-ron-klain-as-white-house-chief-of-staff/>.

12. Biden também anunciou lista que designa "equipes de revisão de agências", com centenas de nomes, divididos em grupos. O objetivo dessas equipes é capitanear o processo de coleta de informações e de transição governamental em ministérios e demais entidades federais. O processo não começou formalmente, uma vez que depende de ação da "General Services Administration", o que ainda não ocorreu. Entre os líderes das mencionadas equipes, constam os nomes de:

- Don Graves, executivo do banco KeyBank (para a transição no Departamento do Tesouro);
- Ur Jaddou, da empresa de lobby pela reforma migratória "America's Voice", (para a transição no Departamento de Segurança Interna);
- Kath Hicks, do "think-tank" CSIS (para a transição no Departamento de Defesa) e;
- embaixadora Linda Thomas-Greenfield, hoje na consultoria Albright Stonebridge Group (para a

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 12/11/2020 20:12:43 N.º: 02142
Código de autenticação: MjE0Ml9qbWFyaW5ob18xMi8xMS8yMDIw

transição no Departamento de Estado).

A lista completa poderá ser acessada em:
<https://buildbackbetter.com/the-transition/agency-review-teams/>

13. Biden afirmou já ter mantido conversas telefônicas com alguns chefes de Estado, que reconheceram sua vitória nas eleições, entre eles: i) o primeiro-ministro da Austrália, Scott Morrison; ii) o primeiro-ministro do Japão, Yoshihide Suga; iii) o presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in; iv) o presidente da França, Emmanuel Macron; v) a chanceler da Alemanha, Angela Merkel; vi) o taoiseach da Irlanda, Micheál Martin; vii) o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson; e viii) o papa Francisco.

Nestor Forster Jr., embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 13/11/2020 20:20:52 N.º: 02158
Código de autenticação: MjE1OF9qbWFyaW5ob18xMy8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 13/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2142,TEL 2133,TEL 2125
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 13/11.
//

Nr. 02158

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Órgãos da grande imprensa projetam que Joe Biden vencerá as eleições presidenciais no Arizona e na Geórgia, e o presidente Donald Trump, na Carolina do Norte. Resultado projetado aponta que Biden acumulará 306 votos no Colégio Eleitoral, e Trump, 232. Geórgia inicia auditoria dos votos no estado, sob críticas do Partido Republicano. China parabeniza Biden por vitória nas eleições.

Na tarde desta sexta-feira (13/11), a grande maioria dos órgãos da grande imprensa projetou que Joe Biden vencerá as eleições nos estados do Arizona e da Geórgia, e o presidente Donald Trump, na Carolina do Norte. O resultado das eleições, conforme projetado pela mídia, seria, assim, de 306 votos no Colégio Eleitoral para Biden - mesma margem obtida pelo presidente nas eleições de 2016 -, e 232 para Trump. A exceção nas projeções é a Associated Press, que considera a Geórgia "com margens próximas demais para definir resultado, em meio a uma auditoria manual" - mantendo a previsão, por ora, de 290 votos no Colégio Eleitoral para Biden e 232 para Trump.

2. Na Geórgia, onde a liderança de Biden é da ordem de 14 mil votos (0,3% de vantagem sobre Trump, a menor de toda a disputa eleitoral), teve início o processo de auditoria manual da totalidade dos votos no estado. A Secretaria de Estado da Geórgia estima que o processo será concluído na próxima quarta-feira (18/11), a tempo para a certificação dos resultados eleitorais no estado (cujo prazo legal é 20/11). Nesse início de auditoria, o Comitê Nacional Republicano (RNC) já externa insatisfação com a transparência do processo. Entre as queixas, figuram: i) a ausência de previsão de verificação de assinaturas entre envelopes que enviaram as cédulas e as solicitações de voto pelo correio enviadas pelos eleitores; ii) número tido como insuficiente de observadores autorizados; iii) definição de prazo máximo de certificação eleitoral no nível dos condados para amanhã (14/11), às 17:00 horas, quando a auditoria ainda estaria em curso; e iv) treinamento insuficiente para funcionários e observadores envolvidos na auditoria.

3. A Carolina do Norte encerrou ontem (12/11) o prazo para recebimento de votos pelo correio que tenham sido postados pelos eleitores até o dia das eleições gerais, 3/11. Autoridades no estado aguardavam esse prazo para dar seguimento à apuração dos votos remanescentes. Como o volume de votos recebidos no período entre 3 e 12/11 é reduzido, segundo estimativas das autoridades eleitorais no estado, a apuração deverá ser concluída entre hoje e domingo (15/11). Trump lidera no estado com 72 mil votos (1,3% de vantagem sobre Biden), o que permitiu aos órgãos de imprensa antecipar que o presidente terá a maioria dos

votos no estado.

4. Até o início da tarde de hoje, nenhum estado adicional havia certificado seus resultados eleitorais. Até o momento, apenas Carolina do Sul, Dakota do Sul, Delaware, Oklahoma, Vermont e Wyoming declararam, oficialmente, o vencedor da disputa presidencial em seus respectivos estados.

5. Não houve novas ações judiciais protocoladas pela campanha do presidente Donald Trump desde ontem (12/11). No entanto, em revés para a campanha, um dos dois escritórios de advocacia que representam a campanha de Trump em processo na Pensilvânia que busca a invalidação de 680 mil votos pelo correio no estado retirou-se de causa. Em ação judicial em Michigan, referente a queixas da campanha de Trump quanto a irregularidades na apuração de votos em Detroit (tel 2142), o juiz do caso negou pedido de liminar da campanha de Trump para que os resultados não sejam certificados no estado. Segundo o magistrado, as alegações da campanha de Trump seriam "incorretas e sem credibilidade", a ação "carece de especificidade" quanto aos problemas alegados e impedir a certificação dos resultados seria "exercício sem precedentes de ativismo judicial".

6. A respeito de alegações de fraudes e irregularidades eleitorais pelo presidente, a Agência de Cibersegurança e de Infraestrutura de Segurança (CISA), ligada ao Departamento de Segurança Interna (DHS), publicou nota com declaração conjunta de múltiplas agências governamentais sobre segurança de eleições. Nela, afirmou-se que "as eleições de 3 de novembro foram as mais seguras da história" e que "não há evidências de que qualquer sistema eleitoral tenha deletado ou perdido votos, alterado votos, ou tenha sido de qualquer modo comprometido". A publicação do documento dá-se em meio a rumores de que o presidente Donald Trump tencionaria demitir o diretor da CISA, Christopher Krebs. A nota poderá ser acessada em: <<https://www.cisa.gov/news/2020/11/12/joint-statement-elections-infrastructure-government-coordinating-council-election>>.

7. Na madrugada de hoje, a China tornou-se o mais recente país a parabenizar Joe Biden. A mensagem congratulatória, a qual afirma que a China "respeita a escolha do povo americano" e "entende que o resultado

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 13/11/2020 20:20:52 N.º: 02158
Código de autenticação: MjE10F9qbWFyaW5ob18xMy8xMS8yMDIw

desta eleição nos EUA será determinado de acordo com as leis e procedimentos dos EUA", foi externada pelo porta-voz da chancelaria chinesa, Wang Wenbin, durante "briefing" diário. Não houve, até o momento, manifestação do presidente Xi Jinping a respeito.

8. Com relação ao processo de transição, não iniciado oficialmente, algumas autoridades legislativas do Partido Republicano passaram a posicionar-se favoravelmente ao acesso de Joe Biden a "briefings" reservados de inteligência e de segurança nacional - atributo conferido a presidentes eleitos. Manifestaram-se nesse sentido o presidente "pro tempore" do Senado, senador Chuck Grassley (R-IA); o presidente da Comissão de Assuntos Judiciários do Senado, o senador reeleito Lindsey Graham (R-SC); o "whip" da maioria republicana no Senado, John Thune (R-SD); entre outros. Já na Casa Branca, o posicionamento oficial é diverso. O assessor econômico da Casa Branca, Peter Navarro, afirmou, em entrevista, que os trabalhos do Executivo seguem "tendo como premissa que haverá um segundo mandato para Trump".

9. Já o presidente Donald Trump falou em público pela primeira vez desde 5/11, durante entrevista coletiva na Casa Branca sobre a Operação "Warp Speed", ocasião na qual não fez menção à situação eleitoral.

Nestor Forster Jr., embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 17/11/2020 19:37:47 N.º: 02171
Código de autenticação: MjE3MV9qbWFyaW5ob18xNy8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 17/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2158,TEL 2142,TEL 2133
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 16/11.
//

Nr. 02171

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Não houve desenvolvimentos relevantes no processo de apuração eleitoral e certificação de resultados. Geórgia avança em processo de auditoria manual de votos. Secretário de Estado da Geórgia acusa republicanos de pressão. Seis principais ações judiciais contra alegadas fraudes e irregularidades, com participação da campanha de Trump, concentram-se em Pensilvânia, Michigan e Geórgia.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 17/11/2020 19:37:47 N.º: 02171
Código de autenticação: MjE3MV9qbWFyaW5ob18xNy8xMS8yMDIw

Não houve desenvolvimentos relevantes no processo de apuração eleitoral e de certificação dos resultados ao longo do final de semana. Nenhum estado adicional certificou seus resultados eleitorais, além dos seis que já o fizeram - Carolina do Sul, Dakota do Sul, Delaware, Oklahoma, Vermont e Wyoming (tel 2158).

2. Na Geórgia, prossegue o processo de auditoria manual da totalidade dos votos no estado, determinada pelo secretário de Estado, o republicano Brad Raffensperger. A ausência de reanálise de assinaturas entre envelopes que continham as cédulas eleitorais enviadas pelo correio, os formulários de solicitação de voto pelo correio e os registros eleitorais é o principal alvo de críticas do Partido Republicano quanto ao processo. O presidente Donald Trump, ao pronunciar-se sobre a auditoria, disse que, sem a verificação de assinaturas, o processo "não tem sentido". Raffensperger argumentou que a verificação de assinaturas foi realizada duas vezes antes da contagem do voto e que, caso tal verificação fosse realizada novamente em contexto de auditoria ou recontagem, seria violado o direito do eleitor ao voto secreto.

3. Em entrevista, o secretário de Estado da Geórgia alegou estar sendo pressionado por lideranças do Partido Republicano, em particular o presidente da Comissão de Assuntos Judiciários do Senado, senador Lindsey Graham (R-SC), e o deputado Doug Collins (R-GA). Raffensperger acusou Graham de sugerir que ele encontrasse meios de descartar todas as cédulas eleitorais em condados nos quais se verificassem índices elevados de incompatibilidade de assinaturas de eleitores. Disse, ainda, que a auditoria manual ora em curso deve demonstrar que não haveria problemas em urnas eletrônicas da empresa Dominion. Nos últimos dias, emergiram em redes sociais denúncias de que o programa de computador que faz operar as urnas eletrônicas da empresa seria manipulado, deletando ou alterando votos, em favor de Joe Biden. Na Geórgia, assim como na quase totalidade do país, urnas eletrônicas, onde utilizadas, geram um comprovante de votação impresso, que ora passam por auditoria. A principal revelação do processo de auditoria, até o momento, emergiu da comparação entre comprovantes de voto e os totais de votação registrados por urnas eletrônicas. Apurou-se que, no condado de Floyd, de

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 17/11/2020 19:37:47 N.º: 02171
Código de autenticação: MjE3MV9qbWFyaW5obl8xNy8xMS8yMDIw

maioria republicana, 2600 votos deixaram de ser contabilizados no total, alegadamente por erro humano. A descoberta poderá aumentar o escrutínio sobre a condução das eleições na Geórgia.

4. Processos titularizados pela campanha ou pelo Partido Republicano encontram-se em curso em três estados: Pensilvânia, Michigan e Geórgia. O processo na Geórgia foi impetrado na última sexta-feira (13/11). Pelo país, contudo, cidadãos e organizações não diretamente vinculadas ao Partido Republicano têm apresentado outras ações judiciais em que se alegam fraudes e irregularidades em desfavor do presidente. Nenhuma teve êxito judicial até o momento. A situação das ações judiciais de autoria da campanha do presidente Trump que seguem em curso é a seguinte:

PENSILVÂNIA

- 1) Autor da ação judicial: Partido Republicano da Pensilvânia v. Boockvar;
 - Instância: Suprema Corte dos Estados Unidos;
 - Argumentos do caso: pede-se a anulação de decisão da Suprema Corte da Pensilvânia que estendeu para 6/11 o prazo para recebimento de votos enviados pelo correio até 3/11. O prazo-limite definido pela lei estadual, mas relativizado pela Suprema Corte estadual, era 3/11. No contexto desse processo, o juiz Samuel Alito concedeu pedido liminar que determinou que os votos recebidos entre 3/11 e 6/11 sejam contados em separado dos demais, e não sejam incorporados, por ora, na contabilização total do estado. Foi negado, porém, pedido dos autores para que os votos não sejam contados. Caso a ação seja julgada procedente pela Suprema Corte - o que é possível, à luz da tendência da maioria da corte, de conferir maior peso à legislação conforme escrita -, os votos pelo correio enviados até 3/11 e recebidos após o fechamento das urnas serão desconsiderados na Pensilvânia (tel 2125). Estima-se haver até 10 mil votos, ainda não tabulados, nessa situação;
 - Situação: aguarda decisão da Suprema Corte sobre admissibilidade do caso (ainda sem data).
- 2) Autor da ação judicial: Campanha Donald J. Trump para Presidente v. Boockvar;
 - Instância: Corte Distrital dos EUA na Pensilvânia;
 - Argumentos do caso: originalmente, solicitava a invalidação de cerca de 680 mil votos recebidos pelo correio nos condados de Filadélfia e de Allegheny, em razão de acesso insuficiente a observadores eleitorais; a anulação de "cured ballots" (votos que tinham alguma irregularidade posteriormente resolvidas

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 17/11/2020 19:37:47 N.º: 02171
Código de autenticação: MjE3MV9qbWFyaW5ob18xNy8xMS8yMDIw

por eleitores, após notificação de condados eleitorais); e a suspensão da certificação dos resultados na Filadélfia (cujo prazo final é 23/11). Em 15/11, a petição inicial foi emendada, e excluiu o pedido de anulação de cerca de 680 mil votos. Sem tal pedido, a ação reduz significativamente seu escopo, e passa a depender da aceitação do pedido liminar de suspensão da certificação dos resultados eleitorais para ter impacto;

- Situação: aguarda a primeira audiência presencial para argumentação oral (agendada para hoje, 17/11) e audiência para apresentação de provas e julgamento de admissibilidade (esperado para quinta-feira, 19/11). A ação foi distribuída para o juiz Matthew Brann, indicado para o cargo pelo presidente Barack Obama, em 2012.

3) Ação judicial: Campanha Donald J. Trump para Presidente v. Boockvar

- Instância: Tribunal da Commonwealth da Pensilvânia;
- Argumentos do caso: pede-se a revogação de medida da Secretaria de Estado que permitiu que eleitores regularizassem, até 12/11, cédulas eleitorais enviadas com problemas. Deu-se ganho de causa à campanha de Trump, para que a regularização fosse possível apenas até 9/11, conforme previsto em lei estadual. Em razão de liminar anterior, as cédulas eleitorais em questão estavam separadas, e não foram contabilizadas, não implicando modificação nos resultados eleitorais divulgados até o momento. Não foi divulgado o número de cédulas eleitorais afetadas;
- Situação: A campanha de Trump teve ganho de causa e as cédulas regularizadas entre 9/11 e 12/11 serão desconsideradas.

MICHIGAN

1) Ação judicial: Campanha Donald J. Trump para Presidente v. Benson;

- Instância: Corte Distrital dos EUA em Michigan;
- Argumentos do caso: alega-se que algumas autoridades do Condado de Wayne (região da grande Detroit) não garantiram o acesso devido de observadores eleitorais a mesas e máquinas de contagem de votos, além de terem adulterado cédulas eleitorais recebidas fora do prazo eleitoral a fim de que fossem contabilizadas. Pede-se: a suspensão da certificação dos resultados no estado; a não certificação de resultados nos condados que incluam votos que tenham sido fraudulentamente depositados e de votos contabilizados por meio de

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 17/11/2020 19:37:47 N.º: 02171
Código de autenticação: MjE3MV9qbWFyaW5ob18xNy8xMS8yMDIw

urnas eletrônicas da empresa Dominion e votos contabilizados sem a devida observação eleitoral. Pede-se, ainda, a auditoria independente de todos os equipamentos eletrônicos de contagem eleitoral e o chamamento de eleições especiais em recintos eleitorais específicos, caso se confirme que há problemas nesses aparelhos. Êxito completo no caso poderia afetar 1,2 milhão de votos;

- Situação: aguarda agendamento de audiência. A ação foi distribuída para a juíza Janet T. Neff, indicada para o cargo pelo presidente George W. Bush, em 2007.

2) Ação judicial: Constantino v. Cidade de Detroit (impetrado pela organização "Great Lakes Justice Center", com apoio da campanha de Trump;

- Instância: Corte do Condado de Wayne;

- Argumentos do caso: os argumentos e pedidos são semelhantes ao da ação impetrada pela campanha do presidente Donald Trump.

Situação: negou pedido de liminar para que os resultados não sejam certificados no estado e para que seja feita auditoria independente de equipamentos de contagem de votos. Segundo o magistrado, as alegações da campanha de Trump seriam "incorretas e sem credibilidade", a ação "carece de especificidade" quanto aos problemas alegados e impedir a certificação dos resultados seria "exercício sem precedentes de ativismo judicial";

- Situação: Impetrou-se ontem (16/11) apelação para que o pedido liminar seja reconsiderado. A ação segue em curso e aguarda decisão final.

GEÓRGIA

Ação judicial: Wood v. Raffensperger (impetrada pelo advogado Lin Wood, que se somou recentemente à equipe jurídica da campanha de Trump);

- Instância: Corte Distrital dos EUA na Geórgia;

- Argumentos do caso: argumenta-se que o Secretário de Estado da Geórgia teria extrapolado suas competências ao realizar acordo, em março deste ano, para criar salvaguardas adicionais ao processo de verificação de assinaturas em formulários e registros eleitorais em relação a votos recebidos pelo correio. Solicita, liminarmente, que seja impedida a certificação eleitoral no estado, ou, alternativamente, que as eleições sejam consideradas "defeituosas" e que tal vício seja sanado "nos termos da legislação da Geórgia";

- Situação: aguarda agendamento de audiência e juízo de admissibilidade. A ação foi distribuída para o juiz federal Steven D. Grimberg, indicado para o cargo pelo

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 17/11/2020 19:37:47 N.º: 02171
Código de autenticação: MjE3MV9qbWFyaW5ob18xNy8xMS8yMDIw

presidente Donald Trump em 2019.

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 19/11/2020 12:11:26 N.º: 02187
Código de autenticação: MjE4N19qbWFyaW5ob18xOS8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 19/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2171,TEL 2158,TEL 2142
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 18/11.
//

Nr. 02187

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Campanha do presidente Trump sofre revezes
judiciais, em particular na Pensilvânia, mas mantém o
esforço de litigância. Ações visam a adiar o
resultado eleitoral nos estados e abrir espaço a
soluções políticas. Trump demite diretor da CISA.
Biden indica nomes para assessorá-lo na Casa Branca.
Geórgia conclui auditoria manual, sem alteração do
resultado da eleição no estado.

Nesta semana, as ações judiciais com participação da campanha do presidente Donald Trump que visam à anulação de votos sofreram alguns reveses, em particular na Pensilvânia, conforme comento adiante. A campanha do presidente, porém, não dá sinais de arrefecer em seu propósito de impetrar novas ações judiciais e de levar o debate jurídico até as últimas instâncias. No momento, a estratégia que tem prevalecido não é a de, pela via judicial, promover a anulação de votos em número e em estados suficientes para reverter o desfecho eleitoral em desfavor de Joe Biden. O foco das ações mais recentes tem sido evitar ou atrasar a certificação de resultados eleitorais pelos governos estaduais (prevista para ocorrer em diferentes datas, entre 20/11 e 1/12), a fim de prolongar o processo eleitoral e, possivelmente, buscar abrir algum espaço de legitimidade para ações adicionais de natureza política (como, por exemplo, a aprovação de resultados eleitorais alternativos pelos legislativos estaduais).

2. Para além da dimensão judicial, tem havido movimentações de natureza política, no nível da gestão eleitoral burocrática em alguns estados. Antes da certificação eleitoral em nível estadual, no prazo acima enunciado, deve ocorrer a certificação dos resultados no nível dos condados, em geral por comitê com igual número de representantes do Partido Democrata e do Partido Republicano. No condado de Wayne (região metropolitana de Detroit), em Michigan, os representantes do Partido Republicano naquele condado chegaram a recusar-se, por algumas horas, a certificar os resultados. A razão alegada foi a chamada "falta de balanceamento" em muitas das 132 centrais de contagem de votos de Detroit, causada por números diferentes de pessoas que assinaram lista de presença e o número de votos efetivamente contabilizados. Os republicanos foram criticados porque, no passado, problemas desse tipo nunca impediram a certificação de resultados e porque outros condados, de maioria conservadora, tiveram problemas ainda mais numerosos e não foram alvo de crítica daquele partido. Caberá observar se movimentações do tipo serão realizadas em outros condados de estados onde se projeta que Biden terá vencido, bem como qual será o impacto sobre a visão da opinião pública a respeito da controvérsia eleitoral, que já se arrasta

há mais de duas semanas.

3. No momento, segundo levantamento Politico/Morning Consult, o país estaria dividido em relação à continuidade do impasse eleitoral: 46% dos entrevistados (71% dos democratas e 17% dos republicanos) afirmam que o presidente Trump deveria imediatamente reconhecer que teria sido derrotado por Biden; 32% (21% dos democratas e 45% dos republicanos) opinam que deveria reconhecer a derrota caso não consiga comprovar as alegações de fraude em massa; e 12% (3% dos democratas e 27% dos republicanos) dizem que Trump não deve conceder a derrota em nenhuma hipótese.

4. Até a tarde de hoje, 18/11, dois novos estados haviam certificado seus resultados eleitorais: Dakota do Norte e Flórida, que se somam aos outros seis estados que já haviam concluído o processo (Carolina do Sul, Dakota do Sul, Delaware, Oklahoma, Vermont e Wyoming).

5. Paralelamente à disputa judicial e à batalha pela mobilização da opinião pública em torno do resultado eleitoral, Trump e Biden prosseguem com suas atividades em toadas distintas. O presidente Donald Trump anunciou ontem (17/11) a demissão do diretor da Agência de Cibersegurança e de Infraestrutura de Segurança (CISA), Christopher Krebs. Krebs havia afirmado, na semana passada, que as eleições de 3 de novembro haviam sido as mais seguras da história e que não havia indícios de fraude ou irregularidades sistêmicas (tel 2158).

6. Biden, a seu turno, avança com o processo de transição. Anunciou ter conversado, por telefone, com mais chefes de estado e de governo. Até o momento, Biden já se comunicou com as seguintes autoridades: i) o primeiro-ministro da Austrália, Scott Morrison; ii) o primeiro-ministro do Japão, Yoshihide Suga; iii) o presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in; iv) o presidente da França, Emmanuel Macron; v) a chanceler da Alemanha, Angela Merkel; vi) o taoiseach da Irlanda, Micheál Martin; vii) o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson; viii) o papa Francisco; ix) o presidente do Chile, Sebastián Piñera; x) o primeiro-ministro a Índia, Narendra Modi; xi) o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu; xii) o presidente de Israel, Reuven Rivlin; e xiii) o

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 19/11/2020 12:11:26 N.º: 02187
Código de autenticação: MjE4N19qbWFyaW5obl8xOS8xMS8yMDIw

presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa.

7. Biden anunciou, também ontem, que tenciona nomear os seguintes indivíduos como assessores diretos - na Casa Branca:

Jen O'Malley Dillon, como chefe de gabinete adjunta:

foi a chefe da campanha de Biden à presidência;

- Cedric Richmond, como assessor-sênior do presidente e diretor do Escritório de Relações Públicas da Casa Branca: foi presidente nacional da campanha de Biden à presidência e é deputado pelo estado da Louisiana, em quinto mandato;

- Mike Donilon, como assessor-sênior do presidente: foi estrategista-chefe da campanha de Biden à presidência;

- Dana Remus, como assessora do presidente: foi membro do conselho-geral da campanha de Biden à presidência, assistente-adjunta na Casa Branca durante o governo Barack Obama e assessora do juiz Samuel Alito na Suprema Corte;

- Steve Ricchetti, como assessor do presidente: ocupou função semelhante durante o governo Barack Obama, foi chefe de gabinete de Biden quando vice-presidente e chefe de gabinete adjunto da Casa Branca no governo Bill Clinton;

- Julie Rodriguez, como diretora do Escritório de Relações Intergovernamentais da Casa Branca: foi chefe de gabinete da campanha à presidência de Kamala Harris nas primárias do Partido Democrata; e

- Annie Tomasini, como diretora de operações do Salão Oval: foi secretária de imprensa-adjunta de Biden quando vice-presidente.

7. No que se refere aos estados mais contestados da disputa eleitoral, a situação quanto à certificação de resultados, processos de recontagem e ações judiciais é a seguinte:

ARIZONA

8. O Partido Republicano no Arizona, em contexto de ação em curso junto a corte estadual, em que solicita recontagem manual dos votos, impetrou pedido liminar buscando o adiamento da certificação dos resultados eleitorais no condado de Maricopa (cujo prazo limite é 23/11, sendo 30/11 o prazo em nível estadual). A recontagem no estado pode ocorrer apenas no caso de mandato judicial, já que a recontagem automática, segundo as leis estaduais, poderia ocorrer apenas no caso de margem igual ou inferior a 0,1% dos votos (a

vantagem de Biden é de 0,3%).

GEÓRGIA

9. A auditoria manual conduzida na Geórgia após a conclusão de sua apuração foi encerrada ontem. De acordo com balanço da secretaria de estados, foram encontrados um total de 5600 votos não contabilizados em três diferentes condados, algo que decorreu de aparente erro humano. Com os novos totais, a vantagem de Biden sobre Trump reduziu-se para pouco mais de 12 mil votos, mantendo-se o resultado da apuração inicial. Os resultados deverão ser certificados até 20/11, quando a campanha do presidente Donald Trump poderá solicitar a recontagem. Segundo o secretário de Estado, Brad Raffensperger, não teriam sido encontrados indícios de manipulação ou "hackeamento" de urnas eletrônicas, tampouco indícios de fraude em maior escala no estado. Segue pendente o agendamento de audiência inicial da ação Wood v. Raffensperger, que solicita liminarmente a suspensão da certificação no estado (tel 2171).

NEVADA

10. A campanha do presidente ajuizou nova ação em Nevada, em que alega ter havido "irregularidades e fraude" nas eleições do estado. Segundo os autores, o uso, no estado, de máquinas de reconhecimento de assinaturas para validar votos pelo correio não seria método confiável para o procedimento. Alega, ainda, problemas técnicos em urnas eletrônicas, grande número de votos de eleitores supostamente não residentes no estado e acesso insuficiente a observadores eleitorais. Na ação, pede-se que o tribunal declare Donald Trump como vitorioso no estado. Biden encontra-se 33 mil votos (2,4% de margem) à frente de Trump no estado, com a totalidade dos votos apurados. A ação concentra seus argumentos contra a votação no condado de Clark, que já certificou seus resultados. Espera-se que Nevada certifique os resultados no estado até 1/12.

PENSILVÂNIA

11. O principal desenvolvimento jurídico no estado foi a decisão da Suprema Corte da Pensilvânia, por 5 votos a 2, de que o acesso de observadores eleitorais republicanos a centros de contagem de voto cumpriu a lei estadual. Mesmo os juízes que apresentaram voto divergente discordaram que a distância inadequada seria justificativa para descartar mais de 680 mil

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 19/11/2020 12:11:26 N.º: 02187
Código de autenticação: MjE4N19qbWFyaW5ob18xOS8xMS8yMDIw

votos. Ainda na Pensilvânia, na ação "Campanha Donald J. Trump para Presidente v. Boockvar" em corte federal na Pensilvânia, a desistência de três escritórios de advocacia que representavam o presidente levou Rudolph Giuliani a assumir o caso pessoalmente. A primeira audiência pública do caso realizou-se ontem, mas a audiência de instrução, agendada para amanhã (19/11), onde seriam apresentadas provas adicionais, foi cancelada - indício, segundo analistas, de que a ação poderá ser alvo de rejeição sumária ainda esta semana (tel 2171). O prazo para certificação das eleições no estado é 23/11.

WISCONSIN

12. A campanha do presidente Donald Trump solicitou ontem (18/11) a recontagem dos votos em apenas dois condados do estado - Milwaukee e Dane -, que computaram um total de 800 mil votos. Concluída a contagem no estado, Biden encontra-se à frente por cerca de 20 mil votos (0,6% de vantagem em relação a Trump). O prazo para certificação dos resultados no estado é 1/12. Não há, no momento, ações judiciais com escopo relevante da campanha republicana no estado.

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 19/11/2020 20:47:15 N.º: 02193
Código de autenticação: MjE5M19qbWFyaW5ob18xOS8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 19/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2187,TEL 2171,TEL 2158
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 19/11.

//

Nr. 02193

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informe. Advogados da campanha do presidente Trump, liderados por Rudolph Giuliani, realizam coletiva de imprensa em que reafirmam acusações de fraude, sem apresentarem novas evidências. Campanha do presidente desiste do processo judicial em Michigan. Representantes republicanos dizem ter revogado reconhecimento de certificação eleitoral no Condado de Wayne.

Os advogados que lideram o esforço jurídico da campanha do presidente Donald Trump contra alegadas fraudes e irregularidades eleitorais - Rudolph Giuliani, Sidney Powell e Jenna Ellis - realizaram, hoje, 19/11, conferência de imprensa na sede do Comitê Nacional Republicano, nesta capital. Na ocasião, foram detalhadas alegações presentes em ações judiciais já impetradas pela campanha de Donald Trump. Jenna Ellis esclareceu que os argumentos apresentados seriam apenas um "declaração de abertura", e que novas alegações, provas e ações judiciais poderão surgir. Não apresentou, contudo, novas evidências.

2. Giuliani afirmou que o Partido Democrata teria elaborado um plano centralizado para executar atos de fraude eleitoral, focado em grandes cidades controladas pelos democratas que teriam "grande histórico de corrupção", como Filadélfia e Detroit, onde controlariam os comitês de apuração e teriam o apoio da polícia e de "juízes amigáveis". Reapresentou os principais argumentos que têm constado das, até o momento, malogradas ações judiciais: i) o acesso insuficiente de observadores eleitorais para analisar o processo de verificação e validação de assinaturas de votos recebidos pelo correio; ii) a alegada contagem de votos fraudulentos trazidos de madrugada, clandestinamente, a centros de apuração eleitoral; iii) a possibilidade de regularização de votos enviados pelo correio por parte de eleitores quando algum problema, como discrepância de assinatura, fosse encontrado; iv) alegação de contagem de votos múltiplas vezes, de maneira deliberada, em máquinas de contabilização eleitoral; e v) número de votos, em alguns recintos eleitorais, muito superiores ao número de eleitores registrados.

3. O advogado criticou os órgãos de imprensa por publicar que não haveria provas para fundamentar suas alegações, ao afirmar que declarações juramentadas, apresentadas por cidadãos, corresponderiam a tais provas. Após ler uma dessas declarações, de autoria de Melissa Carone, ressaltou que algumas outras poderiam ser consultadas nas ações já apresentadas; porém, lamentou não poder divulgar a maioria delas, por temor de que seus autores fossem vítimas de ameaças. A declaração de Carone já foi objeto de análise no caso "Constantino v. Cidade de Detroit", cujo juiz a

considerou "simplesmente sem credibilidade" (tel 2171). Giuliani antecipou, por fim, que novas ações judiciais deverão ser impetradas na Geórgia, Arizona e, possivelmente, na Virgínia e no Novo México.

4. A advogada Sidney Powell, em sua intervenção, focou em alegações de fraudes em urnas eletrônicas. Alegou haver uma extensa "conspiração comunista" que envolveria Venezuela, Cuba e "talvez" a China, que usaria urnas eletrônicas da empresa Dominion (a qual funcionaria, alegadamente, com base em programa de computador da empresa Smartmatic) para fraudar votos. Segundo Powell, os proprietários da Dominion e da Smartmatic teriam ligações com Hugo Chávez, George Soros e a Fundação Clinton. Chegou a alegar que a mesma estratégia já teria sido exportada para outros processos eleitorais, "como a Argentina e outros países sul-americanos".

5. Os algoritmos das urnas, segundo Powell, permitiriam manipulação para que determinado número de votos em favor de Donald Trump fosse revertido em favor de Biden. Contudo, alegou Powell, em determinados condados, Trump teria tido número tão elevado de votos que o algoritmo deixou de funcionar, não deixando aos supostos articuladores da fraude outra opção senão utilizar cédulas eleitorais físicas fraudulentas. A advogada não apresentou provas das alegações, porém instou funcionários da Dominion e da Smartmatic a apresentarem declarações juramentadas. Em nota, a empresa Dominion Voting Systems nega utilizar programas de computador da Smartmatic ou ter qualquer vínculo ou colaboração com aquela empresa - sua concorrente de mercado. Afirma, também, que "a família Pelosi, a família Feinstein, a Fundação Clinton e a Smartmatic" não possuem ações da companhia, e negou ter "qualquer vínculo com a Venezuela".

6. Para além da coletiva de imprensa, o principal desdobramento jurídico de hoje foi a desistência, por Giuliani e sua equipe, da ação judicial "Campanha Donald J. Trump para Presidente v. Benson", em corte federal de Michigan. O argumento para a desistência seria que o principal pedido da ação - a suspensão da certificação dos resultados eleitorais no condado de Wayne - já teria sido logrado. Recorde-se, contudo, que ontem (18/11), após impasse de algumas horas, o comitê de apuração do Condado de Wayne (composto por dois republicanos e dois democratas), certificou as

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 19/11/2020 20:47:15 N.º: 02193
Código de autenticação: MjE5M19qbWFyaW5obl8xOS8xMS8yMDIw

eleições no condado. Na manhã de hoje, os dois representantes republicanos afirmaram que revogariam seu reconhecimento de que as eleições foram certificadas no condado, alegando terem sofrido intimidação para fazê-lo. A Secretaria de Estado de Michigan afirma que tal expediente não seria possível, e confirmou que todos os 83 condados do estado já certificaram seus resultados, o que habilitará o governo de Michigan a também certificá-los, em nível estadual, dentro do prazo legal: 23/11. A querela abre espaço para que a campanha do presidente apresente nova ação judicial futuramente, a fim de questionar a legalidade da certificação eleitoral em Michigan, cuja possibilidade de êxito jurídico e de impacto político não podem ser, desde já, previstas. Ao longo do processo de auditoria e certificação nos condados, a vantagem de Biden sobre o presidente Trump teria aumentado de 146 mil para 153 mil votos (margem de 2,8%).

7. Até a tarde de hoje, não houve novas certificações de resultados eleitorais em nível estadual, para além dos oito estados que já o fizeram (tel 2187). Tampouco houve novos anúncios por parte da equipe de transição de Biden quanto a contatos com autoridades estrangeiras ou possíveis nomeações. As ações judiciais ainda em curso seguem aguardando decisões em suas respectivas instâncias (tel 2171).

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 20/11/2020 20:58:10 N.º: 02204
Código de autenticação: MjIwNF9qbWFyaW5ob18yMC8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 20/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2197,TEL 2183,TEL 2171
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 20/11.
//

Nr. 02204

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Foi rejeitada a ação judicial de advogado da campanha de Trump na Geórgia, que pedia fosse sustada a certificação de resultado eleitoral. Geórgia deverá certificar resultados eleitorais hoje (20/11). Campanha de Trump tenta convencer legisladores de Michigan a realizar eleição indireta para presidente. Biden divulgará nome para Departamento do Tesouro na semana que vem.

Hoje, 20/11, o estado da Geórgia é o principal cenário do atual impasse sobre as eleições presidenciais, devido a relevantes desenvolvimentos desde a tarde de ontem (19/11). No âmbito jurídico, o juiz federal Steven Grimberg (indicado para o cargo pelo presidente Donald Trump em 2019) rejeitou pedido liminar de suspensão da certificação dos resultados eleitorais na Geórgia, na ação judicial "Wood v. Raffensperger", impetrada pelo advogado Lin Wood, em parceria com a campanha de Donald Trump (tel 2187). Em sua decisão, o juiz classificou a ação como "criativa" e disse que "suspender a certificação na undécima hora geraria confusão e destituição de direitos sem base em fatos ou na lei". Wood disse que apelará da decisão.

2. Na seara política, a Secretaria de Estado da Geórgia anunciou a conclusão da auditoria dos votos e o resultado final das eleições no estado, com 12.284 votos de vantagem para Joe Biden (0,3% de margem). A auditoria gerou uma variação de 0,0099% em comparação com os resultados na primeira contagem. A Secretaria de Estado anunciou que o certificado de reconhecimento dos resultados será assinado hoje. A campanha do presidente Donald Trump terá dois dias úteis para solicitar uma recontagem, caso assim deseje.

3. A Geórgia será o primeiro estado-pêndulo a certificar seus resultados eleitorais neste pleito. Até o momento, nove estados já o fizeram, tendo sido o mais recente New Hampshire (tel 2193). Entre os demais estados-pêndulo, os prazos finais para a certificação de resultados, segundo as respectivas leis estaduais, são os seguintes:

- Pensilvânia: 23/11;
- Michigan: 23/11;
- Arizona: 30/11;
- Nevada: 1/12;
- Wisconsin: 1/12.

4. Para além da Geórgia, a campanha do presidente Donald Trump concentra esforços em Michigan, que também se encontra às vésperas de sua certificação eleitoral. Como se recorda, os 83 condados do estado já certificaram seus resultados. Contudo, no Condado de Wayne (que abrange a cidade de Detroit), dois representantes do Partido Republicano na comissão de

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 20/11/2020 20:58:10 N.º: 02204
Código de autenticação: MjIwNF9qbWFyaW5ob18yMC8xMS8yMDIw

apuração daquela região afirmaram ter rescindido sua decisão - revisão que, contudo, não teria amparo legal, segundo a Secretaria de Estado de Michigan (tel 2183). À luz da desistência, ontem, de ação judicial impetrada por Rudolph Giuliani e sua equipe, que visava a impedir a certificação no estado, a campanha do presidente Trump passou a agir com base em duas estratégias, de cunho eminentemente político.

5. A primeira consiste em negar que a certificação no condado de Wayne tenha ocorrido e, portanto, a desafiar a legalidade do vindouro processo de certificação em nível estadual - o que abriria margem para nova ação judicial. A segunda baseia-se em esforço de convencimento de lideranças republicanas do Legislativo daquele estado a decidirem o desfecho eleitoral de modo indireto, em detrimento dos resultados ora indicados pela apuração do voto popular em Michigan - algo que não teria precedentes na história dos EUA. O presidente Donald Trump convocou, para reunião na Casa Branca, na tarde de hoje: o presidente da Câmara dos Deputados de Michigan, deputado estadual Lee Chatfield; o presidente eleito para a próxima legislatura naquela casa legislativa, deputado estadual Jason Wentworth; o líder da maioria republicana no Senado de Michigan, senador estadual Mike Shirkey; e o senador estadual Tom Barrett, um dos principais apoiadores do presidente naquela casa legislativa. Shirkey, em manifestações passadas, posicionou-se de modo contrário à manobra ora ventilada, afirmando que "isso não acontecerá". Na contagem de votos do estado, Biden encontra-se 150 mil votos à frente de Trump, margem cerca de 15 vezes superior à margem de vitória de Trump sobre Hillary Clinton, em 2016.

6. A reunião do presidente com as lideranças do legislativo de Michigan gerou forte reação entre democratas e mesmo entre alguns republicanos. Para o senador Mitt Romney (R-UT), na ausência de provas de abrangente fraude eleitoral, o presidente agora lançava mão de "pressões sobre autoridades estaduais e locais a fim de subverter a vontade do povo", o que, a seu ver, seria "a mais antidemocrática ação por um presidente em exercício".

7. Já o gabinete de transição anunciou novos componentes de equipe da Casa Branca em governo Biden. Entre os nomes, cabe destacar Louisa Terrell, para o

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 20/11/2020 20:58:10 N.º: 02204
Código de autenticação: MjIwNF9qbWFyaW5ob18yMC8xMS8yMDIw

Escritório de Relações com o Legislativo da Casa Branca. Terrell foi assessora da Casa Branca no governo Barack Obama, vice-chefe de Gabinete de Joe Biden, no Senado, e do senador Cory Booker, e chefe de relações públicas da consultoria McKinsey. Biden também antecipou que ele e Kamala Harris já teriam escolhido nome para chefiar o Departamento de Tesouro "que agradaria tanto a progressistas quanto a moderados". Afirmou que o nome será divulgado "logo antes ou logo depois do Dia de Ação de Graças" (feriado nacional, na próxima quinta-feira, 26/11). Espera-se uma aceleração no ritmo de anúncios de potenciais nomes do primeiro escalão de um governo Biden nos próximos dias, a fim de coincidir com os processos de certificação de resultados eleitorais nos estados.

Nestor Forster Jr., embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 23/11/2020 20:29:54 N.º: 02213
Código de autenticação: MjIxM19qbWFyaW5ob18yMy8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 23/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2204,TEL 2197,TEL 2183
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 23/11.
//

Nr. 02213

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Campanha do presidente Trump acumula novos reveses políticos e judiciais. Estratégia na Geórgia pode prejudicar campanhas de segundo turno para o Senado. Pensilvânia e Michigan certificarão hoje resultados. Principal ação judicial da campanha de Trump na Pensilvânia é rejeitada na primeira instância. Parlamentares republicanos em Michigan rejeitam eleição indireta para Colégio Eleitoral.

O impasse nas eleições para a presidência dos Estados Unidos prossegue, mantendo-se o ritmo de suas principais dinâmicas: i) o lento processo de certificação e recontagem nos estados mais disputados; ii) o ajuizamento de ações judiciais por parte da campanha de Donald Trump e aliados, com reiterados pedidos sendo rejeitados em primeira instância; e iii) a manutenção do apoio público da maioria das principais lideranças republicanas ao processo de litigância promovido pelo presidente Trump, com algumas novas defecções.

2. Até a tarde de hoje (23/11), treze estados haviam certificado seus resultados, entre eles o estado-pêndulo da Geórgia. A campanha do presidente solicitou novo processo de recontagem estadual, que, desta feita, será realizada com o uso de maquinário - diferentemente da auditoria promovida pela Secretaria de Estado da Geórgia, que ocorreu manualmente. Republicanos criticam, novamente, a falta de verificação de assinaturas nesse processo de recontagem, o que novamente não estaria sendo feito, segundo autoridades eleitorais do estado, para evitar que se viole o direito ao voto secreto. O governador do estado, o republicano Brian Kemp - que vinha evitando emitir opiniões sobre o processo eleitoral até a certificação dos resultados, realizada por ele próprio -, fez coro a esses pedidos no final de semana, ao "encorajar" o secretário de Estado, Brad Raffensperger, a conduzir algum tipo de auditoria de assinaturas. É improvável que a nova recontagem venha a modificar o desfecho no estado.

3. A estratégia, adotada por parte do Partido Republicano, de mobilizar recursos a fim de desacreditar o processo eleitoral na Geórgia tem despertado preocupação em analistas conservadores. Como é sabido, o estado organizará, em 5/1/21, eleições de segundo turno para dois assentos no Senado (tel 2115). Os candidatos republicanos, os senadores David Perdue e Kelly Loeffler, são, no momento, favoritos à reeleição. Teme-se, contudo, que as reiteradas tentativas de reverter o resultado da eleição presidencial no estado com base em alegações de fraudes e irregularidades eleitorais retirem o foco do partido das eleições para o Senado e desincentivem o comparecimento do eleitorado republicano às urnas,

colocando em risco a maioria do Partido Republicano naquela casa legislativa.

4. Está prevista, para hoje, a certificação dos resultados eleitorais na Pensilvânia e em Michigan. A medida ocorre na esteira da conclusão da apuração naqueles estados e de reverses para a campanha de Trump nos âmbitos político e jurídico.

5. Na Pensilvânia, a ação federal de maior escopo apresentado pelo advogado Rudolph Giuliani (Campanha Donald J. Trump para Presidente v. Boockvar) foi rejeitada em julgamento preliminar. O juiz da causa, Matthew Brann, afirmou, em sua decisão, que os argumentos apresentados não teriam mérito ou provas, e seriam baseados em "acusações especulativas". A campanha do presidente já apresentou apelação junto a tribunal federal no estado (tel 2171), para tentar reverter a rejeição da primeira instância.

6. Na seara política, lideranças republicanas do Poder Legislativo de Michigan encontraram-se com o presidente no Salão Oval, em 20/11, ocasião em que lhe apresentaram carta na qual afirmavam "não ter tomado conhecimento de qualquer informação que possa mudar o resultado das eleições no estado" e que "seguiriam a lei e o processo normal no estado quanto ao Colégio Eleitoral" (tel 2204). A manifestação indica que a aventada possibilidade de desconsideração dos resultados eleitorais e a realização de uma eleição indireta de representantes do Colégio Eleitoral daquele estado pelo Poder Legislativo não deverá ocorrer - o que, na prática, sedimenta o resultado eleitoral na Pensilvânia, salvo alguma decisão judicial de alto impacto até o "Safe Harbor Day", em 8/12.

7. A dificuldade da campanha de Trump em obter decisões favoráveis nas cortes não motivou, até o momento, número relevante de lideranças republicanas a reverterem seu apoio ao presidente. No Senado, apenas os senadores Pat Toomey (Pensilvânia) e Lamar Alexander (Tennessee) recentemente passaram a criticar o presidente e a reconhecer a vitória de Joe Biden nas eleições, conforme já haviam feito os senadores Mitt Romney (Utah), Lisa Murkowski (Alasca), Ben Sasse (Nebraska) e Susan Collins (Maine).

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 23/11/2020 20:29:54 N.º: 02213
Código de autenticação: MjIxM19qbWFyaW5ob18yMy8xMS8yMDIw

Nestor Forster Jr. embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 24/11/2020 19:48:37 N.º: 02219
Código de autenticação: MjIxOV9qbWFyaW5ob18yNC8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 24/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2213,TEL 2204,TEL 2197
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 24/11.
//

Nr. 02219

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informe. Administração de Serviços Gerais dos EUA
autoriza disponibilização de recursos para equipe de
transição de Joe Biden. Presidente endossa medida,
mas não reconhece vitória de Biden nas eleições.
Michigan e Pensilvânia certificam resultados.
Confiança no sistema eleitoral deteriora-se entre o
eleitorado republicano.

A Administração de Serviços Gerais dos Estados Unidos (GSA, na sigla em inglês), agência governamental responsável por compras públicas, contratações de serviços e cessão de imóveis para o governo federal, declarou na noite de ontem, 23/11, que passará a disponibilizar espaços físicos, equipamentos e orçamento público para a equipe de transição de Joe Biden.

2. De acordo com a Lei de Transições Presidenciais, norma que regula a "ordenada transferência de poder relacionada à expiração do mandato de um presidente e a posse de um novo presidente", compete à GSA prover meios para que, após as eleições, "o presidente eleito e o vice-presidente eleito, entendidos como os candidatos aparentemente vencedores nas eleições" prepararem-se para a assunção de suas obrigações. O ato da GSA também credencia o gabinete de transição de Biden a receber o "briefing presidencial diário", documento de natureza sigilosa que compila temas como ameaças de segurança nacional, grandes ações militares e ações militares secretas, bem como decisões pendentes sobre situações que impliquem o uso de força militar.

3. Embora não haja regras claras para definir em que ponto a GSA deveria iniciar a colaboração com o "aparente vencedor das eleições", a história recente indica que o processo capitaneado por essa agência costumava ter natureza burocrática, sendo desencadeado de modo praticamente automático após o reconhecimento, por um dos candidatos à presidência, do êxito de seu adversário. Tal foi o parâmetro mesmo nas eleições presidenciais de 2000, quando a GSA aguardou até 14 de dezembro - um dia após o discurso de concessão de Al Gore - para liberar recursos orçamentários à equipe de transição de George W. Bush.

4. A ação da GSA, neste ciclo eleitoral, deu-se na ausência de reconhecimento da derrota pelo presidente Donald Trump. Via Twitter, o presidente agradeceu à administradora da GSA, Emily Murphy, por sua dedicação e lealdade ao país, mencionando que ela havia sido intimidada e ameaçada em decorrência de seu cargo. Esclareceu que as demandas da campanha [relativas a fraudes e irregularidades eleitorais] prosseguem - evitando, assim, um reconhecimento explícito da vitória de Biden -, mas que, "pelo melhor interesse do

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 24/11/2020 19:48:37 N.º: 02219
Código de autenticação: MjIxOV9qbWFyaW5ob18yNC8xMS8yMDIw

país", seria sua recomendação que fossem iniciados os protocolos iniciais de transição.

5. Em ofício endereçado a Biden, Murphy afirmou que a decisão de prover meios para dar início formal ao processo de transição deu-se em razão de "recentes desenvolvimentos em disputas judiciais e certificações de resultados" (tel 2213). Aduziu que o momento de sua decisão dependeu apenas de sua avaliação pessoal, negando ter sido pressionada por membro do Poder Executivo; alegou, porém, ter recebido ameaças pela internet, correio e telefone de indivíduos que tentavam coagi-la a tomar sua decisão prematuramente. Enfatizou, por fim, que a decisão da GSA não implica certificação ou reconhecimento de vencedor das eleições presidenciais - o que dependeria "do processo eleitoral descrito pela Constituição".

6. Houve, desde ontem, uma série de anúncios de novas certificações de resultados eleitorais nos estados. Até o momento, 17 estados o fizeram, entre eles Geórgia, Michigan e Pensilvânia. A Suprema Corte de Nevada, a quem cabe convalidar a apuração eleitoral conduzida no estado, autorizou, por unanimidade, a certificação eleitoral, processo que deverá ser concluído ainda hoje pelo governador. Entre os principais estados-pêndulo, seguirão pendentes as certificações somente de Wisconsin (onde dois condados conduzem processo de recontagem, a pedido da campanha de Trump) e Arizona.

7. O prolongado impasse nas eleições presidenciais, permeado por ações judiciais ainda em curso, pedidos de recontagem e denúncias públicas de fraude e irregularidades já impacta a confiabilidade do eleitorado republicano sobre o processo eleitoral norte-americano. Segundo levantamento do Pew Research Center, 94% de eleitores que declararam voto em Biden tiveram visão positiva sobre a organização das eleições, ao passo que apenas 21% dos que votaram em Trump consideram o mesmo. Na mesma linha, pesquisa Politico/Morning Consult aponta para a deterioração da confiabilidade nas eleições em curto espaço de tempo: em outubro, 70% dos republicanos acreditavam que os resultados eleitorais oficiais seriam confiáveis; agora, o índice é de apenas 27%.

Nestor Forster Jr., embaixador

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 24/11/2020 19:48:37 N.º: 02219
Código de autenticação: MjIxOV9qbWFyaW5ob18yNC8xMS8yMDIw

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 25/11/2020 19:49:39 N.º: 02233
Código de autenticação: MjIzM19qbWFyaW5ob18yNS8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 25/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2219,TEL 2213,TEL 2204
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 25/11
//

Nr. 02233

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informe. Juíza estadual da Pensilvânia atende a pedido de liminar para suspender certificações de resultados. Medida não deve ter efeito sobre resultados das eleições presidenciais no estado, já certificadas. Parlamentares republicanos realizam audiência, com participação de Giuliani, testemunhas de irregularidades e o próprio presidente Trump. Maioria dos estados do país certificam resultados.

DESENVOLVIMENTOS JUDICIAIS

A campanha do presidente Donald Trump teve seu primeiro êxito, ainda que simbólico, em processo judicial relacionado a alegações de fraudes e irregularidades apresentado por representantes do Partido Republicano na Pensilvânia. Em decisão liminar relativa a ação impetrada ontem (24/11), às 23 horas, juíza de primeira instância daquele estado determinou a suspensão, até a primeira audiência do processo (prevista para 27/11), de processos de certificação de resultados não realizados até o momento. Ocorre que os resultados das eleições presidenciais já foram certificados pelo governo da Pensilvânia, motivo pelo qual a decisão não alcançaria esse ato. As demais ações judiciais apresentadas após o dia 3/11 seguem sem decisões favoráveis ao presidente.

REUNIÃO DE PARLAMENTARES ESTADUAIS REPUBLICANOS DA PENSILVÂNIA

2. Realizou-se hoje, 25/11, audiência do comitê de Política Públicas do Senado estadual da Pensilvânia sobre "problemas e irregularidades nas eleições". Realizada em hotel na cidade de Gettysburg, a audiência contou apenas com membros da bancada republicana, majoritária, sem a participação de senadores estaduais do Partido Democrata. O evento contou com depoimentos do advogado do presidente Donald Trump, Rudolph Giuliani, de cidadãos que alegam ter testemunhado irregularidades, bem como contou com a participação surpresa do presidente Donald Trump, que discursou ao telefone para o público presente.

3. Em sua alocução, Giuliani criticou a "censura" da grande mídia e plataformas de mídias sociais quanto a alegações de fraudes e irregularidades nas eleições. Reafirmou acusações de que em Michigan, Wisconsin, Nevada, Arizona, Nevada e Pensilvânia tiveram padrão idêntico de fraude, que atribuiu à "liderança do Partido Democrata". Novamente mencionou acusações de que: i) na Filadélfia e no condado de Allegheny (cidades "com longo histórico de corrupção"), disse que observadores republicanos foram impedidos de inspecionar votos recebidos pelo correio; e ii) nos estados-pêndulo, a vantagem de que Trump gozava na noite de 3/11 desaparecera durante a madrugada. Fez

apelo, em função da "vergonhosa fraude" observada na Pensilvânia, que o Poder Legislativo lançasse mão de sua prerrogativa constitucional de "indicar membros do Colégio Eleitoral".

4. Ao longo da audiência foram ouvidas onze testemunhas: oito cidadãos que atuaram como observadores eleitorais do Partido Republicano durante o processo de apuração, duas representantes de comitês republicanos em condados da Pensilvânia, e Phil Walter, indivíduo introduzido como "estatístico" por Giuliani, mas que se apresentou como coronel aposentado, especializado em temas de guerra psicológica e guerra cibernética. As testemunhas que realizaram atividades de observação eleitoral e as representantes de comitês republicanos locais realizaram diversas críticas ao processo conduzido na Pensilvânia, como dificuldade de acesso a recintos eleitorais, intimidação por parte de autoridades eleitorais e membros do Partido Democrata e falta de liberdade de circulação em recintos eleitorais - o que impediria a observação próxima de atividades como verificação de assinaturas em votos pelo correio e tabulação de votos. Alegaram, também, terem presenciado indícios de fraude, como transporte suspeito de cédulas eleitorais e cartões de memória, além de falta de informações sobre processo de validação de cédulas eleitorais que teriam chegado danificadas aos locais de apuração.

5. Phil Walter, em sua alocução, afirmou que teria analisado os dados públicos de votação na Pensilvânia e encontrado inconsistências estatísticas, como o cômputo de número excessivo de votos (cerca de 600 mil) em curto período de tempo. Disse ainda que as urnas eletrônicas da empresa Dominion teriam sistema operacional idêntico ao utilizado em fraudes eleitorais na Venezuela de Hugo Chávez.

6. Em suas manifestações, os parlamentares manifestaram preocupação com as denúncias e disseram ser importante revisar as regras eleitorais na Pensilvânia, em particular o uso de urnas eletrônicas e sistemas de segurança relacionados à votação pelo correio. Criticaram, ainda, o Judiciário do estado, que teria usurpado competências do parlamento estadual em temas de legislação eleitoral ao modificar regras às vésperas do pleito (tel 2171).

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 25/11/2020 19:49:39 N.º: 02233
Código de autenticação: MjIzMl9qbWFyaW5ob18yNS8xMS8yMDIw

7. Em sua participação na audiência, o presidente Donald Trump afirmou que as eleições foram fraudadas e que, na realidade, ele as vencera com facilidade em todos os estados-pêndulo e no país. Disse que os observadores eleitorais republicanos foram "terrivelmente maltratados", razão pela qual haveria centenas de declarações juramentadas alegando fraudes e irregularidades. Acusou a empresa Dominion de controlar as urnas eletrônicas e fazer "coisas estranhas acontecerem". Por fim, com relação a recentes derrotas judiciais, disse que os juízes teriam medo de tomar decisões que venham a reverter o resultado eleitoral, mas que "coisas boas" estariam por vir em Michigan e na Geórgia.

8. Uma das advogadas do presidente, Jenna Ellis, afirmou ao final da audiência que os processos judiciais apresentados até o momento visavam a impedir a certificação dos resultados. Ultrapassada essa fase, indicou que novos processos judiciais serão impetrados até o final desta semana e solicitarão, novos "remédios jurisdicionais". Apelou para que os poderes legislativos estaduais não aceitem a certificação de eleições "corruptas e irremediavelmente comprometidas" e, assim, assumam suas prerrogativas constitucionais de indicar membros do Colégio Eleitoral por conta própria, desconsiderando os resultados apurados nas urnas.

PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO ELEITORAL

9. Com a conclusão do processo de apuração e auditoria, até a tarde de hoje, mais da metade dos estados do país haviam certificado suas eleições: 26 no total. Entre os estados-pêndulo mais importantes, seguem pendentes apenas Arizona (onde recontagem só é possível com autorização judicial), Nevada (que aguarda somente assinatura do governador) e Wisconsin (em processo de recontagem em dois condados).

Nestor Forster Jr., embaixador.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 25/11/2020 19:49:39 N.º: 02233
Código de autenticação: MjIzM19qbWFyaW5ob18yNS8xMS8yMDIw

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 25/11/2020 19:49:39 N.º: 02233
Código de autenticação: MjIzM19qbWFyaW5ob18yNS8xMS8yMDIw

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 25/11/2020 20:20:30 N.º: 02236
Código de autenticação: MjIzNl9qbWFyaW5ob18yNS8xMS8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 25/11/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2220,TEL 2212
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Transição presidencial.
Entrevista de Joe Biden à NBC
News.
//

Nr. 02236

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Em primeira entrevista realizada a rede de
televisão no período pós-eleitoral, Biden mostra-se
aberto a nomear republicano, mas relutante em indicar
Elizabeth Warren ou Bernie Sanders para equipe.
Prioridades nos primeiros cem dias seriam reforma
imigratória, revogação de ordens executivas em
questões ambientais e envio de recursos para governos
estaduais e locais e comunidades carentes.

Foi transmitida ontem, pelo canal NBC News, entrevista com Joe Biden, na qual foram delineadas suas prioridades de governo. Trata-se da primeira entrevista exclusiva gravada com Biden no período pós-eleitoral. Ao longo do programa, foram abordados os seguintes temas:

INDICAÇÃO PARA CARGOS EM GOVERNO BIDEN

2. Biden afirmou que, com as indicações realizadas na segunda-feira para os principais cargos de política externa e segurança nacional (tel 2212), estariam demonstrando que "a América voltou". Mesmo se tratando de nomes familiares, que ocuparam posições na última administração democrata, Biden rejeitou a ideia de que se trataria de um "terceiro governo Obama". Argumentou que a situação mundial seria distinta daquela existente naquele período, em razão da política externa do governo de Donald Trump - "America First" -, que teria gerado o isolamento dos EUA no sistema internacional.

3. Biden disse avaliar a possibilidade de nomear algum membro do Partido Republicano para cargo em uma gestão sua, o que considerou como gesto em favor da unificação do país. Tal anúncio, contudo, não ocorreria no curto prazo. A esse respeito, recorde-se que o principal apoiador republicano à candidatura de Biden ao longo do processo eleitoral foi o ex-governador de Ohio e ex-pré-candidato à presidência em 2016, John Kasich, que chegou a participar da Convenção Nacional do Partido Democrata, em agosto (tel 1573).

4. Tal posicionamento de Biden contrastou com sua reserva a respeito da possibilidade de nomear, para posições ministeriais, ícones progressistas vinculados ao Partido Democrata, como a senadora por Massachusetts, Elizabeth Warren, e o senador por Vermont, Bernie Sanders (ambos ex-pré-candidatos à presidência). Embora tenha dito que "nada está fora da mesa", argumentou já haver significativa representação de progressistas em sua equipe. Para além desse fato, enfatizou o risco político, pois a nomeação de Warren ou Sanders implicaria retirar "nome de relevo" da bancada democrata daquela casa legislativa, o que

poderia dificultar a aprovação de sua agenda.

5. No cálculo de Biden, também pesará o fato de que ambos representam estados cujos governadores pertencem ao Partido Republicano, aos quais caberia nomear senador para mandato-tampão em caso de necessidade de substituição temporária de Warren ou Sanders, cujos mandatos expirarão em 2025. Em função das exíguas margens que cada partido terá no Senado (cuja maioria estará em jogo em duas eleições de segundo turno na Geórgia, em 5/1/2021) e na Câmara dos Deputados (onde os democratas manterão pequena maioria, de 5 a 10 deputados), é de se esperar que Biden evite indicar parlamentares em exercício de mandato para cargos em administração sua. Biden já anunciou intenção de nomear Cedric Richmond, deputado reeleito pela Louisiana, como assessor-sênior da Casa Branca (tel 2187), fato que inauguraria a 117ª Legislatura com uma vacância democrata na Câmara.

PROCESSO DE TRANSIÇÃO

6. Após a Administração de Serviços Gerais dos EUA (GSA, na sigla em inglês) autorizar disponibilização de recursos para equipe de transição de Joe Biden, em 23/11, sua equipe já estabeleceu contatos com "membros do aparato de segurança nacional" e da força-tarefa da Casa Branca sobre COVID-19. Confirmou ter havido conversa entre seu chefe de gabinete, Ron Klain, e o chefe de gabinete da Casa Branca, Mark Meadows. Biden destacou a fluidez no diálogo com autoridades da administração Trump até o momento.

PANDEMIA DE COVID-19

7. Indagado sobre a disponibilização e distribuição de vacinas, além de como será definida a ordem de prioridade entre os grupos demográficos a serem imunizados contra a COVID-19, Biden disse que aguardará conversa com a força-tarefa da Casa Branca para checar a existência de plano nesse sentido e a conveniência de eventual alteração. Disse que, em conversas com governadores republicanos e democratas, afirmou-se a necessidade de priorizar médicos, enfermeiros e socorristas. Confirmou haver "esperança" de que a distribuição de vacinas se inicie "antes de sua posse", em 20/1/2021. Também ressaltou a prioridade em reabrir as escolas "de modo seguro", para o que antecipou dificuldades, em razão do custo

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 25/11/2020 20:20:30 N.º: 02236
Código de autenticação: MjIzNl9qbWFyaW5ob18yNS8xMS8yMDIw

estimado de 150 a 200 bilhões de dólares por ano para financiar obras em sistemas de ventilação, equipamentos básicos de proteção e equipes de limpeza.

PRIORIDADES DE GOVERNO NOS CEM PRIMEIROS DIAS

8. Biden destacou que as prioridades de governo nos cem primeiros dias dependerão do grau de cooperação que terá - "ou não" - do Congresso. De todo modo, disse que enviará ao Legislativo projeto de lei definindo um "caminho para a cidadania" para onze milhões de imigrantes indocumentados nos EUA. Também anunciou intenção de revogar ordens executivas do presidente Donald Trump relacionadas a mudança do clima, como normas relativas à emissão de metano e à redução de poder da Agência de Proteção Ambiental (EPA), por exemplo. Como terceira prioridade, mencionou o envio de auxílio financeiro adicional a governos estaduais e locais e para comunidades carentes e minorias, a fim de que "se mantenham emersos" durante a pandemia de COVID-19.

INVESTIGAÇÕES CONTRA O PRESIDENTE DONALD TRUMP

9. Sobre pressões de membros do Partido Democrata para que Donald Trump seja investigado, Biden afirmou que, "diferentemente de Trump", não utilizará o Departamento de Justiça como veículo para avançar interesses pessoais, mas que nada poderia fazer ou deixar de fazer em relação a investigações já em curso no nível estadual.

Nestor Forster Jr., embaixador.

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 01/12/2020 12:57:00 N.º: 02243
Código de autenticação: MjI0M19qbWFyaW5ob18wMS8xMi8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 01/12/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=POIN-EUA
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2233,TEL 2219,TEL 2213
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 30/11.
//

Nr. 02243

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. À luz de derrotas jurídicas e de avanço no processo de certificação de resultados, campanha de Trump passa a atribuir maior ênfase a pressões sobre autoridades do partido republicano e a apelos para que Legislativos estaduais indiquem membros do Colégio Eleitoral. Manifestações de lideranças legislativas republicanas sugerem baixa possibilidade de êxito da estratégia.

O impasse relativo aos resultados das eleições presidenciais entrou, na semana passada, em uma nova fase, na qual o presidente Donald Trump e sua equipe jurídica passam a, cada vez mais, privilegiar ações de natureza política em seu esforço para reverter o resultado eleitoral: articulação junto a parlamentares estaduais republicanos e pressões junto a autoridades do partido. O objetivo é duplo: i) impor desgaste a correligionários republicanos que não demonstrem estrito alinhamento à estratégia do presidente; e ii) impelir maiorias republicanas em parlamentos estaduais a aprovar nomes de membros do Colégio Eleitoral e forçar uma eleição contestada no estado, a ser resolvida pelo Congresso. Contudo, cabe esclarecer que tais movimentações se revestem de caráter eminentemente retórico, pois somente uma minoria de lideranças republicanas estaduais tem demonstrado disposição em avançar esforços de reversão de resultados no voto popular por meio dos parlamentos dos principais estados-pêndulo.

RECONTAGEM DE VOTOS E CERTIFICAÇÃO DE RESULTADOS

2. Até ontem (30/11), trinta e dois estados haviam certificado seus resultados eleitorais, inclusive todos os principais estados-pêndulo. Wisconsin, o último a fazê-lo, aguardava a conclusão de processo de recontagem em dois condados, realizado a pedido da campanha do presidente Donald Trump. Ao final da recontagem, concluída em 29/11, apurou-se um aumento líquido de 87 votos em favor de Joe Biden, consolidando sua vitória no estado por margem de cerca de 20.500 votos em relação a Trump.

3. O único processo de recontagem ainda em curso ocorre no estado da Geórgia, que realiza uma segunda rodada de reanálise dos votos, a pedido da campanha do presidente. Não se espera que os resultados ao final da contagem revertam a vitória de Biden no estado. O prazo para pedido de recontagem na Pensilvânia (onde Biden vencera por cerca de 60 mil votos) expirou em 29/11; em Nevada (onde Biden vencera por 35.500 votos), expirará hoje, 1/12, não havendo indicação de que Trump tencione solicitar recontagem no estado. No atual cenário, não se vislumbra possibilidade de que os processos de recontagem venham a modificar resultados em qualquer estado-pêndulo em favor do presidente.

4. O presidente Trump pronunciou-se sobre os processos de recontagem conduzidos na Geórgia e em Wisconsin. Criticou o governador da Geórgia, o republicano Brian Kemp, por não determinar que seu secretário de estado conduza auditoria do processo de verificação de assinaturas de votos enviados pelo correio. Disse, inclusive, estar "envergonhado" de ter apoiado a candidatura de Kemp, eleito em 2018 após acirrada disputa contra a candidata democrata, Stacey Abrams. Sobre a recontagem em Wisconsin, Trump declarou que o mais importante seria desvendar quem votou ilegalmente no estado, o que seria objetivo de ação judicial a ser impetrada "na segunda ou na terça-feira".

DESENVOLVIMENTOS JUDICIAIS

5. As principais ações impetradas pela campanha do presidente Donald Trump seguem, via de regra, sendo rejeitadas ainda em fases preliminares de análise por cortes de primeira instância e tribunais de apelação. Durante o feriado de Ação de Graças (26-27/11), na Pensilvânia, ação impetrada por parlamentares estaduais republicanos foi rejeitada preliminarmente pela Suprema Corte estadual, e outra ação impetrada pela campanha de Trump foi denegada por tribunal de apelação do estado. Na Geórgia e em Michigan, a advogada Sidney Powell - de quem o advogado do presidente, Rudolph Giuliani, buscou afastar-se após conferência de imprensa realizada na sede do Partido Republicano, em 19/11 (tel 2193) - apresentou novas ações judiciais, pelas quais prometera "liberar o Kraken", em referência a alegações de fraude em urnas eletrônicas da empresa Dominion. As ações, segundo analistas, têm poucas chances de prosperar ou reverter os resultados das eleições.

ATUAÇÃO POLÍTICA DE PARLAMENTARES ESTADUAIS REPUBLICANOS

6. Na esteira de reunião da maioria republicana no Senado estadual da Pensilvânia em hotel na cidade de Gettysburg (25/11), 21 deputados estaduais e quatro senadores estaduais apresentaram projetos de resolução, perante a Assembleia Geral do estado, para que o parlamento desconsiderasse os resultados do voto popular no estado e indicasse membros do Colégio Eleitoral do estado (tel 2233). A medida teria caráter simbólico, uma vez que o Senado estadual tem 50 membros, e a Câmara, 202. Ademais, no último sábado, o presidente da Câmara dos Deputados, Bryan Cutler, e o

líder da maioria republicana naquela casa legislativa, Kerry Benninghoff, afirmaram não ter a intenção de realizar qualquer votação após o final da atual sessão legislativa - ontem, 30/11 - e que o trabalho do parlamento estadual para que "o caos e confusão das eleições de 2020 não se repita continuará na próxima sessão legislativa". Já o líder da maioria republicana, senador estadual Jake Corman, afirmou que "parlamentares estaduais da Pensilvânia não têm papel a desempenhar na decisão das eleições presidenciais". Assim, parece estar descartada, salvo informações supervenientes de alto impacto, uma atuação do parlamento estadual contra os resultados eleitorais na Pensilvânia.

7. Reunião em moldes semelhantes à promovida em Gettysburg ocorreu ontem em hotel na cidade de Phoenix, Arizona, organizada por nove parlamentares do Partido Republicano, entre senadores estaduais e deputados estaduais, e pelos advogados do presidente - Rudolph Giuliani e Jenna Ellis. Em sua alocução inicial, Giuliani queixou-se da falta de cobertura pela imprensa e de censura por plataformas de mídias sociais quanto a suas alegações, repetiu acusações de que a cúpula do Partido Democrata teria liderado conspiração para fraudar as eleições, e solicitou aos parlamentares republicanos que aprovassem a indicação de membros do Colégio Eleitoral. Centrou sua fala, como fizera em Gettysburg, nas alegações de que não se permitiu a observadores eleitorais republicanos acompanhar, de forma adequada, a verificação de assinaturas e contagem de votos recebidos pelo correio, e de que as urnas eletrônicas da empresa Dominion teriam sido fraudadas.

8. Como na Pensilvânia, testemunhou Phil Waldron, que se apresentou como coronel aposentado, especializado em temas de guerra psicológica e guerra cibernética. Waldron afirmou que as urnas eletrônicas da Dominion "foram feitas para serem fraudadas", pois poderiam ser conectadas à internet ou a dispositivos que poderiam inserir algoritmos capazes de alterar resultados eleitorais. Apresentou também e-mail anônimo atribuído a "especialista de tecnologia da informação", com denúncia de que 35 mil votos teriam sido artificialmente atribuídos a candidatos democratas no condado de Pima, no Arizona, por meio de manipulação de máquinas de contagem de votos. Além de Waldron, testemunharam o ex-senador estadual republicano por

Michigan, Patrick Colbeck, que aludiu a disparidades na apuração de votos em seu estado, e uma observadora eleitoral republicana, que disse não ter tido acesso a algumas áreas de centro de apuração e que havia número reduzido de republicanos para acompanhar a apuração eleitoral.

9. Outra audiência nos mesmos moldes das realizadas na Pensilvânia e em Arizona ocorrerá hoje (1/12), em Michigan. Cabe ressaltar que o evento, embora vise a dar visibilidade às denúncias apresentadas por Rudolph Giuliani, não deve ter impacto político no estado. Como se recorda, as principais autoridades republicanas do Legislativo estadual afirmaram, após encontro com o presidente Donald Trump no Salão Oval, em 20/11, "não ter tomado conhecimento de qualquer informação que possa mudar o resultado das eleições no estado" e que "seguiriam a lei e o processo normal no estado quanto ao Colégio Eleitoral" (tel 2213).

10. Na Geórgia, não há sinais de que os respectivos Legislativos estaduais tencionem substituir-se ao voto popular e indicar, por conta própria, membros do Colégio Eleitoral. O presidente da Câmara dos Deputados da Geórgia, o republicano David Raelston, embora tenha feito coro aos pedidos do presidente por uma auditoria na verificação de assinaturas de votos pelo correio, não fez menção à possibilidade dessa manobra. Com visão prospectiva, fez apelo para que propostas para aprimorar o processo eleitoral sejam analisadas a partir do ano que vem.

11. Sem a ação dos Legislativos estaduais na Geórgia, Pensilvânia e Michigan de indicar membros do Colégio Eleitoral - o que, à luz da certificação pelos governos estaduais, criaria dualidade de resultados eleitorais a ser resolvida pelo Congresso, em janeiro de 2021 -, não há possibilidade matemática de que a maioria de Joe Biden no Colégio Eleitoral seja revertida por tal expediente. Nas atuais circunstâncias, para reverter o resultado das eleições, a campanha de Trump precisaria de fato novo, capaz de mobilizar os Legislativos estaduais a voltarem atrás em suas decisões de não interferirem no processo eleitoral e/ou obter uma série de vitórias jurídicas junto à Suprema Corte dos EUA dentro das próximas duas semanas, o que não parece provável, à luz da baixa eficácia dos processos judiciais da campanha do presidente até aqui.

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 01/12/2020 12:57:00 N.º: 02243
Código de autenticação: MjI0M19qbWFyaW5ob18wMS8xMi8yMDIw

Nestor Forster Jr., embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 01/12/2020 20:24:17 N.º: 02254
Código de autenticação: MjI1NF9qbWFyaW5obl8wMS8xMi8yMDIw

De Brasemb Washington para Exteriores em 01/12/2020

CODI=
CARAT=Ostensivo
DEXP=
BLEGIS=
PRIOR=Normal
DISTR=DEUA
DESCR=EUA-POIN
RTM/CLIC=GRPEUA
REF/ADIT=TEL 2243,TEL 2233,TEL 2219
CATEG=MG

//
EUA. Política interna.
Eleições presidenciais de
2020. Situação em 1/12.
//

Nr. 02254

Retransmitido via clic para os demais Postos nos Estados
Unidos da América

RESUMO=

Informo. Procurador-geral William Barr afirma não ter tomado conhecimento de fraude em escala suficiente para alterar o resultado das eleições. Comitê de Supervisão do Senado Estadual de Michigan realiza audiência com testemunhas de irregularidades eleitorais. Presidente Trump apresenta nova ação judicial à Suprema Corte de Wisconsin. Biden indica nomes para área de comunicação da Casa Branca.

DESENVOLVIMENTOS POLÍTICOS

Em entrevista à Associated Press, o procurador-geral (ministro da Justiça) dos Estados Unidos, William Barr, afirmou que procuradores federais e agentes do FBI têm investigado alegações específicas de fraude de que têm tomado conhecimento. Ressaltou, porém, que "até o momento, nós [o Departamento de Justiça] não encontramos fraude em uma escala que pudesse ter produzido um resultado diferente na eleição [presidencial]". Como se recorda, em 11/11, Barr havia autorizado procuradores federais nos estados norte-americanos a investigar "alegações substanciais" de irregularidades e fraudes eleitorais antes dos resultados finais das eleições (tel 2133). Até o momento, não há indicações de abertura de inquéritos ou de ações criminais em nível federal.

2. Em resposta à fala de Barr, os advogados do presidente Donald Trump, Rudolph Giuliani e Jenna Ellis, divulgaram nota em que criticam o DOJ, pois não haveria "qualquer indício" de investigações conduzidas pela pasta. Segundo os advogados, a campanha de Trump teria recolhido substancial número de evidências testemunhos, sem que tenham sido analisadas e qualquer testemunha entrevistada pelo DOJ.

3. No âmbito estadual, conforme previsto, realizou-se hoje, 1/12, audiência pública do Comitê de Supervisão do Senado Estadual de Michigan, controlada pelo Partido Republicano, focada em suspeitas de irregularidades ocorridas na apuração de votos realizada no "TCF Center", na cidade de Detroit. Diferentemente das reuniões organizadas por parlamentares estaduais do Partido Republicano em hotéis nas cidades de Gettysburg (tel 2233) e Michigan (tel 2243), tratou-se de audiência pública oficial, realizada nas dependências do Senado de Michigan, e com a participação de senadores estaduais do Partido Democrata. Não foram convidados os advogados do presidente, Rudolph Giuliani e Jenna Ellis. Participaram, como testemunhas: o ex-senador estadual republicano por Michigan, Patrick Colbeck (que testemunhou também na reunião de Arizona, realizada ontem) e dezenas de voluntários que participaram com observadores eleitorais na cidade de Detroit.

4. Colbeck, em seu testemunho, afirmou contar com equipe de técnicos que identificou anomalias na apuração de votos em Detroit, como aumento súbito de número de votos apurados em curto espaço de tempo, transmissão de número de votos com valores decimais (menores que um) por urnas eletrônicas da Dominion e aparente conexão de urnas eletrônicas com centrais de dados conectados à internet, o que permitiria a ação de hackers. Colbeck foi pressionado por senadores republicanos e democratas a apresentar provas do que dissera e questionado em relação a processos de auditoria que não teriam encontrado discrepâncias entre votos registrados em urnas e votos impressos. Colbeck disse que suas observações teriam suporte em declarações juramentadas, e que a apresentação de evidências específicas para o que testemunhara dependeria da análise forense dos equipamentos de votação, o que não teria sido determinado judicialmente até o momento.

5. As demais testemunhas apresentaram uma variedade de alegações, que apontariam para um contexto de desorganização nos centros de apuração eleitoral. Entre as alegações, figuram movimentações consideradas suspeitas de pacotes com votos, dificuldade para acompanhar processo de validação de votos, intimidação por observadores democratas e funcionários públicos e impedimentos para apresentar recursos contra decisões de mesários. Em interações com as testemunhas, senadores estaduais republicanos as instaram a submeter suas conclusões à procuradoria-geral do estado e a buscar apresentar nomes e cargos de pessoas que as teriam intimidado ou realizado atividade suspeita. Já os senadores democratas questionaram a falta de detalhamento das denúncias, a falta de discrepância entre os resultados eleitorais de 2020 em comparação com eleições passadas na cidade de Detroit e a inexistência de provas concretas.

6. Amanhã, será a vez do Comitê de Supervisão da Câmara dos Deputados de Michigan realizar audiência pública sobre o mesmo tema, a qual contará com a participação dos advogados do presidente Donald Trump.

DESENVOLVIMENTOS JUDICIAIS

7. Na seara judicial, a campanha do presidente Donald Trump apresentou nova ação, desta feita, conforme antecipado pelo presidente (tel 2243), em Wisconsin,

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 01/12/2020 20:24:17 N.º: 02254
Código de autenticação: MjI1NF9qbWFyaW5obl8wMS8xMi8yMDIw

que certificou ontem (30/11) a vitória de Joe Biden no estado. Na ação, o governador Anthony Ever consta do polo passivo, razão pela qual foi ajuizada diretamente perante a Suprema Corte de Wisconsin. Entre as solicitações à corte, figuram pedidos para que a corte determine: i) que o governador do estado revogue a certificação dos resultados eleitorais no estado; e ii) que sejam desconsiderados votos antecipados e pelo correio que teriam sido irregularmente contabilizados nos condados de Milwaukee e Dane - estimados, pelos autores, em mais de 200 mil. A Suprema Corte de Wisconsin conta com uma maioria de juízes indicados por governadores republicanos (4 a 3).

EQUIPE DE TRANSIÇÃO DE JOE BIDEN

8. Na esteira do anúncio de sua equipe econômica (objeto de tel à parte), o escritório de transição de Joe Biden anunciou os nomes que administrarão a comunicação de seu governo. Destaque-se, entre eles, a indicação de: i) Kate Bedingfield, ex-diretora de Comunicações de Biden quando vice-presidente, como diretora de Comunicação da Casa Branca; e de ii) Jen Psaki, que foi diretora de Comunicações da Casa Branca e porta-voz do Departamento de Estado no governo Barack Obama, como secretária de Imprensa da Casa Branca.

9. A equipe de transição também anunciou que Biden conversou, por telefone, com as seguintes autoridades: i) o presidente da Argentina, Alberto Fernández; ii) o presidente da Costa Rica, Carlos Alvarado; iii) o presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta; e iv) o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres. Além das autoridades mencionadas acima, Biden já manteve contato até o momento com: i) o primeiro-ministro da Austrália, Scott Morrison; ii) o primeiro-ministro do Japão, Yoshihide Suga; iii) o presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in; iv) o presidente da França, Emmanuel Macron; v) a chanceler da Alemanha, Angela Merkel; vi) o taoiseach da Irlanda, Micheál Martin; vii) o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson; viii) o papa Francisco; ix) o presidente do Chile, Sebastián Piñera; x) o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi; xi) o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu; xii) o presidente de Israel, Reuven Rivlin; xiii) a primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Arden; xiv) o rei Abdullah II, da Jordânia; xv) a presidente

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 01/12/2020 20:24:17 N.º: 02254
Código de autenticação: MjI1NF9qbWFyaW5obl8wMS8xMi8yMDIw

da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen; xvi) o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel; e xvii) o secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg.

Nestor Forster Jr., embaixador

GRR

De: BRASEMB WASHINGTON
CARAT=Ostensivo

Recebido em: 01/12/2020 20:24:17 N.º: 02254
Código de autenticação: MjI1NF9qbWFyaW5ob18wMS8xMi8yMDIw
